

MARINGÁ

2021



**PEDAGOGIAS CRISTÃS:  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
GÊNERO E SEXUALIDADES LGBTI+  
NA MÍDIA EVANGÉLICA**

MARCOS DA CRUZ ALVES SIQUEIRA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PEDAGOGIAS CRISTÃS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE  
GÊNERO E SEXUALIDADES LGBTI+ NA MÍDIA EVANGÉLICA**

Tese apresentada por Marcos da Cruz Alves Siqueira, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.  
Linha de Pesquisa: Educação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Geiva Carolina Calsa

MARINGÁ  
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S618p

Siqueira, Marcos da Cruz Alves

Pedagogias cristãs : representações sociais de gênero e sexualidades LGBTI+ na mídia evangélica / Marcos da Cruz Alves Siqueira. -- Maringá, PR, 2021.  
191 f.: il. color., figs.

Orientadora: Profa. Dra. Geiva Carolina Calsa.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. Representações sociais. 2. Mídia religiosa. 3. Pedagogia cristã. 4. Gênero e educação. 5. Gênero e sexualidade. I. Calsa, Geiva Carolina, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 371.071

Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202

MARCOS DA CRUZ ALVES SIQUEIRA

**Pedagogias Cristãs:** representações sociais de gênero e sexualidades LGBTI+  
na mídia evangélica

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Geiva Carolina Calsa (**Orientadora**) – UEM

Prof. Dr. Harryson Júnio Lessa Gonçalves – UNESP – Ilha Solteira

Prof. Dr. João Paulo Baliscei – UEM - Maringá

Profa. Dra. Isabela Candeloro Campoi – UNESPAR – Paranavaí

Profa. Dra. Karina de Toledo Araújo – UEL – Londrina

**DEDICO ESTE TRABALHO A VOCÊ**



## AGRADECIMENTOS

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.*

*Paulo Freire*

Na infância, eu tive pouco acesso às ferramentas midiáticas, uma vez que as condições financeiras de minha família impossibilitavam. Lembro-me de ficar horas ao lado dos meus amigos que possuíam computador ou celular. Tínhamos apenas uma televisão: em dias de chuva, era preciso colocar uma palha de aço na antena para ter uma imagem nítida. Meu pai sempre foi um dos melhores negociadores. Bastou isso, para termos, por um breve período, um jornal em casa. Nossa casa era, também, local de trabalho do meu pai. A garagem era ocupada por sua oficina de funilaria. Acompanhei durante anos a troca do valor

das reformas dos carros por algum produto, por comida e, até, por animais. Como se fosse hoje, lembro-me de que meu pai reformou o carro do funcionário do jornal “Diário do Noroeste” e pediu-lhe para trazer jornais todos os dias na oficina ao invés de pagar pelo conserto. O homem disse para meu pai ficar despreocupado que entregaria um jornal por dia sem cobrar nada por isso.

O convívio em casa ficou dinâmico com a chegada do jornal. Minha mãe, por exemplo, adorava ler o horóscopo. Meu pai amava ler as notícias sobre acidentes e assaltos na cidade. Para ambos, a coluna social era a mais chamativa: adoravam ver as fotos coloridas, porque a capa e a coluna social eram as únicas páginas do jornal coloridas. Os dois amavam ver pessoas que, segundo minha mãe, eram importantes na cidade. “Pessoas de nome e sobrenome”, dizia ela.

Ao observar esse acontecimento da minha história privada, percebo como a dinâmica da informação se transformou ao longo dos anos. Como a mídia, no meu caso, o jornal, foi um canal de informação, de aprendizagem e de trocas culturais. Ao revisitar essas lembranças como um jornal velho, percebo que várias pessoas me ajudaram nesse processo de crescimento. Seguraram em minhas mãos durante a caminhada, como um suporte que aparece na foto no início deste espaço, segurando a criança. Na foto, a criança sou eu, quem aprendeu tantas coisas por esse caminho. Faço, dessas pequenas páginas, um memorial de agradecimentos, uma coluna social com páginas coloridas, já que as pessoas que me auxiliaram nesse caminho são pessoas de nome e de sobrenome. Por isso, quero agradecer a todas as pessoas que me ensinaram a caminhar.

A minha minha companheira, Laís Taiane Ropelatto Campos, por me auxiliar nesses quatro anos de doutoramento.

A minha irmã, Vitória Aparecida da Cruz Alves Siqueira, que sempre me apoio com palavras de incentivo e de afeto.

A minha mãe, Cleusa Sousa Cruz, e a meu pai, Marcos Roberto Alves Siqueira, que não tiveram a oportunidade de estudar, mas, mesmo assim, escutavam meus lamentos e comemoravam os avanços.

A minha orientadora, professora doutora Geiva Caroline Calsa, por ser essa mulher fantástica que soube direcionar meu caminho e organizar meus pensamentos. Professora, tenho muito orgulho de ter encontrado você.

A minha amiga, Rizia Franco, pelas conversas e pelos direcionamentos durante a pesquisa.

A meus amigo, Igor Micheletto Martins, por promover discussões sobre a temática gênero e sexualidade e por compartilhar afetos durante a escrita.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), pelo incentivo educacional.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura (GEPAC), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Ao Grupo de Pesquisa em Currículo (GEPAC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Ilha Solteira.

Aos professores e às professoras da banca, Harryson Júnio Lessa Gonçalves (Unesp/Câmpus de Ilha Solteira), que, além de compor minha banca, acolheu-me na cidade de Ilha Solteira e tornou-se um grande amigo; Isabela Candeloro Campoi (UNESPAR/Paranavaí), que vem me acompanhando desde o mestrado; João Paulo Baliscai (UEM/Maringá), alguém que passei a conhecer e a admirar o trabalho como artista-professor; e Karine de Toledo Araújo (UEL/Londrina). por ter colaborado desde o processo da qualificação à defesa do trabalho.

A todos e a todas que me acompanharam nessa trajetória, meu muito obrigado.

Com amor, Marcos.



*Se a liberdade significa alguma coisa, será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir (George Orwell).*

SIQUEIRA, Marcos da Cruz Alves Siqueira. **Pedagogias Cristãs: representações sociais de gênero e sexualidades lgbti+ na mídia evangélica.** 192 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Geiva Carolina Calsa. Maringá, 2021.

## RESUMO

Esta tese busca apresentar uma interface entre Educação, Mídia e Religião e o modo como o gênero e as sexualidades Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis, Intersexo – LGBTI+ são representados por grupos religiosos evangélicos, tomando como base a Teoria das Representações Sociais e as teorizações que se aproximam do gênero e das sexualidades LGBTI+. Direciona a investigação proposta, o questionamento sobre de que modos a mídia evangélica representa as questões de gênero e as sexualidades LGBTI+? O objetivo da pesquisa é problematizar as representações sociais constituídas e constituidoras pelas/das questões de gênero e das sexualidades da população LGBTI+ na mídia evangélica. Para tanto, discutimos de que modo a mídia evangélica produz essas representações sociais acerca do gênero e das sexualidades de pessoas LGBTI+ e como essas perpassam as publicações midiáticas e as relações sociais. A metodologia adotada neste trabalho é o método documental, bibliográfico e a Análise de Conteúdo para selecionar e para analisar as postagens sobre gênero e sobre sexualidades LGBTI+, encontradas entre janeiro de 2015 e dezembro de 2018 no *site Gospel Prime*. Localizamos dezesseis (16) postagens sobre as questões de gênero e de sexualidades LGBTI+, das quais, após a análise, emergiram três categorias, a saber: **(i) educação sexual escolar, (ii) valores cristãos na educação e (iii) gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos**; essa última contempla a subcategoria **gênero e sexualidades é um defeito genético ou doença mental**. Os resultados indicam que o *Gospel Prime* se vale de estratégias de propaganda para veicular representações sociais de gênero e de sexualidades LGBTI+, objetivando a promoção do pânico moral e a neutralização das ações desses movimentos. Além desses dois objetivos, identificamos, ainda, a estratégia do conflito e a polarização extremada entre, de um lado, os valores cristãos e científicos e, de outro, os preceitos defendidos pelos movimentos LGBTI+. Esse conjunto de estratégias de propaganda utilizadas pelo *Gospel Prime*, para difundir suas representações sociais de gênero e de sexualidades LGBTI+, leva-nos a concluir que se configuram em Pedagogias Cristãs. Essas pedagogias, buscam atingir o princípio da laicidade da educação escolar brasileira, como manobra política, que justifica, mais uma vez, suas ações de desqualificação do ideário dos movimentos LGBTI+ e a censura à educação sexual no sistema escolar. Concluimos, também, que a mídia evangélica, por meio de suas publicações, cria uma rede de significações políticas e sociais, que intervém no entendimento sobre o gênero e as sexualidades LGBTI+, constituindo, assim, uma potente pedagogia capaz de criar novas narrativas que influenciam, diretamente, na realidade concreta dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Representações Sociais; Mídia Religiosa; Pedagogias Cristãs; Educação.

SIQUEIRA, Marcos da Cruz Alves Siqueira. **Christian Pedagogies: Social Representations of LGBT + Gender and Sexualities in Evangelical Media.** 192 f. Thesis (Doctorate in Education) – State University of Maringa. Advisor: Geiva Carolina Calsa. Maringa, 2021.

## ABSTRACT

This thesis seeks to present an interface between Education, Media and Religion and the way Lesbian, Gays, Bisexuals, Travestis, Shemales, Intersex - LGBTI+ gender and sexualities are represented by evangelical religious groups, based on the Theory of the Social Representations and on theories that approach LGBTI+ gender and sexualities. The questioning of how the evangelical media represents issues of LGBTI+ gender and sexualities directs the proposed investigation. The objective of the research is to problematize the social representations constituted by and constituting of the issues of gender and sexualities of the LGBTI+ population in the evangelical media. For this purpose, we will discuss how the evangelical media produces these social representations about gender and sexualities of LGBTI+ people and how they permeate media publications and social relations. The methodology adopted in this work is the documentary, bibliographic method and Content Analysis to select and analyze the posts about LGBTI+ gender and sexualities, found between January 2015 and December 2018 on the website *Gospel Prime*. We found sixteen (16) posts on issues of LGBTI+ gender and sexuality, of which, after analysis, three categories emerged: **(i) sex education, (ii) Christian values in education and (iii) gender is biological and everything that escapes this subverts Christian religious principles**; the latter includes the subcategory **gender and sexualities is a genetic defect or mental illness**. The results indicate that *Gospel Prime* uses advertising strategies to convey social representations of LGBTI+ gender and sexualities, aiming at promoting moral panic and neutralizing the actions of these movements. In addition to these two objectives, we also identified the conflict strategy and the extreme polarization between, on the one hand, Christian and scientific values and, on the other, the precepts defended by the LGBTI+ movements. This set of propaganda strategies used by *Gospel Prime* to spread its social representations of LGBTI+ gender and sexualities leads us to conclude that they are configured in Christian Pedagogies. In its development as this pedagogy, it seeks to achieve the principle of secularism in Brazilian school education, as a political maneuver, which justifies, once again, its actions in order to disqualify the ideals of LGBTI+ movements and the censorship of sex education in the school system. We also concluded that the evangelical media, through its publications, creates a network of political and social meanings, which intervenes in the understanding of LGBTI+ gender and sexualities, thus constituting a powerful pedagogy capable of creating new narratives that influence directly in the concrete reality of individuals.

**Keywords:** Social Representations; Religious Media; Christian Pedagogies; Education.

## LISTA DE IMAGENS

	<b>página</b>
Figura 1. Plenária sobre Ideologia de Gênero em Paranavaí/PR.	24
Figura 2. <i>Site</i> Gospel Prime – O Cristão bem-informado.	95
Figura 3. Comentários sobre as postagens de leitores/as na aba Opinião.	95
Figura 4. Sobre a aba “Quem Somos” do <i>site</i> Gospel Prime.	96
Figura 5. Acesso ao <i>site</i> .	97
Figura 6. Anonimato nas publicações.	98

## LISTA DE QUADROS

	<b>página</b>
Quadro 1. Artigos, dissertações localizadas em periódicos da SciELO e BDTD (Grupo 1).	29
Quadro 2. Teses localizadas na plataforma BDTD (Grupo 2).	32
Quadro 3. Investigação na lupa de busca no <i>site</i> GP sobre gênero e sexualidades	104
Quadro 4. Separação por ano e seus resultados em gênero.	105
Quadro 5. Separação por ano e seus resultados em sexualidades.	105
Quadro 6. Materiais selecionados para análise.	106
Quadro 7. Fase de seleção e descrição de unidades de registro.	107
Quadro 8. Ocorrência de UR nas categorias.	109

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ABGLT</b>	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
<b>AMLGBT</b>	Associação Maringaense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CID</b>	Código Internacional de Doenças
<b>CNBB</b>	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CNCD</b>	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
<b>DEDI</b>	Departamento da Diversidade
<b>DEM</b>	Partido Democratas
<b>DIAP</b>	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
<b>FPE</b>	Frente Parlamentar Evangélica
<b>GGB</b>	Grupo Gay da Bahia
<b>GHL</b>	Grupo Homossexual Londrinense
<b>GP</b>	Gospel Prime
<b>IFSP</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
<b>IMPAR</b>	Instituto Paranaense 28 de Junho
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>LGBTI+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>NGDS</b>	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
<b>NRE</b>	Núcleo Regional de Educação
<b>NUDES</b>	Núcleo de Estudo e Pesquisa em Diversidade Sexual de Paranavaí
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>PBSH</b>	Programa Brasil Sem Homofobia
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PHS</b>	Partido Humanista da Solidariedade
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PMEP</b>	Plano Municipal de Educação de Paranavaí
<b>PMN</b>	Partido de Mobilização Nacional
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PR</b>	Partido da República
<b>PRB</b>	Partido Republicanos
<b>PROS</b>	Partido Republicano da Ordem Social
<b>PSB</b>	Partido Social Brasileiro
<b>PSC</b>	Partido Social Cristão
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PSDB</b>	Partido da Social-Democracia Brasileira
<b>PSL</b>	Partido Social Liberal
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PTN</b>	Partido Trabalhista Nacional
<b>PV</b>	Partido Verde

<b>SDH</b>	Secretaria dos Direitos Humanos
<b>SEED</b>	Secretaria da Educação do Estado do Paraná
<b>SIDA</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>SPM</b>	Secretaria de Políticas para Mulheres
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TRS</b>	Teoria das Representações Sociais
<b>UEM</b>	Universidade Estadual de Maringá
<b>UNESPAR</b>	Universidade Estadual do Paraná
<b>UR</b>	Unidades de Registros

## SUMÁRIO

	página
<b>GÊNESES: E ASSIM DEUS FEZ A MÍDIA</b>	<b>16</b>
Revisão da produção acadêmica: costurando ideias	27
<b>1 MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL: VAMOS CELEBRAR A LUTA DE CADA DIA</b>	<b>39</b>
1.1 Celebração do orgulho e da luta LGBTI+ no Paraná	48
1.2 Transexualidades: invisíveis nos direitos, presentes nos estudos clínicos e manuais médicos	54
<b>2 LAICIDADE, DIGNIDADE HUMANA E POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+</b>	<b>60</b>
2.1 Escola e direitos LGBTI+: Brasil e Paraná	67
<b>3 PEDAGOGIAS CRISTÃS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA</b>	<b>77</b>
3.1 Mídia e política: Um caos absoluto das diferenças	82
3.2 Pedagogias Cristãs: Gênero e Sexualidades	90
3.3 Ambiente virtual: Gospel Prime – o cristão bem-informado	92
<b>4 TRILHA METODOLÓGICA: ANÁLISE DA MÍDIA GOSPEL PRIME</b>	<b>99</b>
4.1 Procedimentos de seleção dos textos e unidades de registro	103
4.2 Categorização das unidades de registros	107
<b>5 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADES LGBTI+ NA MÍDIA EVANGÉLICA GOSPEL PRIME – GP</b>	<b>111</b>
5.1 Educação sexual escolar	112
5.2 Valores cristãos na educação	124
5.3 Gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos	134
5.3.1 Gênero e sexualidades é um defeito genético ou doença mental	142
<b>APOCALIPSE: PEDAGOGIAS CRISTÃS, GÊNERO E SEXUALIDADES LGBTI+ E MÍDIA EVANGÉLICA</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>165</b>
Notícia A	165
Notícia B	166

Notícia C	167
Notícia D	168
Notícia E	169
Notícia F	171
Notícia G	173
Notícia H	175
Notícia I	176
Notícia J	178
Notícia K	179
Notícia L	182
Notícia M	184
Notícia N	187
Notícia O	189
Notícia P	190



## **GÊNESES: E ASSIM DEUS FEZ A MÍDIA**

*Quem come do fruto do conhecimento, é sempre expulso de algum paraíso (Melanie Klein).*

Provei do fruto do conhecimento.

O primeiro livro da bíblia é intitulado “Gênesis”, que significa “nascimento/origem”. Nele, descreve-se o mito da criação do mundo, segundo o qual muitos/as fiéis cristãos/ãs acreditam ser a teoria do surgimento da Terra e de todos os seres que nela habitam. Ao utilizar de forma simbólica a palavra “gêneses” na introdução desta tese, pretendo mostrar que todo processo científico é o nascimento de uma nova forma de pensar e de organizar ideias, valores, representações e pedagogia. Neste trabalho, a palavra ganha um sentido duplo, pois, ao mesmo tempo em que as pesquisas acadêmicas proporcionam um novo olhar para o pesquisador sobre o mundo, “gêneses” assinala, também, a construção de um outro olhar do pesquisador sobre a religião cristã e a mídia em sua vertente pentecostal. Um novo olhar sobre a maneira como tais grupos religiosos produzem e fazem circular opiniões, ideias e valores sobre certos aspectos da vida cotidiana brasileira por meio das novas mídias sociais.

Nesse contexto, a mídia exerce um papel importante, ao direcionar os olhares para os fatos e para os acontecimentos, produzidos por diversas instâncias sociais, mas, acima de tudo, o desenvolvimento da mídia vem entrelaçada às principais transformações institucionais, as quais modelaram nossos olhares sobre determinados assuntos, sejam públicos ou privados. Por meio desse veículo da comunicação, criamos novas formas de ação e de interação com o mundo e consigo/conosco mesmo(s).

É possível verificar que, nas últimas décadas, as instituições religiosas vêm apropriando-se da mídia para fazerem circular suas representações sobre gênero e sobre sexualidades LGBTI+. O evangelicalismo é pioneiro ao unir mídia e religião. Nesse percurso, uma nova possibilidade é observada pelas Igrejas de vertente pentecostal para tratar de temas variados: a mídia torna-se um canal de diálogo que atinge não apenas os/as fiéis, como, também, todos/as que, por algum motivo, encontram-se com a ferramenta midiática, tais como: *sites*, jornais, programas de televisão, rádios, escultura, orações, livros, revistas, propagandas, desenhos, panfletos entre outros. Por meio da mídia, é possível desenvolver uma pedagogia capaz de ensinar conceitos científicos e do senso comum, associados a temáticas cristãs, difundindo e propagando, assim, modos de ser e de viver em sociedade.

Posto isso, quero registrar, também, que cada seção da tese foi composta por uma imagem veiculada em plataformas midiáticas ou registros pessoais que contribuíram para o processo de escrita deste estudo. As imagens são representações de nossa dor, de nossa alegria, de nosso desespero e de nossas conquistas. Em suas respectivas seções, as imagens motivaram-me, de algum modo, a continuar a escrever, sendo, pois, combustível para momentos difíceis, força para continuar lutando e afago quando pensei em desistir. Ao inserir fotos pessoais ou registros imagéticos de minhas representações sobre o mundo na tese, utilizei uma das estratégias da mídia que consiste em expor eventos privados em *status* público. É, também, uma forma de criar um universo simbólico e pessoal sobre o processo investigativo que interliga, gênero sexualidades, mídia e religião.

Desse modo, é preciso abrir um parêntese para relatar a foto que inicia a seção da tese. A imagem é um retrato de minha infância humilde e com poucos

recursos. Minha mãe tinha como santa protetora Nossa Senhora Aparecida e sempre nos falava que a santa era nossa mãe espiritual e que, diante de qualquer dificuldade, era só pedir que ela atenderia. A partir da iconografia de minha infância, observei que os elementos, discutidos na tese, estão presentes na imagem: a televisão, a mídia, a santa, a religião e a nudez o gênero e as sexualidades. Para Stuart Hall (2010), somos moldados pela cultura, pela insistência em nos dizer quais caminhos devemos seguir. Somos produtos de uma construção histórica cultural que sempre nos mostra caminhos possíveis. Minha infância foi um caminho possível para pensar as fronteiras entre religião, mídia, gênero e sexualidades. Fronteira essa que, hoje, permiti ultrapassar. Fecham-se os parênteses.

Com a inserção nas redes sociais, os grupos religiosos evangélicos vêm conquistando espaço no cenário midiático, participando, ativamente, de diferentes debates nacionais, em particular sobre as sexualidades de pessoas LGBTI+, foco de nossa pesquisa. A participação ativa nas redes sociais e o convencimento de seus/suas fiéis e dos/as simpatizantes sobre as ideias disseminadas levaram-nos a desenvolver esta pesquisa, cujo objetivo geral é problematizar as representações constituídas e constituidoras sobre as questões de gênero e de sexualidades da população LGBTI+ na mídia evangélica.

Para situar os/as leitores/as sobre a pesquisa desenvolvida, busquei apresentar, na Introdução, minhas motivações pessoais, acadêmicas e sociais, bem como os caminhos metodológicos percorridos e os referenciais teóricos selecionados que me apoiaram nesta empreitada. Partindo do pressuposto de que escrever uma tese é transpor para o papel aspirações, desejos, vontades e visões de mundo daquele que escreve, permito-me<sup>1</sup>, em um primeiro momento, relatar alguns acontecimentos da minha infância, adolescência e vida adulta para justificar e, posteriormente, relacioná-los ao contexto social. Inquietações, dúvidas, curiosidades, angústias e libertações foram essenciais para compreender o objeto pesquisado e seu processo para, assim, colocar, nesta tese, minha representação de mundo.

---

<sup>1</sup> Nas notas introdutórias deste relato, optou-se por narrar as motivações pessoais na primeira pessoa do singular, para, posteriormente, usar a flexão plural, de modo a representar todas as pessoas que colaboraram para o fornecimento de dados, opiniões, escutas, leituras e discussões que me auxiliaram no processo de sua investigação e construção.

O primeiro ponto de inquietação para o tema desta pesquisa surgiu na infância. Meu pai e mãe sempre proporcionaram uma liberdade em relação a minhas escolhas, a minhas vontades e a meus desejos. Éramos uma família composta por membros de religiões diversas (ateus, católicos, evangélicos, budistas, testemunhas de Jeová, umbandistas, entre outras), que favoreceram meu acesso às diferentes realidades, fé e crenças. Nesse período, motivado por minha avó, Doralice da Cruz (*in memoriam*), e por minha mãe, Cleusa Sousa da Cruz, matriculei-me em um curso de catequese: o rito de iniciação cristã, depois do batismo, no qual a pessoa iniciada ouve o aviso do evangelho e, depois de algumas etapas, está apta a receber o corpo (a hóstia sagrada) e o sangue de Jesus. Tinha apenas oito anos, quando fiz minha iniciação ao evangelho, o que me deixava instigado durante o curso é que apenas as crianças poderiam seguir os quatro anos de formação do catecismo, os/as adultos/as, aqueles/as que aceitassem a religião, teriam apenas a formação de um ano e já poderiam receber o corpo e o sangue de Jesus. Ao entrar em contato com as orientações transmitidas durante os estudos, algumas dúvidas foram surgindo no meu imaginário: masturbação é pecado? Homossexualidade vai contra a vontade de Deus? O que é diversidade sexual? O que é LGBTI+? O homem deve ser a cabeça da casa? E a mulher?

Lembro-me de um episódio, na aula de catequese, em que um amigo perguntou ao catequista se masturbação era pecado. Ele ficou pensativo e, depois de alguns minutos, em silêncio, respondeu: *“Toda vez que você se masturba nasce um espinho na coroa em volta da cabeça de Jesus”*. Ficamos impressionados durante meses e questionávamos na roda de amigos acerca de quem teria colocado mais espinhos na cabeça de Jesus. A religião parece ter esse caráter normalizador, na medida em que define como caminho para a salvação das almas humanas a vigilância das sexualidades e a punição, caso algum membro desvie-se do caminho. Alguns meses depois, após esse questionamento, o catequista foi substituído por uma mulher. A notícia logo chegou até bocas e ouvidos da comunidade, o antigo catequista havia assumido sua orientação sexual para a família e apresentou seu namorado. A comunidade local achou melhor colocar uma catequista mulher para ministrar as aulas e, por

representar o lado maternal, naquele momento, segundo as normas cristãs, o catequista estava em pecado.

Dessa perspectiva, a definição de pecado pode significar o experimentar sensações prazerosas com seu próprio corpo e o corpo do outro, bem como quais experiências, caso transgrida uma norma ou uma regra religiosa, deverão ter sanções e punições estabelecidas para que não se desvie do caminho da salvação. Todas essas práticas, supracitadas, configuram modos de ensinar e de aprender na religião cristã. Nos almoços de domingo na casa da minha avó, as conversas acabavam girando em torno da religião, de gênero e das sexualidades ao se comentar a vida de parentes e de vizinhos/as, tecendo comentários, tais como, “é preciso ter fé em Deus e rezar pedindo proteção contra a inveja das pessoas”, “vai lá fora conversar com os homens e deixa as mulheres na cozinha”, “homem que não dá no ‘couro’ é viado”, “não existe dois batismos, você já foi batizado na Igreja Católica”.

Tais conversas, como nos mostra Guacira Lopes Louro, foram constituídas a partir de “[...] aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais” (LOURO, 2012, p. 19) sobre gênero e sobre as sexualidades, agora, no contexto familiar. Situações como essas me levam a constatar que, no processo de construção da minha identidade<sup>2</sup>, o contexto religioso sempre esteve presente, ora de formas sutis, ora agressivas. Sutis, quando me diziam que era preciso me casar com uma mulher na Igreja para ter a benção de Deus e, assim, a felicidade. Agressivas, quando por meio de piadas, castigos e até violências físicas me fazia sentir culpado pelo modo de vivenciar minha sexualidade.

Como nos esclarecem Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado, “[...] a base de afirmação do preconceito se sustenta nas práticas cotidianas, que, informadas pelas lógicas de poder exclusivo [...] sustentam a naturalização do significado da diferenciação grupal” (PRADO; MACHADO, 2012, p. 26). Por meio das conversas sutis, as falas dos/as meus/minhas familiares tentavam moldar meu olhar sobre determinados assuntos, tais como: religião, gênero e sexualidades. Agressiva, quando me recusava a ir às missas dominicais, porque

---

<sup>2</sup> Para Stuart Hall (2011), a identidade pode ser compreendida como uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

tínhamos uma carteirinha da catequese, a partir da qual, no final das missas, o padre carimbava as presenças e as faltas eram transformadas em punição, como, por exemplo, não participar do acampamento ou de viagens que o grupo de catequese organizava. Agressiva, também, quando conversei com minha mãe sobre minha sexualidade, ao se responder de forma patologizante “você precisa procurar um psicólogo, isso não é normal”, bem como suas atitudes religiosas, após a minha conversa, mostraram a sua não aceitação. Com isso, minha mãe começou a acompanhar a missa por meio da rádio e deixava sempre uma garrafa com água que me obrigava a beber e o restante jogava pela casa como forma de proteção. Novamente, a mídia revisita minha infância, ao escutar do quarto pela manhã as missas proferidas na rádio.

Essas experiências fizeram repensar o quanto a religião apresenta um caráter pontual no cotidiano das pessoas e que passa, muitas vezes, despercebido, ao estabelecer uma lógica sobre a forma como nos comportamos em relação a nós e ao outro por meio de discursos que selecionam, que significam e excluem formas de ser e de agir. Acima de tudo, fazem circular representações. No fim da adolescência, busquei cortar o fio tênue da religião e da família, para buscar novos olhares e novas práticas de vida, das quais posso destacar o curso de História, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), câmpus de Paranavaí. Contudo, não encontrei respostas para minhas inquietações sobre gênero e sobre sexualidades LGBTI+, temas não contemplados nas disciplinas do curso. Para Jaime Pinski (2014), a negação de uma disciplina que trate sobre gênero e sobre sexualidades ou educação sexual é silenciar os afetos, os prazeres e as vivências nas diversas fases da vida, proporcionando uma brecha para que instituições religiosas moldem e controlem as sexualidades. Por isso, é necessário que a discussão sobre gênero e sexualidades esteja amparada em base científica e pesquisas acadêmicas que problematizem o silenciamento de temas no currículo educacional.

No final do ano de 2011, quando entrava em contato com o âmbito escolar da Educação Básica por meio do estágio e, posteriormente, como docente, percebi que meus questionamentos da infância e da adolescência estavam presente nos/nas estudantes. Além disso, foi possível constatar que as dúvidas sobre gênero e sexualidades faziam parte do cotidiano de professoras/es e de

técnicos/as administrativos/as da instituição. Gênero, sexualidades e religião eram assuntos frequentes em suas conversas, durante os intervalos de aulas, sempre direcionados para o viés da religião, envolvendo a definição do que era ou não pecado. Frases como “esse menino tem um jeito de veado” “Você já viu como aquela menina gosta de jogar futebol? Parece um menino” “Aquele aluno rebola feito uma mulher” “Precisamos rezar a oração do pai nosso no início das aulas para o Senhor nos livrar disso” eram temas das conversas dos/as docentes sobre seus/suas alunos/as. Como lembra Rogério Diniz Junqueira (2009, p. 15) os/as alunos/as

[...] veem-se desde cedo às voltas com uma ‘pedagogia do insulto’, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes – poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

Esses mecanismos desenvolvem modelos de representações sobre o que é ser homem e sobre o que é ser mulher em nossa sociedade, assim como o que é permitido sentir ou não sentir e, até mesmo, silenciar.

Os mecanismos de silenciamento e de dominação faziam com que muitos alunos e com que muitas alunas, com o aval de professores/as, cometessem violência por meio de piadas, de brincadeiras e, até, de agressões contra alunos/as que fugiam do padrão normativo do gênero, o/a heterossexual. Inúmeros/as alunos/as detestavam estar na escola pelo simples fato de sofrerem retaliações sobre seu modo de viver o gênero e as sexualidades. Para Louro (2012), os atravessamentos nas questões de gênero e de sexualidades representam um embate, que, como qualquer outro embate cultural, é complexo, porque está, exatamente, em contínua mudança. Atualmente, o grande desafio, no terreno do gênero e das sexualidades, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, sendo, pois, impossível lidar com elas, a partir de esquemas binários masculino e feminino, heterossexual e homossexual (LOURO, 2012). O desafio maior, talvez, seja admitir, por parte desses/as profissionais, que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo, constantemente, atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns/mas sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambiguidade

entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para vivenciar seus prazeres, afetos e desafetos (LOURO, 2012).

Após vivenciar tais situações nas escolas em que lecionava, fui motivado a procurar uma especialização para compreender melhor esse universo de preconceitos que se materializava em exclusão, xingamentos, piadas, agressões e preconceitos. O curso contribuiu para compreender os atos acima descritos no âmbito educativo, desta forma, o tema “diversidade sexual na escola”, foi escolhido para o trabalho de conclusão (SIQUEIRA, 2013). Durante o processo de escrita, com a colaboração de alguns/as amigos/as, idealizamos e criamos o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual de Paranavaí (NUDES), que, hoje, resume-se a um grupo de WhatsApp para trocas de materiais e de conteúdos sobre o tema gênero e sexualidades. Tal percurso possibilitou a continuação da pesquisa em nível *stricto sensu*, configurando-se como um ato simbólico de resistência, pois defendi minha dissertação de mestrado na Universidade em que me graduei, com uma pesquisa sobre homofobia e diversidade sexual no âmbito educativo (SIQUEIRA, 2015). Por meio dessa pesquisa de mestrado, foi possível analisar de forma científica o entendimento que os/as professores/as da cidade de Paranavaí (PR) tinham em relação à diversidade sexual na escola e as formas de violência que está população LGBTI+ enfrentava. Por meio do NUDES, participei de audiências públicas sobre a construção dos Planos Nacionais de Educação (PNE) e Plano Estadual de Educação no Paraná (PEE/PR) e, também, de algumas audiências de planos de educação em cidades do interior do Paraná.

Nos anos em que ocorreram as audiências públicas e, também, a votação pela retirada de itens do PNE, eu desenvolvía minha pesquisa de mestrado que tinha como tema homofobia e a diversidade sexual nas escolas de Paranavaí. Lembro-me de que, ao participar da votação para a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” do Plano Municipal de Educação (PME) em Paranavaí, logo que entrei na câmara dos/as vereadores/as avistei grupos religiosos católicos e evangélicos com terços e rosários nas mãos, crucifixos, cruces, água-benta e cartazes com algumas frases, como “Ideologia de Gênero Não”; “Menino já nasce menino, menina já nasce menina”; “As pessoas já nascem com sexo definidos, não tentem mudar”; “Mulheres não têm pênis, homens não têm vagina”.

**Figura 1.** Plenária sobre Ideologia de Gênero em Paranavaí/PR.



**Fonte:** imagem retirada da reportagem da Rede Paranaense de Comunicação e arquivo pessoal do pesquisador<sup>3</sup>

Ao ver o público participante, lembro-me de ter me perguntado como poderiam dois grupos tão divergentes católicos e evangélicos, estarem unidos. Entre os/as religiosos/as, estavam pesquisadores/as, estudantes, professoras/es, acadêmicas/os e membros do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais da cidade com cartazes, apitos e tambores. Todo esse movimento e embate foi registrado pela mídia local e teve repercussão nacional. Na ocasião, observei que os discursos religiosos eram inflexíveis e fechados ao diálogo, bem como acompanhados de gritos, de rosários, de cruzes, de crucifixos e de orações.

Recordei-me de Michel Foucault (2005), para quem a Igreja, ao invés de censurar os discursos sobre sexo e seus prazeres, instituiu uma técnica de produção de discurso sobre o sexo, suscetível de funcionar, na instituição familiar, no estado ou na sociedade de modo geral. Dessa forma, pude compreender que os discursos produzidos pelas instituições religiosas e pela mídia, que acompanhava todo o movimento e era defendida por aquelas pessoas, eram permeados por termos e por expressões presentes no discurso contrário. Tal percepção fez com que realizasse uma primeira investigação sobre o conteúdo das mídias católicas e evangélicas<sup>4</sup>. Isso possibilitou compreender que as Igrejas Católicas e Evangélicas por meio da mídia articularam-se em prol da retirada de

<sup>3</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/pr/parana/bom-dia-pr/videos/t/edicoes/v/vereadores-de-paranavai-fazem-audiencia-para-discutir-educacao/4258568/>. Acesso em 20 ago. 2020.

<sup>4</sup> Para Marcelo Natividade e Leandro Oliveira (2013), a “mídia” consiste no conjunto dos diversos meios de comunicação, com a finalidade de transmitir informações e conteúdos variados. Isso abrange uma série de diferentes plataformas que agem como meios para disseminar as informações, como os jornais, as revistas, a televisão, o rádio e a internet, por exemplo. Assim, os Estudos Culturais apropriam-se dos meios midiáticos para atingir seus objetivos, visto que a mídia atinge e exerce uma enorme influência na vida dos indivíduos na contemporaneidade.

conceitos que envolviam a temática gênero e as sexualidades dos planos de educação.

Ao ingressar no doutorado, minhas experiências com fiéis e com grupos religiosos, assim como os primeiros contatos com o uso das mídias, levaram-me a indagar sobre suas estratégias de convencimento e de mobilização de tantas pessoas em torno de seus interesses político-religiosos. Com base em pesquisas anteriores como as de Marcelo Natividade e Leandro Oliveira (2013) e Rogério Dinis Junqueira (2018), foi possível perceber o modo como a religião exerce, no país, um papel relevante na definição e na implementação de políticas públicas por meio de uma pedagogia que ensina sobre tais conceitos: gênero e sexualidades. Foi possível identificar, também, como a religião vai, aos poucos, conquistando espaço na mídia por meio da aquisição de canais de rádio, de televisão, de jornais e de *websites*.

Para Alexandre Brasil Fonseca (1997), os grupos evangélicos são percursores em utilizar a mídia para articular estratégias de convencimento para interferir nas decisões políticas, propagando informações distorcidas e manipuladas. Nas Igrejas Católicas, por sua vez, houve resistência em aderir a mídia como local de diálogo e aceitação essa que só vem, após padres cantores conquistarem visibilidade e aproximarem fiéis da religião. Quanto às estratégias utilizadas pelos grupos religiosos, é comum identificar o intenso uso das mídias sociais, por meio das quais promovem suas opiniões públicas, com o intuito de influenciar o modo de vida e organização das pessoas.

Por essa razão, de acordo com Natividade e Oliveira (2013), as relações entre grupos religiosos e mídias têm constituído um campo de pesquisa em crescimento desde o final dos anos de 1990. Enquanto as Igrejas Católicas e Evangélicas atingem centenas de pessoas por meio de cultos em seus templos, quando optam pelo uso das ferramentas midiáticas, passam a levar as missas e os cultos para milhões de pessoas que passam, também, a consumir a internet. Dentre as representações veiculadas pelas mídias religiosas nos últimos anos, destacam-se as que reforçam estereótipos, preconceitos e violência contra indivíduos que se situam fora da normatividade de gênero e sexualidades heterossexual. Os autores sugerem, ainda, que o trabalho midiático das Igrejas católica e evangélica pode estar contribuindo para a manutenção dos dados

alarmantes sobre a violência de gênero e de sexualidades no país, o que tem uma forte influência quando as vítimas são mulheres ou da população LGBTI+<sup>5</sup>.

Sem dúvida, os dados da violência sexual no país são alarmantes e crescentes. No que se refere à violência sofrida pela população LGBTI+, foco da pesquisa, dados fornecidos pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), em uma perspectiva histórica, evidenciam ser visível o crescimento dos números, uma vez que, em 2000, foram registrados 130 homicídios; em 2010, 260 mortes; e, em 2016, 343 assassinatos, dos quais 173 eram de gays (50%), 144 travestis ou transexuais (42%), 10 lésbicas (3%), 4 bissexuais (1%) e 12 heterossexuais como amantes de transexuais, T-lovers (4%). Os dados de 2016 sugerem uma média de um assassinato por homofobia a cada 25 horas (BRASIL, 2017). Dados recentes referentes ao ano de 2019<sup>6</sup> revelam aumento da violência homofóbica com 445 assassinatos, o que equivale a um assassinato homofóbico a cada 20 horas no Brasil. Vale destacar que, a pedido do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, foi retirado do *site* do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos os dados sobre a violência homofóbica no Brasil. Assim, no ano de 2020, não foi possível computar por meio do Governo Federal os dados sobre a violência homofóbica.

Ante ao quadro aterrador de violência, é inquietante, também, o apoio de grupos religiosos à aprovação de liminar da justiça<sup>7</sup> para a chamada “cura gay”,

---

<sup>5</sup> Para Regina Facchini (2005), a sigla LGBTI+, ao longo da história, sofre interferências. Cada grupo, coletivo ou movimento LGBTI+ passa a incorporar uma letra quando alguma pessoa que se reconhece na causa, reivindica a sua incorporação. No Brasil, por exemplo, a sigla era conhecida como GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis), mas na primeira Conferência Nacional GLBT, que aconteceu em Brasília/BR no ano de 2008, o movimento de Lésbicas reivindicou que a letra “L” deveria vir antes da letra “G” em razão das lésbicas sofrerem violência por conta da sua orientação sexual e, também, por serem mulheres. Na conferência, foi debatido o pedido e, assim, muitos movimentos passam a incorporar a letra “L” antes da letra “G” na sigla. A referida “sopa de letrinhas” modifica-se e, de acordo com sua luta, muitos utilizam letras variadas, tais como: LGBTTTQIA (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer e Assexuados), GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e outros utilizam apenas LGBTI+ como indicativo que possa existir outras orientações sexuais que sofrem preconceitos, mas que o movimento, também, representa-as. Nesta tese, utilizaremos a sigla LGBTI+ como indicativo de que possam existir outras referências e orientações sexuais.

<sup>6</sup> Relatório Sobre a Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2017/2019. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/lgbt/biblioteca/relatorios-de-violencia-lgbtfobica>. Acesso em 3 mar 2019.

<sup>7</sup> A Justiça Federal do Distrito Federal por meio do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho concedeu uma liminar que permite que psicólogos a tratar gays e lésbicas como doentes e fazer a terapia de reversão sexual. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/09/1919516-justica-concede-liminar-que-permite-tratar-homossexualidade-como-doenca.shtml>. Acesso em 3 mar 2019.

que autorizaria psicólogos/as e psiquiatras a tratarem pessoas LGBTI+ em terapias de reversão sexual. Medidas essas que têm o apoio político da bancada evangélica, cujos projetos vêm privilegiando os assuntos relativos ao gênero e as sexualidades por meio de políticas públicas, materiais informativos e midiáticos que parecem senão justificar, mas amenizar a violência homofóbica.

Com base em pesquisas sobre o uso das ferramentas midiáticas por parte de Igrejas (FONSECA, 1997; JUNQUEIRA, 2018; NATIVIDADE; OLIVERIA, 2013; PRADO, MACHADO, 2014; SABAT, 2001), podemos ter como hipótese que as religiões, ao produzirem representações sobre gênero e sobre sexualidades de LGBTI+, têm a mídia religiosa como uma pedagogia que produz e que faz circular saberes, símbolos e significados que pretendem regular condutas e modos de ser. Para verificar a validade de nossa hipótese e conhecer a produção científica sobre esse campo de estudos, foi realizada uma revisão da produção acadêmica brasileira entre os anos de 1990 a 2021, envolvendo os temas “mídia” e “religião” e, em um segundo momento, “mídia”, “religião”, “gênero” e “sexualidades<sup>8</sup>”. Vale ressaltar a relevância dos trabalhos desenvolvidos entre os anos de 1970 e de 1990, uma vez que só foi possível os encontrar porque foram publicados no formato de livros. Não descartamos a hipótese da existência de mais materiais sobre a temática que não foram publicados, pois as universidades ainda não tinham realizado sua inserção no universo da internet com seus bancos de dados. A seguir, apresentamos os resultados obtidos e como cada produção científica contribuiu para o desenvolvimento desta tese.

### **Revisão da produção acadêmica: costurando ideias**

A revisão da produção acadêmica é o ponto de partida para que pesquisadores/as possam averiguar como a abordagem da temática analisada vem se desenvolvendo, bem como seus avanços e suas lacunas no campo disciplinar. A revisão da produção acadêmica foi realizada em três plataformas de buscas, a saber: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), banco de periódicos científicos *Scientific Electronic Library On-line* (SciELO) e o Banco de

---

<sup>8</sup> Utilizamos a palavra sexualidade no plural por entender que existem múltiplas formas de vivenciar este conceito por meio dos prazeres, crenças, vontades, fantasias, afetos, desejos entre outros. Conceitos chaves para pensar as sexualidades.

Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>9</sup>, selecionadas por conta de sua importância na divulgação da pesquisa acadêmica brasileira. Como período de busca, definimos o período de dez anos da produção brasileira de 1990 a 2020, atualizado em 2021. Optamos por iniciar em 1990, por coincidir com a inserção das universidades e de seus bancos de dados em plataformas digitais e, também, por ser o momento em que as instituições religiosas passaram a utilizar as mídias sociais para divulgação de seus estudos, notícias e informações aos/às fiéis. Além disso, os anos de 1990 marcam, também, de acordo Lance Arney, Marisa Fernandes e James N. Green (2003), o destaque dos movimentos LGBTI+, nas instituições educacionais brasileiras, por meio da publicação e da orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cujo tema transversal “Pluralidade e Orientação Sexual” preconizava o debate sobre gênero e sobre sexualidades em sala de aula, a partir da segunda etapa do ensino fundamental.

Para seleção dos trabalhos, utilizamos as seguintes etapas: (i) leitura dos títulos, (ii) leitura dos resumos, (iii) leitura flutuante do texto completo e, por fim, (iv) leitura integral dos que restaram. Para a busca, foi oportuno lançar mão de várias combinações das palavras-chave “representação” e “representação social” com as palavras-chave “mídia”, “imprensa”, “religião”, “gênero” e “diversidade sexual”.

O Quadro 1 apresenta os artigos, as dissertações e as teses selecionados. Do conjunto de trabalhos encontrados na plataforma da SciELO e BDTD, foram considerados cinco (5) como os mais relevantes, para a definição do problema e do objetivo de pesquisa.

---

<sup>9</sup> Em janeiro de 2021, foi realizada a consulta nas plataformas da BDTD e da SciELO e o banco de dissertações e teses da CAPES.

**Quadro 1.** Artigos, dissertações localizadas em periódicos da SciELO e BDTD (Grupo 1).

<b>Título, autoria e ano</b>	<b>Propostas da Pesquisa</b>
Pedagogia Cultural, Gênero e Sexualidade – SABAT (2001)	Valendo-se de campanhas publicitárias de 1996 e de 1967, buscou investigar produtos destinados ao público infantil e a seus dispositivos para marcar papéis sociais de gênero e de sexualidade.
A Representação da Identidade Feminina em Mulheres Evangélicas na Cidade do Recife: Família, Gênero e Religião – SILVA (2007)	A pesquisa objetivou apreender a representação da Identidade Feminina apresentada por mulheres evangélicas, residentes na cidade do Recife, analisando a forma como entendem o lugar da mulher na família, no espaço público e as influências dos códigos religiosos cristãos protestantes sobre essa representação.
A Dimensão Pedagógica da Religião: da pedagogia de Jesus à pedagogia cristã em tempos de sociedade secularizada – QUEIROZ (2009)	A pesquisa buscou demonstrar a dimensão pedagógica da religião. Para tanto, analisou a relação entre pedagogia e religião, o que implica a formação do sujeito e a construção social. Desse modo, a pesquisa visou contribuir com o debate sobre como a religião atua socialmente do ponto de vista pedagógico.
Religião e Gênero: o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal – ARAGÃO FILHO (2011)	A pesquisa objetivou compreender o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal. Para tanto, partiu-se do levantamento teórico de autores(as) que trabalhassem com questões de gênero, valendo-se de entrevistas, que possibilitou melhor analisar a forma como elas compreendem o lugar da mulher na religião.
A Atuação dos Evangélicos na Assembleia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010 – OLIVEIRA (2011)	A pesquisa investigou a atuação política dos evangélicos por meio de deputados estaduais na Assembleia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010. Foram descritos os projetos de lei de uma amostra significativa de parlamentares evangélicos paulistas com o objetivo de analisar a sua pertinência ou alcance social.
Feminismos e Antifeminismos na Política Brasileira: "Ideologia de Gênero" no Plano Nacional de Educação 2014 – MORENO (2016)	A pesquisa analisou o processo de formulação do Plano Nacional de Educação de 2014, especialmente a recusa dos termos gênero e sexualidade/orientação sexual do plano. A hipótese do trabalho é que tem uma onda de resistência à inclusão e difusão do discurso feminista e da agenda de gênero nas políticas públicas brasileiras.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O artigo *Pedagogia Cultural, Gênero e Sexualidade*, publicado por Ruth Sabat (2001), investigou as campanhas publicitárias da marca *Tip Top* de produtos destinados ao público infantil e os dispositivos dos quais se valem para marcar os papéis sociais de homens e de mulheres. A autora constatou que a publicidade apresenta um caráter educativo que produz representações hegemônicas de gênero.

[...] há uma pedagogia, um determinado tipo de currículo que opera através de uma lista de procedimentos e técnicas voltados para produzir e reproduzir tipos específicos de comportamentos, valores, hábitos, atitudes pessoais" relacionados "com o tipo de sociedade na qual estão inseridos" (SABAT, 2001, p. 20).

Em seu artigo, percebemos as estratégias utilizadas pela publicidade para atrair o público a consumir os produtos apresentados, bem como para difundir normas de comportamentos e funções sociais relativas aos gêneros, por meio de uma pedagogia que utiliza a cultura como eixo norteador de propagação e inserção do produto na sociedade.

A dissertação *A Representação da Identidade Feminina em Mulheres Evangélicas na Cidade do Recife: Família, Gênero e Religião*, publicada por Thálita Cavalcanti Menezes da Silva (2007), identificou como mulheres que se denominavam evangélicas e que vivenciavam os costumes e os valores cristãos compreendem a identidade feminina. Constatou que, para elas, cabe às mulheres um papel submisso ao homem tomando para si o discurso religioso que apresenta a mulher como “[...] doce e afetiva, comprometida com o equilíbrio e estrutura emocional do lar, responsável pela educação e encaminhamento dos filhos, e por complementar e auxiliar seu marido” (SILVA, 2007, p. 74). Observamos, também, uma aproximação com o trabalho de Daniela Moura Queiroz (2009), intitulada *A Dimensão Pedagógica da Religião: da pedagogia de Jesus à pedagogia cristã em tempos de sociedade secularizada*.

Enquanto o trabalho de Silva (2007) apontou os caminhos possíveis que as mulheres evangélicas denominavam suas experiências de gênero na religião, Queiroz (2009) demonstrou por meio de revisão bibliográfica como a religião se utiliza da dimensão pedagógica para trazer novas conhecimentos e vivências ao seu público com um fim educativo. Essas experiências pedagógicas religiosas vão contribuir para o entendimento dos indivíduos com sua fé e suas funções como homem e mulher. Os resultados de sua pesquisa, também, aproximam-se da pesquisa de Iran Lima Aragão Filho (2011), intitulada *Religião e Gênero: o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal*, encontrada na revisão proposta. Enquanto no trabalho de Silva (2007), as mulheres entrevistadas utilizaram o mito criacional de Adão e Eva para explicar suas individualidades e suas formas de ser mulher por acreditarem que a mulher complementa o homem. Na pesquisa de Queiroz (2009) são mostrados elementos constituintes de um conjunto de saberes e de práticas que auxiliam o público que frequenta a Igreja a compreender seu lugar no mundo e suas

experiências familiares e cotidianas. Para Aragão Filho (2011), as mulheres assinalam seu direito de serem líderes religiosas e que a Igreja proporciona por meio de saberes e práticas essa vocação.

A partir dos autores supracitados, fica evidente que o discurso religioso evangélico reproduz e mantém por meio de saberes e práticas a representação da mulher dependente e submissa aos homens, provedores e guias da família. Dessa forma, “[...] a identidade nada mais é que um ponto de sutura entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades e que nos constroem como sujeitos” (SILVA, 2007, p. 172). Por meio dos trabalhos citados acima, foi possível capturar os discursos estruturantes das religiões evangélicas que veiculados sob uma dimensão pedagógica pelas mídias orientam os papéis sociais de homens e mulheres em nossa sociedade.

Outras duas dissertações encontradas na revisão realizada acerca da produção acadêmica investigaram o meio religioso evangélico. A primeira delas, intitulada *A Atuação dos Evangélicos na Assembleia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010*, produzida por Altair Antônio de Oliveira (2011), constatou que os projetos, as leis e as verbas aprovados por esses/as políticos/as tinham um caráter, predominantemente, assistencialista e clientelista, cujo fim era a distribuição de bens materiais e de verbas públicas para suas instituições religiosas. Sua pesquisa trouxe-nos maior compreensão sobre os meios que as Igrejas Católicas e Evangélicas utilizam para se beneficiarem dos instrumentos públicos para atender fins privados religiosos.

A segunda pesquisa denominada *Feminismos e Antifeminismos na Política Brasileira: "Ideologia de Gênero" no Plano Nacional de Educação 2014*, produzida por Meire Ellen Moreno (2016), investigou o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, e a retirada dos termos gênero e sexualidade/orientação sexual do documento. A autora verificou que, no documento, feminilidade e masculinidade são dicotômicos e naturalizadores dos papéis sociais convencionais de homens e de mulheres. À guisa de conclusão, a autora afirma que, ao naturalizar, ao dicotomizar e ao distorcer as lutas pela inclusão da palavra gênero e sexualidade/orientação sexual nos documentos do PNE (2014), a bancada evangélica nega a atuação da mulher, as violências de

gênero e as lutas feministas no Brasil. Esses dois trabalhos possibilitaram compreender como grupos religiosos passam a compor a cena política com a intenção de minar projetos de cunho pluralista e laico nas políticas públicas brasileira.

O conjunto de dissertações revisadas nesse grupo apresentam como ponto comum o modo como os movimentos religiosos vêm defendendo as convenções e os valores hegemônicos e, ao mesmo tempo, inibindo as lutas sociais contrárias a essa normatividade. Esses embates desembocam nas arenas políticas (congresso, senado, câmara de vereadores), onde diversos grupos buscam o convencimento de seus argumentos sobre os temas de gênero e sexualidades. Após a apresentação de artigos e dissertações na plataforma da SciELO e BDTD, passamos as teses, conforme a Quadro 2.

**Quadro 2.** Teses localizadas na plataforma BDTD (Grupo 2).

<b>Título, autoria e ano</b>	<b>Propostas da Pesquisa</b>
A Invenção do Pastor Político - Imaginários de Poder Político Construídos a Partir da História das Bancadas Evangélicas – SAQUETTO (2007)	Teve como objetivo percorrer um caminho que vislumbrou apresentar um modelo de liderança próprio da pós-modernidade, mas, também, o manifesto no sentido de fazer a apropriação dos conteúdos presentes na cultura.
Religião e Política: Ideologia e Ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal – DANTAS (2011)	Esta pesquisa teve como objetivo analisar as ideologias políticos-religiosas dos deputados federais evangélicos na legislação de 2007/2011.
Representação, Palavra e Persuasão: o Discurso Religioso da Igreja Apostólica Renascer Em Cristo – SELIVON (2015)	Objetivou analisar o corpúsculo de análise composto por textos de vários gêneros extraídos de <i>sites</i> institucionais da Igreja Apostólica Renascer em Cristo de 2011 a 2014, a fim de mostrar como os líderes religiosos utilizam a palavra para adquirir autoridade quanto aos seus seguidores e plasmar realidades.
Representação social da igreja universal do reino de deus por evangélicos dela egressos – FARIÑA (2011)	Investigou as representações sociais da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) por parte de seus fiéis egressos. Foi realizada por meio de entrevistas e concluiu que a igreja conduz os/as fiéis por meio de um discurso que se aproxima da realidade social do indivíduo e de seus problemas sociais, fazendo com que passe a integrar a igreja e sua rotina.
Mídia, religião e gênero: a representação da mulher no programa show da fé – COSTA (2013)	A pesquisa objetivou investigar representações do gênero feminino na religião por meio do programa televisivo “Show da Fé”. Após analisar alguns dos programas, concluiu que a mulher tem uma ação de liderança frente ao programa, mas ainda reafirma valores machistas.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Na plataforma BDTD, encontramos cinco (5) trabalhos importantes para a definição da pesquisa. O primeiro deles, a tese *A Invenção do Pastor Político* -

*Imaginários de Poder Político Construídos a Partir da História das Bancadas Evangélicas*, produzida por Diemerson Saquetto (2007), investigou o trajeto de formação do/a pastor/a político e sua atuação na bancada evangélica. Com uma análise de projetos e de entrevistas com pastores/as eleitos/as, o pesquisador concluiu que as religiões têm apresentado novos modelos de crenças e de posturas teológicas e eclesiais, a fim de permanecer como instituição geradora de sentido e de pertença social a seus/as fiéis. Ao se voltarem para o campo político, aproximam seus fiéis e suas fiéis de questões políticas de seu interesse estabelecendo uma ponte entre religião, fé e política, muitos/as até mencionam que foram enviados/as por Deus para intervir no meio político

As conclusões de Saquetto (2007) reiteram-se pelas de Bruna Suruagy do Amaral Dantas (2011), cujo trabalho *Religião e Política: Ideologia e Ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal* constatou que o discurso dos/as religiosos/as na Câmara Federal gera um sentimento de pertença social em seus/suas fiéis e as estratégias de linguagem utilizadas naturalizam suas demandas e legitimam seu poder político e social. A maneira como essas estratégias persuadem indivíduos e grupos a apoiá-los em suas ideias e propostas políticas é explicada em parte pelo trabalho de Marcia Selivon (2015), *Representação, Palavra e Persuasão: o discurso religioso da Igreja Apostólica Renascer em Cristo*, em que constatou que o discurso religioso midiático dessa Igreja tem sua capacidade de convencimento potencializada por sua aproximação da vida cotidiana de seus/suas fiéis como suas finanças, vida amorosa e familiar. Além disso, por meio de seu *site*, divulgam e conclamam seus fiéis e suas fiéis aos eventos e às festividades da instituição, reiterando sua identificação. A capacidade de persuasão do discurso dessas Igrejas nas redes sociais leva a autora a reforçar a necessidade de mais estudos científicos sobre o tema. Esses trabalhos possibilitaram compreender a ligação entre, religião, política e mídia no sentido de gerar um sentimento de pertença social em seus/suas fiéis para naturalizar suas demandas e legitimar seu poder, político, social e comunitário.

A pesquisa *Representação Social da Igreja Universal do Reino de Deus por Evangélicos dela Egressos*, publicada por Raquel Neves Fariña (2011), investigou a representação social da Igreja Universal do Reino de Deus por parte de fiéis egressos. A partir de encontros grupais e de entrevistas individuais, a autora

constatou que, para essas pessoas, a Igreja assumia um papel fundamental em suas vidas. Concluindo que, para elas, a Igreja representa bem-estar pessoal e financeiro. Resultados muito próximos foram encontrados pela pesquisa *Mídia, religião e gênero: a representação da mulher no programa Show da Fé*, de Patrícia Garcia Costa (2013), quem investigou a representação da mulher disseminada pelo programa mantido e produzido pela Igreja Internacional da Graça de Deus. A autora verifica que o programa produz a visão patriarcal da mulher, cuja função social seria renunciar e conceder ao outro. As duas pesquisas demonstram a força do discurso religioso midiático com base nas mídias que produzem representações e orientam a forma de pensar e agir de seus/suas fiéis e simpatizantes. Identificamos nesses trabalhos como a Igreja utiliza as mídias para aproximar-se dos/as fiéis e promover um papel de bem-estar social e financeiro por meio dos cultos televisionados.

Diversos trabalhos que apareceram na plataforma da BDTD foram identificados na plataforma CAPES e, por isso, não foram duplamente considerados. Intencionalmente, o único trabalho selecionado na plataforma CAPES foi inserido por último, porque a plataforma estava com problemas em seus dados e, por esse motivo, foi possível realizar a revisão, somente, em 2021. De autoria de Alexandre Brasil Fonseca (1997), a dissertação *Evangélicos e Mídia no Brasil* analisa o uso da mídia pela Igreja Evangélica Renascer em Cristo e pela Igreja Universal do Reino de Deus, concluindo que a estratégias de inserção na vida cotidiana de seus/suas fiéis constitui-se uma das justificativas de seu poder de persuasão e difusão nas redes sociais. Desse modo, Fonseca (1997) por meio de seu trabalho, mostra como grupos religiosos evangélicos passam a adquirir veículos de comunicação, criando assim, uma mídia alternativa para enfrentar as grandes redes de televisão. Com isso, passam a criar, também, conteúdos para internet, apropriando dos canais de comunicação em suas variadas vertentes.

Com essas considerações em mãos foi possível compreender que as Igrejas Católicas e Evangélicas se valem de estratégias para mobilizar o fortalecimento de seu posicionamento político. Conforme Dantas (2011), para isso, as estratégias buscam aproximar o discurso religioso dos problemas e das inquietações cotidianas de seus/suas fiéis e de elementos da cultura popular. Por outro lado, as pesquisas revisadas informaram sobre um caminho ainda não

trilhado nos estudos sobre as relações entre grupos religiosos evangélicos e mídia. Outro ponto de destaque, nas revisões bibliográficas realizadas, trata da existência de poucas produções acadêmicas que analisem a mídia evangélica e as relações de gênero e de sexualidades, desde o crescimento dessas organizações religiosas em 1990 e sua inserção na mídia. Além disso, ao observar as áreas das produções acadêmicas encontradas na revisão bibliográfica desta tese, constatamos os campos da (2) Psicologia Social; Ciência da Religião; (1) Ciências Humanas; (1) Psicologia Clínica; (1) Ciências Sociais; (1) História; (1) Filologia e Língua Portuguesa e (1) Comunicação Social.

Na década de 1990, a Igreja Católica não desenvolve projetos de inserção com altos investimentos na mídia como as Igrejas Evangélicas. Isso vai ocorrer somente nos anos de 2000, com padres cantores e, posteriormente, apresentadores na televisão. Por isso, optamos, neste trabalho, mesmo com minha afinidade à religião católica, discutir as questões de gênero e de sexualidades, somente, na mídia evangélica, pelo modo como essas organizações vêm se articulando desde 1990 na aquisição de canais de televisão, de rádio e de *sites* como forma de produzir modos de ser e de viver em sociedade (cf. DANTAS, 2012; MORENO, 2016; SAQUETTO, 2007; SELIVON, 2015).

Representações de gênero e de sexualidades LGBTI+, veiculadas pelas mídias religiosas em sua vertente evangélica, projetam-se, então, como um campo profícuo para investigação delineada nessa tese, a partir do seguinte problema: de que modos a mídia evangélica representa as questões de gênero e sexualidades LGBTI+? Além do objetivo geral anunciado no início desta seção, o de problematizar as representações constituídas e constituidoras sobre as questões de gênero e sexualidades da população LGBTI+, tivemos como objetivos específicos: (i) analisar as ancoragens e as objetivações das representações de gênero e de sexualidades difundidas pelos sítios das Igrejas Evangélicas e (ii) discutir as implicações educacionais das representações veiculadas pelas mídias religiosas evangélicas investigadas.

Para o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa, como primeira etapa selecionou-se um *site* religioso evangélico que contemplasse grande quantidade de seguidores e que contivesse imagens, textos e comunicados aos/as seus/suas seguidores/as. Seguindo esses parâmetros, selecionamos a *website Gospel*

*Prime – o cristão bem-informado*<sup>10</sup>, da qual analisamos as postagens que continham conteúdos sobre gênero e sobre sexualidades da população LGBTI+. Segundo Ethel Rudnitzki e Laura Scofield (2020)<sup>11</sup>, o *site Gospel Prime* (GP) foi um dos principais veículos de mídia que participaram ativamente na disseminação de notícias distorcidas e manipuladas com foco em desestabilizar projetos que visavam os Direitos Humanos e das minorias.

Além disso, o *site* GP recebeu financiamento, juntamente com outros grupos midiáticos, do atual presidente Jair Messias Bolsonaro e políticos aliados. Sem contar que verbas públicas foram direcionadas para *sites* divulgar ações do governo, sendo um deles o GP. Para essa análise, foram vistas as postagens realizadas entre 2015 e 2018, período no qual esses temas foram amplamente discutidos em vários âmbitos sociais tendo em vista a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Para levarmos a cabo esta proposta, optamos por uma abordagem qualitativa e documental, considerada a mais adequada para abordar as motivações, as crenças, os valores e as representações da mídia evangélica selecionada.

Antes de finalizar a apresentação desta tese, é preciso mencionar algumas ações de censura que ocorreram após as eleições de 2018 e que intensificaram o debate sobre mídia, religião, gênero e sexualidades LGBTI+, como, por exemplo, a ministra da pasta Mulher, Família e Direitos Humanos realizou um pronunciamento sobre a utilização de roupas por meninos e meninas, afirmando que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”<sup>12</sup>. A fala da ministra apenas demarca o posicionamento político do presidente Jair Messias Bolsonaro de que as demarcações sobre o gênero macho e fêmea ainda são latentes, direcionando os papéis sociais e como cada indivíduo devem se comportar de acordo com o sexo de nascimento. Outro exemplo é a censura do prefeito Marcelo Crivella, na Bienal do Livro do Rio (2019), ao pedir que os livros da Marvel dos “Vingadores”

---

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.gospelprime.com.br>. Acesso em 30 maio 2020.

<sup>11</sup> Reportagem. Disponível em <https://apublica.org/2020/08/grupo-de-midia-evangelica-que-pertence-a-senador-bolsonarista-e-um-dos-que-mais-dissemina-desinformacao-afirmam-pesquisadores/>> Acesso em 12 jan. 2021.

<sup>12</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 7 maio 2020.

fossem retirados da bienal por conter uma imagem de dois personagens homens beijando-se<sup>13</sup>.

Além da tentativa de censura do prefeito Marcelo Crivella, destacamos a ação do governador de São Paulo, João Doria, que ordenou as escolas estaduais a recolher os livros didáticos da disciplina de ciências que tratavam assuntos sobre gênero e sexualidades<sup>14</sup>. Por fim, é preciso mencionar que diversas entidades religiosas, católicas e evangélicas, realizaram uma reunião com o presidente Jair Messias Bolsonaro interessadas na verba da pasta da comunicação para realizarem uma “mídia positiva” sobre o governo<sup>15</sup>. Esse alinhamento religioso político flerta com um governo autoritário. Essas ações reafirmam os aspectos religiosos que somados ao poder político ganham força para reger as sexualidades dos/as brasileiros.

Para a apresentação da pesquisa proposta, tomou-se como ponto de partida situar o/a leitor/a, quanto às condições singulares dos grupos LGBTI+. Para isso, no primeiro capítulo desta tese, apresentamos o movimento LGBTI+ realizando um resgate histórico sobre o movimento, sobre suas lutas e sobre os embates na celebração do orgulho gay no Brasil. Vamos dar foco, também, ao movimento LGBTI+, do Paraná, pelo fato de o pesquisador estar inserido no movimento LGBTI+ deste estado. Trazer a história do movimento LGBTI+ é reconhecer a construção desse movimento por meio políticas públicas que visam a equidade e a garantia de direitos. É questionar as representações que se constituíram sobre gênero e sexualidades LGBTI+ em nossa sociedade e, acima de tudo, é promover por meio da luta, ações que visam a garantia dos Direitos Humanos e a liberdade de expressão.

No segundo capítulo, realizamos um diálogo sobre laicidade, sobre dignidade humana e sobre políticas públicas. Reconhecemos que as políticas públicas são um espaço de promoção, de construção e de ação que visam a diversidade, o pluralismo e a laicidade. Por isso, passa a ser alvo de ataques de instituições religiosas, porque reconhecem nesse espaço um campo fértil para a

---

<sup>13</sup> Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,bienal-do-livro-do-rio-crivella-vingadores-e-censura-saiba-o-que-aconteceu,70003000092>, Acesso em 7 maio 2020.

<sup>14</sup> Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/doria-manda-recolher-livros-didaticos-que-abordavam-identidade-de-genero-23925039>. Acesso em 7 maio 2020.

<sup>15</sup> Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,por-verbas-tvs-catolicas-oferecem-a-bolsonaro-apoio-ao-governo,70003326526>. Acesso em 7 maio 2020.

produção e para a circulação de temas, como o gênero e a sexualidades LGBTI+. Apresentamos, ainda, algumas políticas educacionais que corroboram para a discussão da temática gênero e sexualidades e como a educação foi fator decisivo para reafirmar posicionamentos em prol da laicidade e dignidade humana.

No terceiro capítulo, apresentamos alguns pontos sobre as discussões de gênero e sexualidades, apontando alguns entrelaçamentos entre mídia e política e como que o *site* GP se tornou um dos principais difusores de temas que tratam sobre as questões de gênero e de sexualidades entre o público evangélico. O quarto capítulo apresenta trilha metodológica e as estratégias utilizadas para capturar as representações sociais no *site* GP. O quinto e último capítulo problematizou as representações constituídas e constituidoras sobre o gênero e sobre as sexualidades presentes na mídia evangélica GP. Seguem nossas conclusões, retomando argumentos, estratégias e posicionamentos sobre as representações constituídas e constituidoras sobre gênero e sexualidades LGBTI+.

Destacamos, ainda, que cada capítulo, desta tese, possibilitou-nos compreender a rede de significações políticas e sociais, em torno do gênero e das sexualidades, que vão se instaurando por meio do surgimento do movimento LGBTI+ no Brasil, passando pela educação, pela mídia e pelas manifestações religiosas. Além disso, as disputas para assegurar a laicidade, a dignidade humana e as políticas públicas no Brasil são moldadas pela rede de poder que vai se constituindo por meio da mídia e religião. Nesse conflito, surgem as representações sociais que são difundidas e propagadas em nosso cotidiano.



## 1 | MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL: VAMOS CELEBRAR A LUTA DE CADA DIA

*Abra a porta desse armário  
Que não tem censura pra me segurar  
Abra a porta desse armário  
Que alegria cura  
Venha me beijar [...]*

*Letra: Daniela Mercury*

Neste capítulo, pretendemos destacar acontecimentos que marcaram a trajetória do movimento LGBTI+ no Brasil<sup>16</sup>, pontuando alguns acontecimentos no

<sup>16</sup> O corpo e suas modificações figuram como a materialização das memórias e das vivências em sociedade. Por isso, iniciamos esta seção com a imagem da *performance* da artista transexual Viviany Belebony na 19ª Edição da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo (2015). A fotografia mostra a dicotomia presente na atualidade brasileira entre a diversidade sexual e a religião cristã. Nessa dimensão, a “transcrucificada” utiliza um mestre espiritual de grande importância para a religião cristã, para colocar em pauta uma discussão sobre a diversidade sexual e sobre os preceitos religiosos. O mestre espiritual utilizado na *performance* é Jesus Cristo, condenado por suas palavras e por suas ações, pelas autoridades da época, e crucificado em um instrumento de tortura chamado “cruz”. Pode-se aventar, então, que a *performance* da artista trata do amor de Jesus Cristo ao próximo e ao movimento oposto de seus seguidores/as que, com atitudes e com ações, perseguem o diferente. Se o corpo e suas modificações remetem a um período histórico, essa imagem mostra o quanto não estamos imunes às normas, às regras e às convenções de instituições sociais e do momento histórico que vivenciamos.

período de 1970 até 2021<sup>17</sup>. Vale destacar que a história do movimento tem reflexo direto na construção do saber, como se fosse o combustível que alimenta sua produção em forma de denúncia, de luta, de mobilização e de protesto. Segundo a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2009), a produção historiográfica sobre os movimentos sexuais, no Brasil, expressa uma tentativa de proporcionar novas narrativas ao saber histórico que, por muito tempo, negou os movimentos sexuais e de gênero em suas produções. Desse modo, as novas narrativas permitem compreender um novo modo de ser e de vivenciar as identidades sexuais no Brasil e, proporcionam, conseqüentemente, novas saberes.

A título de exemplo iniciou-se a trajetória dos movimentos LGBTI+ situando-os dentro dos movimentos feministas. De acordo com Cleyton Feitosa Pereira (2018), foram os movimentos feministas que, ao inaugurarem o campo político de discussão e de luta de gênero e de sexualidades, abriram a possibilidade do ativismo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTI+). Ao trazer à tona os conceitos de gênero e de sexualidades, os movimentos feministas desestabilizaram com uma agenda histórica baseada no patriarcado<sup>18</sup>, uma vez que a narrativa passa a ser constituída deixando de ser apenas a exploração econômica do homem sobre o homem, instaurando-se o debate sobre as relações de poder como motor das relações humanas.

Ao se apropriarem e ao desenvolverem conceitos de privacidade e de intimidade, de diversidade e de diferença, de papéis de gênero, de sexualidades, de liberdade, de luta e de igualdade, os movimentos LGBTI+ passou a refletir sobre sua própria realidade e a questionar a violência a que são submetidos, por não aderirem aos papéis sociais convencionais e hegemônicos (FACCHINI, 2005).

---

<sup>17</sup> Facchini (2005) registra, em seu célebre livro: *Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, que o movimento LGBTI+ brasileiro passa a ganhar corpo como movimento a partir de 1970 quando grupos começam a buscar um caráter político sobre as questões da identidade influenciados pelo movimento feminista que antecede o movimento LGBTI+.

<sup>18</sup> “O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito” (SAFFIOTI, 2013, p. 74).

Movimentos LGBTI+ e Movimentos Feministas articulam-se, também, em sua trajetória na medida em que os Estudos de Gênero se tornam o campo de conhecimento que problematiza a realidade de homens e de mulheres LGBTI+, bem como as normatividades naturalizadas pela sociedade (PEREIRA, 2018). Entretanto, Céli Pinto (2003) assinala que a convivência entre os dois movimentos nem sempre foi ajustada, ora se aproximando, ora se separando em suas lutas. Em nosso país, enquanto no período de 1940 a 1970, gênero e sexualidades estavam fortemente associados aos movimentos feministas. Apenas na década de 1970, os movimentos LGBTI+ ganham forma e passam a atuar, política e consistentemente, em suas lutas sociais (FACCHINI, 2005).

Segundo Prado e Machado (2012), esses movimentos iniciaram-se de maneira informal como manifestações pelos direitos de lésbicas, de gays, de bissexuais, de travestis e de transexuais em praças públicas, em clubes e em bares. Nesses espaços, os grupos LGBTI+ definiam novas lutas e realizavam panfletagem de eventos organizados pelo próprio público. Conhecidos como “guetos” esses locais serviram de base inicial da organização do movimento LGBTI+. No Brasil, essa etapa inicial do movimento, dado o seu desenvolvimento durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), tornava-o ainda mais ameaçador, pois a polícia mantinha vigilância sobre qualquer tipo de manifestação pública, incluindo as desse tipo. Para Jacqueline Ribeiro Cabral (2016), além do movimento LGBTI+ ser considerado subversivo por transgredir as regras ditatoriais impostas pelo regime com seu modo de ser e de viver as sexualidades, também era considerado imoral e acusado de pervertido. Esse período inicial da repressão da ditadura contra o movimento LGBTI+, paradoxalmente, foi crucial para fortalecer o movimento e para direcioná-lo na criação de uma rede de proteção e de denúncia contra a violência (CABRAL, 2016).

Para ganhar mais notoriedade e força em luta por respeito, os grupos buscaram a adesão de outros movimentos sociais e instituições como empresários, setores da mídia e coletivos de saúde (FRY, 1983). Um dos canais criados para o enfrentamento da repressão e divulgação de suas ideias foi o jornal *Lampião da Esquina*, em 1978, que se tornou o primeiro jornal brasileiro de temática gay com grande tiragem e circulação nacional.

De acordo com Peter Fry (1983), o jornal *Lampião da Esquina* era mais que um órgão de imprensa, uma vez que se transformou em canal de denúncias e de divulgação dos abusos contra o público gay. Suas matérias carregadas de humor e de ironia qualificaram-no para o grupo de jornais e de revistas considerados imprensa alternativa, ou seja, dedicada a criticar o regime militar, com denúncias de violências contra os direitos humanos e com divulgação das organizações da esquerda política brasileira. Contudo, o *Lampião da Esquina* não se constituía como unanimidade entre os grupos LGBTI+. O jornal foi criticado por não abordar as temáticas lésbica, travesti e transexual que configuravam como as múltiplas faces da diversidade sexual. Assim, em 1979, pela primeira vez, o jornal abriu espaço para a publicação dessas temáticas consolidando-se como meio de manifestação desses grupos (FRY, 1983). Entretanto, embora tenha encerrado sua publicação em 1981, período que coincidiu com o início da abertura política do Brasil, o *Lampião da Esquina* deixou marcas na história da imprensa brasileira e influenciou o surgimento de coletivos LGBTI+.

Entre eles destaca-se o Grupo Somos (grupo de afirmação homossexual) entre os anos de 1978 e de 1980, em São Paulo, cujo intuito era fomentar a aliança com outras minorias sociais e fortalecer o caráter político do movimento em busca de espaço nas políticas públicas brasileiras. É preciso destacar que o grupo Somos foi o primeiro a ser criado no Estado de São Paulo, possibilitando que outros grupos LGBTI+, até então isolados e sem nome, passassem a criar seus grupos de apoio e de luta (FRY, 1983).

No mesmo período de 1978-1980, o movimento LGBTI+ passou a ser fortalecido com a criação de núcleos e de grupos de apoio, também, são, negativamente, acometidos com a disseminação de uma doença que logo seria associada ao movimento LGBTI+. Conhecida inicialmente como “peste gay” ou “Castigo de Deus”, a epidemia de HIV/AIDS reduz a velocidade de suas conquistas no campo social e dos direitos. Em inglês, a doença significa vírus da imunodeficiência humana, causador da AIDS, que ataca o sistema imunológico responsável por defender o organismo de doenças. A AIDS é uma sigla originada também do inglês, *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida). É o estágio final da doença provocada pelo HIV, um vírus que causa graves danos ao sistema imunológico. Esses acontecimentos

atingiram, de forma direta o público LGBTI+, a comunidade começou a perder membros que, nesse período, afastaram-se de assuntos ligados à diversidade sexual, pois tudo que era associado ao movimento era considerado um grupo de risco (SIQUEIRA, 2020).

Muitos grupos saíram em defesa de combate à doença conhecida como a “peste gay”, termo propagado por grupos religiosos, no período de 1980 a 1985, cristãos que associaram a doença a um castigo de Deus contra a população LGBTI+, por não se enquadrar nos preceitos cristãos e nas normas sexuais da época. Tais grupos chegaram a realizar campanhas, alertando a população dos riscos de transmissão da doença que tinha como fator principal a promiscuidades de homens e de mulheres LGBTI+ (RIBEIRO, 2011). Nesse período, o Grupo Somos, que, inicialmente, tentava alianças para fortalecer o movimento, acabou sofrendo retaliações que o obrigaram a se desfazer em 1983/1984. Outros grupos deixaram de apoiar sua causa e de patrocinar eventos, dissociando-se dos homossexuais e, portanto, da AIDS (CONDE, 2004). Em vista disso, as lutas para o reconhecimento dos direitos sexuais dos/as LGBTI+ passaram a ser mais raras, pois homens e mulheres começaram a evitar assumir sua identidade sexual e de gênero com medo de agressões e de violência. Como consequência desse período, a população LGBTI+ demorou mais de quinze anos para voltar a sair às ruas e buscar visibilidade e representatividades (RIBEIRO, 2009).

A manutenção do movimento e sua luta passou a ocorrer de forma isolada por meio de campanhas de saúde, de distribuição de camisinhas e, também, de formas de compreender melhor o HIV e a AIDS. Com a atitude de promover campanhas de saúde e de prevenção por meio de um sexo seguro, muitos/as militantes da causa LGBTI+ passaram a informar a população e contaram com o apoio das instituições de saúde, pois a doença não se restringia apenas a população LGBTI+, mas, também, as pessoas heterossexuais. Depois dessa divulgação, os setores de saúde e até religiosos passaram a compreender a doença como um caso de saúde pública, que não estaria ligado à orientação sexual do indivíduo ou a um “castigo de Deus” (CONDE, 2004; FACCHINI, 2005; SIQUEIRA, 2020).

No período de 1980 a 1990, o movimento buscou romper os cordões que o ligavam a AIDS e mostrar à população uma nova identidade no cenário brasileiro.

Segundo Deco Ribeiro (2011), o movimento LGBTI+ recuou, “[...] se [em] 1980 tínhamos mais de 20 grupos LGBTI+ no Brasil em 1984, contabilizavam-se sete e em 1985 apenas 6” (RIBEIRO, 2011, p. 155). Com o número reduzido de grupos que apoiavam a causa do movimento LGBTI+, ficava cada vez mais distante a inserção de políticas públicas que contribuiriam para o enfrentamento da violência e da doença, que acometia população LGBTI+, e a garantia de direitos.

Ao mesmo tempo em que a crise serviu para um declínio de visibilidade da população LGBTI+, podemos citar dois grupos LGBTI+ que, nesse período, tomaram a frente e permaneceram para descaracterizar que os/as homossexuais eram transmissores da doença. Esses grupos vieram depois do Somos e abraçaram a causa para tentar eliminar alguns tabus que estavam associados ao movimento LGBTI+, quais sejam: Grupo Gay da Bahia (GGB), fundado em 1980, e o Triângulo Rosa (1985). Esses dois grupos foram essenciais na defesa pela inclusão do termo “orientação sexual” na constituinte de 1987. Luiz Mott disse, em entrevista para o Jornal Nexo<sup>19</sup>, que, no período, havia várias manifestações contra a população LGBTI+. “[...] no meu bairro em Salvador, Barris, às vezes eu passava de moto e tinha molecada que gritava ‘Aids, Aids’” (NEXO, 2017, s/p). O período da epidemia do HIV e da AIDS foi de intensos conflitos, pois a população fazia questão de indicar, por palavras, por violência e, até, por denúncias, locais frequentados por LGBTI+, bem como as casas de sujeitos LGBTI+ (FRY, 1983).

Para Fry (1983), os movimentos no período de 1980 a 1990, ao mesmo tempo em que recuaram frente à militância, adentraram às universidades em busca de respostas e tentaram por meio da educação criar políticas educacionais que pudessem criar ferramentas coletivas por meio do diálogo sobre o tema. Com isso, na época, ocorreram crescentes ondas de pesquisas sendo produzidas pelos/as LGBTI+ nas universidades brasileiras. O movimento de sair da militância para adentrar o campo acadêmico foi essencial para desmistificar e, também, para informar a população LGBTI+ sobre sua saúde e para fomentar a discussão no campo acadêmico e educacional. Em função disso, percebemos que, na transição dessa década, ocorreram muitas transformações no campo das ciências sociais, humanas e médicas.

---

<sup>19</sup> Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>. Acesso em 21 maio 2019.

No período de dez anos, o movimento buscou romper com alguns estigmas na sociedade, começando pelo próprio termo, a partir do qual costumava ser definido. Nessa nova empreitada, segundo Jimena Furlani (2009), o movimento precisou voltar para a base e refazer o caminho, buscando sua historicidade e sua representação e desconstruindo pensamentos e ideias para que novas possibilidades de pensar o movimento pudessem surgir. Dessa forma, o movimento LGBTI+ começou a organizar estudos e pesquisas que sustentassem suas lutas políticas e sociais (FACCHINI, 2005). Ao aproximar o movimento de grupos de formação de base e de pesquisa dentro das universidades, o coletivo LGBTI+ começa a repensar sua composição e, até mesmo, o nome que lhe foi atribuído com a expressão “homossexualismo”. Conforme Furlani (2009), a partir daí, homossexualismo deixou de ser a denominação desse grupo, uma vez que representa algo de natureza patológica, imoral e pecaminosa como revela sua origem etimológica. Para a autora, homossexualismo

[...] é uma palavra híbrida, formada pela fusão de três radicais de origem linguística distinta: 1. do grego, homo = “igual, semelhante, o mesmo que”; 2. Do latim, sexus = sexo; 3. Do latim, ismo = “próprio de”, “que tem a natureza de”, “condição de”. O sufixo ismo ao ser incorporado reforçou na representação da palavra os pressupostos da época (religioso-moralista, médico-patológico, jurídico-criminal) para os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, algo de natureza anormal, essencialmente patológico, doente, desviante, perverso, pecaminoso (FURLANI, 2009, p. 153).

O termo foi criado pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, no século XVIII, na tentativa de uma expressão que pudesse explicar e denominar o comportamento e os desejos sexuais considerados anormais de homens e de mulheres que se sentiam atraídos/as pelo mesmo sexo (SIQUEIRA, 2020). Furlani (2009) especifica que o indivíduo homossexual passou a existir como categoria médica a partir da transição do século XVIII para o XIX, período de investigação no campo da medicina e da psicologia sobre o comportamento humano.

Com isso, houve uma tentativa em adotar a expressão homossexualidade, que remete a uma qualidade particular de relacionamento sexual e afetivo entre as pessoas e não mais a uma patologia ou desvio comportamental.

Homossexualidade (do latim, sufixo *dade* = “qualidade de”) passou a ter a preferência de muitas pessoas a este tipo de relacionamento, não como uma condição desviante ou doença, mas sim, como uma possibilidade legítima de homens e mulheres viverem seus afetos e prazeres. Hoje, igualmente positivos, contudo, com compreensões distintas, dependendo de cada autor(a), a homossexualidade pode também ser apresentada pelas palavras homoerotismo, homoafetividade, homoconjugalidade. (FURLANI, 2009, p. 153-154).

A partir da década de 1990, identificamos uma etapa de fortalecimento e de fomento do sentimento de pertença das pessoas LGBTI+. Já em 1995, em parceria com a Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex, nosso país sediou a 17ª Conferência no Rio de Janeiro, um evento internacional que terminou com uma marcha na praia de Copacabana, marcando o começo de uma nova projeção das questões de gênero e sexualidades (DECO, 2011). No ano seguinte, em 1996, os movimentos LGBTI+ de São Paulo e do Rio de Janeiro organizam um protesto na Praça Roosevelt, na cidade de São Paulo, solicitando atenção das políticas públicas às demandas do movimento LGBTI+. A partir desse ato, os coletivos LGBTI+ começam a planejar o evento. Assim, ocorreu a primeira parada LGBTI+ do país, na avenida Paulista, também, na cidade de São Paulo, reunindo cerca de aproximadamente duas mil pessoas. Hoje, a parada do Orgulho Gay de São Paulo é considerada a maior do mundo (RIBEIRO, 2011).

Para Cláudia Vianna (2018), se a década de 1990 terminou com a celebração do movimento com resgate do orgulho de vivenciar suas sexualidades, amor entre iguais e suas lutas, os anos 2000 iniciavam com avanços no campo da medicina. Em 2002, o processo de redesignação sexual, conhecido popularmente como “mudança de sexo”, ou seja, do fenótipo masculino para o feminino, foi autorizado no Brasil, sendo ofertado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com a inserção dessa política no campo da saúde pública brasileira, foi possível proporcionar visibilidade para pessoas transexuais e buscar medidas que colaborassem com o processo de mudanças.

Desde 2009, o Ministério da Saúde passou a adotar o uso do nome social das pessoas LGBTI+ no SUS. Na continuidade dessas conquistas, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do

mesmo sexo, adequando a legislação aos projetos de lei existentes desde a década de 1990. Com a decisão do STF, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permitiu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, assim como a conversão de uniões estáveis homoafetivas em casamentos civis. Em 2013, o Governo Federal passou a adotar a mesma medida nas aplicações do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); medida essa que ampliou, também, os debates em níveis federais, estaduais, municipais e redes privadas (SIQUEIRA, 2020; VIANNA, 2018).

Com o avanço social, político e jurídico dos movimentos LGBTI+, em 2018, o STF determinou que pessoas transgênero pudessem alterar, em cartório, tanto seu nome, como o registro de seu sexo, pois, antes dessa determinação, cabia ao cartório acatar a decisão de modificação ou não (VIANNA, 2018).

Avanços jurídicos, também, expandiram-se em relação à proteção da vida da população LGBTI+ frente à violência. Destacamos, ainda, que, em junho de 2019, o STF determinou que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero passe a ser considerada um crime. Isso é um avanço quando se trata das políticas públicas no Brasil para os/as LGBTI+. Na votação, dez dos onze ministros reconheceram uma demora inconstitucional do Legislativo em tratar do tema. Desse modo, os/as ministros/as determinaram, por oito votos a três, que a violência homofóbica passasse a ser punida pela Lei de Racismo (Lei n. 7.716/1989), que, atualmente, prevê crimes de discriminação ou de preconceito por raça, por cor, por etnia, por religião e por procedência nacional<sup>20</sup>. É preciso destacar que a votação aconteceu seguindo todos os quesitos determinados. Além disso, enquanto os movimentos nacionais desenvolvem-se e fortalecem os movimentos LGBTI+ por meio da sua luta, também surgiram mobilizações nos demais estados brasileiros, entre eles, o Paraná, destaque do próximo tópico.

### **1.1 Celebração do orgulho e da luta LGBTI+ no Paraná**

É oportuno inserir um tópico sobre a celebração do orgulho e da luta LGBTI+ no Paraná, porque minha formação e minha participação nos estudos de

---

<sup>20</sup> Reportagem sobre a criminalização da homofobia. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em 1 maio 2020.

Gênero, de Sexualidades e de Diversidade Sexual ocorreu nesse estado. Por meio da interação entre a universidade e o movimento LGBTI+, pude acompanhar um pouco sobre a história, sobre o desenvolvimento de políticas públicas e, também, sobre a efetividade do movimento por meio de conversas com professores/as, alunos/as e comunidade. Apresentar, historicamente, a luta LGBTI+ no estado do Paraná significa compreender, também, as representações do movimento, pelo viés do pesquisador, uma vez que tanto o movimento como o tema fazem parte de minha vida pessoal e acadêmica. Rios (2009) afirma que resgatar a história dos movimentos em prol dos direitos LGBTI+ no Paraná implica reviver a construção de nossa consciência coletiva e individual e os impactos no modo de ser e de viver em comunidade.

No Paraná, os movimentos LGBTI+ foram impulsionados, também, pelas mobilizações nacionais e interações com movimentos sexuais de outros estados brasileiros. Em seu início, existiam apenas alguns/mas ativistas isolados/as e grupos que discutiam a visibilidade das homossexualidades em espaços públicos na cidade de Curitiba, capital do estado. Destacamos a cidade de Curitiba por aparecer, constantemente, na bibliografia sobre o movimento homossexual brasileiro (CONDE, 2004; DIGNIDADE, 2008; FRY, 1983; RIBEIRO, 2011; VIANNA, 2018, SIQUEIRA 2020). Não descartamos a hipótese de haver outros coletivos, grupos e pessoas em outras cidades do Paraná, naquele momento, em favor da liberdade sexual e seus direitos. Por isso, há necessidade de se escrever a história do movimento LGBTI+ destacando a regionalidade. Atualmente, em 2021, por conta da mídia, da internet e das redes sociais, os grupos conseguem uma melhor comunicação e interação que não se restringe apenas a capital do estado.

De acordo com a obra *Uma História de Dignidade* do Grupo Dignidade de Curitiba (2008), na década de 1970, a cidade de Curitiba não permitia que espaços direcionados ao público LGBTI+ pudessem ser abertos. Permissão essa que não consistia na forma da lei, mas, sim, na aceitação social, uma vez que esses espaços (barzinhos, boates, cafés, etc), se abertos, estavam sujeito a sanções dos grupos locais que não aceitavam a presença de LGBTI+ nos espaços de convívio social. Tais grupos são formados por comerciantes, empresários/as, políticos/as, grupos religiosos entre outros que utilizam de suas

influências comerciais para inibir e, até mesmo, intervir na abertura de qualquer espaço destinado a esse público.

Por isso, muitas discussões eram realizadas em pequenos coletivos que se encontravam em suas residências e trabalhos. A discussão em torno da temática LGBTI+ começou a ganhar fôlego, despertando o interesse de ação social coletiva, quando muitos/as LGBTI+ buscavam recursos por vias jurídicas e eram negados. Vale salientar que até os campos políticos, para galgar direitos em Curitiba, sempre foram muito fechados e conservadores (DIGNIDADE, 2008). A solução foi buscar alternativas políticas para que os direitos de homens e de mulheres homossexuais da cidade fossem respeitados, pois era mais que urgente a criação de uma rede que auxiliasse na garantia de direitos e dignidade humana. Foi preciso que muitos/as profissionais dos mais diversos setores assumissem sua orientação sexual e identidade de gênero como forma de apoio a causa e, também, como forma de ajudar nas mais diversas questões que apareciam desde a negação dos direitos até a violência (DIGNIDADE, 2008).

Em Curitiba, um dos locais que ficou conhecido por sua trajetória foi o *Celsos Bar* (1970), primeiro local que agregava pessoas LGBTI+, cujo proprietário foi ator e bailarino, Celso Filho. Ao voltar de uma temporada no exterior, Celso Filho decidiu abrir uma casa de shows. Homossexual assumido e com ideias arejadas e libertárias em relação à vida e as sexualidades, o pioneiro da ampliação do espaço para lésbicas, gays, bissexuais e travestis confirmou, em uma entrevista, de setembro de 1994, ao jornal Folha de Parreira, que “[...] o intuito não era exatamente abrir um bar gay, porque Curitiba era muito repressiva na época. Não existia um local de encontro de gays, as pessoas se escondiam” (DIGNIDADE, 2008, p. 4). As pessoas frequentavam o Celsos Bar por se identificarem com a sua história e, também, por saberem que não seriam reprimidas em razão de sua orientação sexual, já que o proprietário era LGBTI+ e, na cidade de Curitiba, eram escassos os locais de convívio para esse público (DIGNIDADE, 2008).

Essa falta de referência foi um fator natural para que nascesse, naquele espaço, um gueto com interesses afins. Logo, as batidas e as perseguições policiais passaram a ser constantes, mas, também, um meio de publicidade às avessas, tanto para o meio LGBTI+ quanto para os negócios do bar. Cada vez

que os jornais noticiavam as batidas policiais, o bar enchia mais, contribuindo, de certa forma, para a divulgação do bar que, além do público LGBTI+, acabou atraindo outras pessoas como o movimento negro e o movimento *punk* (DIGNIDADE, 2008). Essa união dos movimentos apenas fortalecia o movimento LGBTI+ no Paraná, porque várias pessoas de diferentes grupos passaram a defender os direitos igualitários e, também, abriram seus espaços como bares, lojas e outros para que o público LGBTI+ pudesse frequentar. Aos poucos, o movimento foi se infiltrando na Curitiba conservadora e repressora. Uma rede de apoio começou a ser criada frente a exclusão e tentativa de inibir ações do público LGBTI+ por parte de alguns empresários. Por isso, o Celso Bar foi um ponto de encontro e, também, de discussões políticas sobre os direitos LGBTI+ e sua luta na cidade (DIGNIDADE, 2008).

Contudo, a repressão e as denúncias eram constantes contra Celso Filho que passou a enfrentar a perseguição da polícia e, diversas vezes, teve que fechar o bar para evitar um confronto maior. Durante a década de 1980, com a propagação do vírus HIV/AIDS e a constante assimilação do vírus com um fator de promiscuidade dos/as LGBTI+, com 70 anos, Celso Filho chegou a ser preso enquanto mantinha a casa noturna Clube 2. A polícia alegou que ele não podia fazer *shows* sem autorização, provocando o fechamento do local. Os bares ou os clubes que Celso tentava abrir foram acompanhados de represália, de denúncia e de boicotes. A perseguição foi tanta que, além de ter passado um final de semana na cadeia, surgiu ainda uma ordem de transferência para o Presídio do Ahú, para que o dono do clube respondesse a um processo na prisão. Isso era comum em algumas cidades que utilizaram da justiça para inibir grupos LGBTI+: a prisão de Celso Filho com o intuito de afastar o empresário da cidade que era assumido homossexual e fechar os redutos de encontros de pessoas LGBTI+ (DIGNIDADE, 2008). Diversos bares, casas noturnas e demais comércios da cidade de Curitiba tentavam não aproximar seus nomes e respectivos comércios do público LGBTI+, com medo de sofrer a mesma violência que Celso Filho sofreu durante anos.

Esses acontecimentos culminaram no afastamento de Celso Filho dos negócios durante os anos de 1990. O artista chegou a ganhar um reconhecimento oficial do município pelos serviços prestados. Segundo Conde (2004), se hoje há um espaço para os LGBTI+ na comunidade e se existe uma organização

reconhecida, tudo isso é um grande avanço e está fortemente ligado às pessoas que, como Celso Filho, cederam espaços, residências ou salas para as reuniões e organização do movimento LGBTI+ no Paraná. Quando Celso Filho sai de cena, o movimento LGBTI+ já estava consolidado e muitas pessoas que acompanharam a luta do empresário compreenderam a necessidade de criar uma organização que pudesse atender ao movimento LGBTI+, bem como tinha que partir da união de pessoas que eram LGBTI+ ou pessoas que simpatizavam com a causa (CONDE, 2004; DIGNIDADE, 2008).

Por meio da organização e da aproximação entre os indivíduos que frequentavam o bar e os coletivos que pernoitavam, fomentou-se a criação de um grupo atuante em Curitiba. Assim, nasceu um coletivo (Grupo Dignidade) de representação da população LGBTI+ na busca pelos seus direitos, proporcionando a visibilidade dessa população nos meios sociais.

O nome foi definido no dia 16 de maio de 1992. As sugestões arroladas foram as mais inusitadas (e estranhas) possíveis: “Berdaches”, “Filia”, “Tertúlia”, “Urano”, “Erastós”, “Atitude” e, por fim, “Dignidade”. A ideia era a de que o nome estivesse associado à concepção de Gay Pride, ou, em tradução direta, Orgulho Gay. Pensamos que Orgulho poderia soar muito pejorativo, ou até mesmo ufanista em relação ao Grupo. Então optamos por Dignidade, pelo simples fato de que orgulho nós já temos, o que queremos é a dignidade como cidadãos [...]. (DIGNIDADE, 2008, p. 23).

O Grupo Dignidade passou a ser uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1992 em Curitiba. A organização foi formada para defender os direitos LGBTI+ no Paraná e no Brasil, sendo composta por diversos/as profissionais que vão desde a área jurídica, saúde, educação entre outras. Esse corpo diverso figurou como uma marca do grupo para que pudesse atingir vários setores da sociedade. Por isso, quando estudamos a história do movimento LGBTI+ no Paraná, percebemos que não foi diferente do restante do Brasil, a luta do movimento LGBTI+ tem início em 1970 e apenas em 1992 é que eles/as podem celebrar seu orgulho e luta por meio de uma organização. Isso se deve, também, por várias inferências que vão desde a epidemia do HIV/AIDS, nos anos de 1980, até a renovação do movimento no início de 1990. Com essa

renovação, muitos/as sentiram orgulho de assumir sua orientação sexual e a atuar na luta pelos direitos sexuais no Paraná (CONDE, 2004).

Sem dúvidas, o Grupo Dignidade foi pioneiro no Paraná na área da promoção da cidadania LGBTI+. Com o compromisso de lutar pelos direitos de uma parcela excluída da população, o Grupo passou a ser a primeira organização LGBTI+ no Brasil a receber o título de Utilidade Pública Federal, por decreto presidencial de 5 de maio de 1997, pelos seus serviços prestados à sociedade e, também, pela luta em prol da garantia dos direitos LGBTI+ (CONDE, 2004).

Com o reconhecimento, o Grupo começou a buscar parceria com a sociedade civil. O Dignidade manteve-se por meio de recursos captados para a execução de projetos pontuais específicos e, também, a partir de doações de colaboradores/as da causa LGBTI+. A missão do Dignidade passou a ser a luta pela livre orientação sexual, conquistando o respeito e a promoção da dignidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Paraná e no Brasil (CONDE, 2004; DIGNIDADE, 2008).

Com isso, o Dignidade passou a atuar como fomentador das discussões LGBTI+. Vale lembrar que, atualmente, o Grupo oferece cursos de formação para coletivos na área jurídica, da saúde e educacional como forma de garantia de direitos no estado do Paraná<sup>21</sup>. Uma dessas formas da promoção das discussões é levar esses cursos formativos para cidades do interior do Paraná criando uma rede entre diversos grupos que apoiam a causa LGBTI+ no Estado. Essa rede possibilita mapear os acontecimentos no Estado e, também, formar pequenos grupos que possam atuar e auxiliar na garantia de dignidade e de direitos (CONDE, 2004). Suas principais áreas de atuação são a defesa e a promoção dos direitos humanos dos LGBTI+, bem como a promoção de sua saúde, com ênfase na prevenção da AIDS e de outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). O Grupo é atuante, também, no cenário nacional, tendo promovido diversos encontros significativos na história do movimento LGBTI+ e do movimento AIDS (CONDE, 2004).

Dessa forma, a estruturação do Dignidade possibilitou parceria com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), para atuar na promoção dos direitos humanos das mulheres lésbicas e,

---

<sup>21</sup> Site do grupo Dignidade: <https://www.grupodignidade.org.br/>. Acesso em: 07 mai. 2020.

também, junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, na articulação de legislação e de políticas públicas afirmativas para a população LGBTI+ (DIGNIDADE, 2008).

O Grupo é um exemplo na luta dos direitos igualitários dos/as LGBTI+, auxiliando outros grupos no Estado a criarem seus próprios espaços da diversidade sexual, contribuindo, assim, para a luta e para o fortalecimento do Movimento. No Paraná, existem poucos grupos de ativistas/militantes LGBTI+ que lutam pela causa, a saber: Grupo Dignidade, em Curitiba; Grupo Homossexual Londrinense (GHL), em Londrina; Grupo Garras, em Irati; Instituto Paranaense 28 de Junho (IMPAR), em Curitiba; Associação Maringaense de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (AMLGBT), em Maringá. Tais grupos são organizados e articulados em defesa da causa LGBTI+ e têm como intuito organizar paradas do orgulho gay e, também, semanas de consciência sobre a violência homofóbica (DIGNIDADE, 2008).

Além dos grupos citados, há, também, centros e coletivos de estudos que realizam pesquisas sobre a diversidade sexual e gêneros em universidades públicas e privadas (CONDE, 2004). Aos poucos, o movimento LGBTI+ vai conquistando espaços para a discussão em torno das temáticas “corpo”, “gênero”, “sexualidades” e seus enraizamentos. Busca a visibilidade e o reconhecimento de seus direitos que têm sido silenciados pela não aceitação e pela exclusão na construção da vida cotidiana.

Ao finalizar este tópico, é preciso destacar, ainda, que o movimento LGBTI+ no Paraná, no início dos anos de 1970 até 1990, enfrentou dificuldades para se estabelecer como uma organização que luta em prol dos direitos LGBTI+. Assim, apenas conseguiu seu reconhecimento a partir de 1992, em nível local e nacional. O grupo consegue apoio de movimentos da área da educação, de mulheres, de negros/as, de indígenas entre outros, atuando em diversos campos e buscando inserir novas políticas públicas para a comunidade LGBTI+ por meio da militância no Estado do Paraná.

Ao propor essa reflexão da história dos movimentos e direcionar a discussão sobre essa temática no Paraná, percebemos ser essencial caminhar em direção ao entendimento de ações que legitimem a importância social desses grupos. Só assim poderemos minimizar a violência discursiva e física que

silenciam homens e mulheres gays e que, por medo, não assumem suas identidades de gênero e sexuais. Ao analisar a história do movimento LGBTI+, sentimos a necessidade de tratar do tema específico: as transexualidades. Por essa razão, no próximo tópico, trataremos, especificamente, das transexualidades que, em um dado período da história, foram negadas pelo próprio movimento LGBTI+, levando a uma crescente de estudos sobre a temática no campo da medicina, da psicanálise e da psicologia.

## **1.2 Transexualidades: invisíveis nos direitos, presentes nos estudos clínicos e manuais médicos**

Debater o tema e o tratamento que o movimento LGBTI+ e a medicina proporcionaram ao grupo transexual é compreender os motivos que levaram pessoas trans às internações compulsórias. Além disso, na categoria de análise das representações sociais, discutida mais adiante, o tema aparece nas entrelinhas dos textos selecionados. Com isso, é preciso entender quais olhares permearam sobre a identidade transexual e porque alguns discursos ainda permanecem.

Neste tópico, apresentamos recortes da história da transexualidade e de sua luta pela despatologização de sua condição. Pensar as mudanças históricas, políticas e sociais em relação à transexualidade implica reconhecer a existência dessa identidade que, por muito tempo, ficou invisível frente aos direitos sociais e ao próprio movimento LGBTI+, mas presente nos estudos clínicos e nos manuais médicos. O intuito não é falar sobre as vivências de pessoas transexuais, por haver diversos/as autores/as que tratam sobre o assunto com propriedade e que se identificam como pessoas trans. Pretendemos, assim, criar uma reflexão sobre o movimento trans que surge em paralelo ao movimento LGBTI+ e que, posteriormente, passa a integrar o movimento de luta pela equidade de direitos. Esse movimento de criar um grupo separado do coletivo LGBTI+ proporciona um diálogo sobre a história de luta desse grupo e a garantia de um tratamento de saúde acessível.

O “fenômeno transexual” foi um dos primeiros termos referentes aos estudos sobre pessoas transexuais no campo da medicina. Segundo Berenice

Bento e Larissa Pelúcio (2012), a década de 1950 é marcada pelos primeiros artigos que tratavam sobre o assunto. Para os estudos da época, o ponto de partida para identificar pessoas transexuais era a relação de abjeção que pessoas transexuais tinham em relação as suas genitálias. A partir dos estudos que se apresentaram em 1950, diversos discursos tentaram definir o que seria a vivência transexual, dentre os quais podemos destacar a Medicina, a Psicologia, a Psicanálise, a Psiquiatria, entre outros. Todas essas narrativas começaram a permear a vivência trans pela ótica da patologia, enquanto o movimento LGBTI+, por não compreender a vivência de pessoas transexuais, deixa a experiência trans invisível frente ao movimento (BENTO, 2014).

Para Bento (2014), as narrativas que se formaram por meio dos discursos médicos passaram a limitar a existência trans por meio de estruturas fixas corpóreas. Dessa forma, pessoas transexuais passaram a viver na fronteira do gênero, pois o que definia a existência do gênero macho e fêmea seria o sexo biológico: corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem e as pessoas transexuais não se reconheciam nesse percurso apresentado pela medicina. Caso alguma pessoa não se reconheça dentro desses marcadores, estaria suscetível a uma intervenção médica e diversos tipos de violência. Para Bento (2014, p. 49), é preciso fazer outro questionamento para além do demarcador da medicina, tal como: “[...] só é mulher quem tem útero?” Para a autora, só será possível compreender a vivência trans, quando o campo da medicina passar a interpretar o conceito de mulher por outra ótica, deixando de lado a lógica do corpo-vagina-mulher ou do corpo-pênis-homem. Essa lógica prevalece até os dias atuais e, para a autora, reafirma o conceito da vivência heterossexual, pois, para pessoas transexuais serem reconhecidas como mulher ou homem, é preciso que realizem uma cirurgia padronizando seus corpos. Não seria mais coeso realizar uma nova interpretação sobre a vivência trans? Essa questão é motivo de discussão tanto para o movimento trans quanto para o campo da medicina.

O campo médico/psi passa, então, a construir protocolos e a produzir diagnósticos de diferenciação das pessoas transexuais em relação aos homossexuais entre o período de 1950 a 1960, acarretando a condução dos corpos de pessoas trans de forma patológica. Isso, pois, ao criar uma diferenciação o campo da medicina coloca a transexualidade além de patológico,

mas, como anormal e incongruente (BENTO, 2014). Ao mesmo tempo em que o campo da medicina passa a produzir um diagnóstico sobre a transexualidade e medidas de intervenção, o movimento LGBTI+ afasta-se da luta trans por não compreender e/ou por não saber interpretar essa nova categoria que surge.

Para João Silvério Trevisan (2018), o movimento LGBTI+ estava concentrado em sua maioria em homens e em mulheres homossexuais, uma vez que se reconheciam com suas genitálias e que tinham suas experiências pessoais baseadas no modo de ser e de viver heterossexual. Quando surgem as pessoas trans, que não se reconhecem no seu corpo e que rompem com os padrões usuais do gênero no modo de se vestir e de se comportar, o próprio movimento LGBTI+ reconhece essa identidade como doentia. Segundo Trevisan (2018), existem poucas obras publicadas sobre a população trans no Brasil, reforçando essa invisibilidade. A história é a única capaz de fornecer elementos para pensar essa invisibilidade, pois os relatos mais antigos sobre pessoas trans são datados desde a primeira metade do século XIX em shows e em espetáculos de teatro e isso não pode ser reduzido a simples tentativa de reconhecimento da identidade trans perante o movimento LGBTI+. É preciso destacar que não foi apenas o movimento LGBTI+ que se afastou da luta trans, por não reconhecer a transexualidade como identidade. O movimento feminista, também, recusou-se a reconhecer a transexualidade como uma identidade, argumentando que pessoas trans tinham um estereótipo do gênero, ou seja, uma paródia do que era ser homem ou mulher (TREVISAN, 2018).

Para Judith Butler (2003), não bastaria às pessoas trans apenas dizerem “sou mulher” ou “sou homem”. É preciso que essas falas venham acompanhadas de um performativo, um conjunto de elementos que reconheçam seu corpo e suas ações. Ainda, isso apenas não basta, porque o gênero é um processo de reconhecimento social permanente e se você não é reconhecido/a como mulher ou como homem, você passa a ser taxado/a como uma fraude. Uma das alternativas da medicina para romper com esse estigma social do reconhecimento e o sentimento de pertença por meio da genitália, foi a cirurgia transexualizadora. Trata-se de um procedimento de modificar o pênis em vagina, para mulheres trans; para homens trans, a retirada dos seios; e, para ambos, a utilização de hormônios. Essa posição “[...] contrapunha-se à dos profissionais da psicologia,

psiquiatria e psicanálise, sempre reticentes às intervenções corporais como alternativas terapêuticas” (BENTO, 2012, p. 570). Muitos psicanalistas consideraram esse procedimento como mutilações, reconhecendo a vivência trans como uma doença, o transexualismo. As discussões em relação ao “fenômeno transexual” percorrem uma década até a regulamentação da cirurgia e dos protocolos de reconhecimento da pessoa trans. Enquanto os direitos de vivenciar a sexualidade trans de forma natural é inviabilizada, o conceito transexualidade fica mais evidente nos estudos clínicos e nos manuais médicos, que passam a investigar, por meio de protocolos e de estudos clínicos, formas de viabilizar procedimentos cirúrgicos que possibilitassem as pessoas trans o sentimento de “pertença” com o próprio corpo.

Após as discussões conceituais, o procedimento cirúrgico intensificou-se ao longo das décadas de 1960 e de 1970. A medicina passou a normatizar as identidades sexuais e a produzir indicadores, diferenciando pessoas que se reconheciam como transexuais<sup>22</sup> das que se identificavam com a identidade de gênero diferente da trans por meio de protocolos. Desse modo, a medicina moderna passou a criar procedimentos para identificar quais pessoas sofriam de “disforia de gênero”, para autorizar o tratamento e a cirurgia, sua justificativa para a intervenção cirúrgica tinha como base um diagnóstico pautado na doença classificada, inicialmente, como “transexualismo”.

Assim, em 1980, a transexualidade passa a ser reconhecida como uma identidade sexual de caráter patológico com registro no Código Internacional de Doenças (CID), classificada, inicialmente, como “transexualismo”. Em 1994, muda-se a nomenclatura para “Transtorno de Identidade de Gênero”. Quando o termo é fixado nos anais da medicina, na década de 1990, algumas pessoas que militavam no Movimento Trans concordaram em reconhecer a transexualidade como doença, pois, homens e mulheres que se reconheciam como trans teriam acesso integral à saúde para realizar seu processo. Além disso, muitos iniciavam o processo transexualizador de forma clandestina e sem orientação médica. Do

---

<sup>22</sup> Segundo Jaqueline Gomes de Jesus (2012), **transexuais homens e mulheres** é um termo genérico, caracterizador da pessoa que não se identifica com o gênero atribuindo-lhe, quando de seu nascimento. Evite utilizar o termo isoladamente, pois soa ofensivo para pessoas transexuais, pelo fato de essa ser uma de suas características, entre outras, e não a única. Sempre se refira à pessoa como mulher transexual ou como homem transexual, de acordo com o gênero com o qual ela se identifica.

outro lado, integrantes do Movimento Trans e LGBTI+ argumentavam que a inserção no CID, nos estudos clínicos e nos manuais médicos facilitaria a discussão sobre processos de cura. Vale destacar que essa discussão prosseguiu até o ano de 2019, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>23</sup> removeu da sua classificação oficial de doenças, a CID-11, o chamado “transtorno de identidade de gênero”, definição que considerava como doença mental a situação de pessoas trans. Nesse momento, a OMS reconhece que o processo transexualizador deve ser garantido pelo Estado como direito a todos/as cidadãos/as. Contudo, muitos países, como o Brasil, mantêm, ainda, em seus manuais médicos, o termo “incongruência de gênero”, como forma de garantir o acesso à saúde e ao tratamento a pessoas trans, mas reafirma o caráter patológico.

Para finalizar, é preciso destacar que mesmo com os avanços nos campos das políticas públicas e sociais, os corpos das/os transexuais são interpretados/as e conduzidos/as pela ótica da heteronormatividade, no processo transexualizador. Muitas vezes, a existência do pênis é um demarcador em mulheres trans como pessoas incompletas e nos homens trans, os seios. Dessa forma, é preciso romper com as normas de gênero que classificam as identidades trans como anormais ou como incongruentes, deixando de classificar o corpo trans dentro da lógica corpo-vagina-mulher ou corpo-pênis-homem.

Consideramos importante lembrar que o “T” somente foi incorporado às letras do movimento LGBTI+ no ano de 2016, durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Essa invisibilidade atenua a violência que pessoas trans sofrem no Brasil. Os dados mostram que o Brasil é, hoje, o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Segundo o *ranking* mundial sobre mortes de LGBTI+, houve 900 mortes, no Brasil, no período compreendido entre janeiro de 2008 e setembro de 2016, seguido do México (271) e dos EUA (154).<sup>24</sup>

---

<sup>23</sup> Reportagem no site das Nações Unidas (NU) sobre a retirada da transexualidade como doença. Disponível em <https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>. Acesso em 8 jun. 2020.

<sup>24</sup> Relatório sobre a morte de travesti: [https://transrespect.org/wpcontent/uploads/2016/11/TvT\\_TMM\\_TDoR2016\\_2008-2016\\_Map\\_EN.pdf](https://transrespect.org/wpcontent/uploads/2016/11/TvT_TMM_TDoR2016_2008-2016_Map_EN.pdf). Acesso em: 03 jan. 2021.

Trataremos no próximo capítulo sobre laicidade, dignidade humana e políticas públicas LGBTI+. Optamos por trazer esses conceitos, por serem base estruturante do Estado Democrático de Direito e a discussão sobre as políticas de equidade.



## **2 | LAICIDADE, DIGNIDADE HUMANA E POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+**

O debate público e a discussão acadêmica sobre a dignidade humana, a liberdade religiosa e o reconhecimento das pessoas LGBTI+ nas políticas públicas recrudesceram, nos últimos anos, o embate na esfera pública brasileira. Por essa razão, a laicidade do estado brasileiro pode ser considerada um ponto fulcral para discussão e para a prática de garantia de direitos desses grupos minoritários. Acreditamos que essa discussão permite interpretar quais grupos têm sido reconhecidos ou não na legislação nacional em seus direitos de ser e de viver sua pluralidade cultural, étnica e religiosa.

Apoiamo-nos em Ricardo Mariano (2011), para defendermos essas questões, na medida em que, para o autor, a laicidade em nosso país precisa ser pensada a partir do viés político-histórico, possibilitando que religiões cristãs e suas lideranças clericais estejam, crescentemente, ocupando o espaço público com o intuito de desenvolver projetos na área dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das minorias. Esse crescimento vertiginoso da quantidade de religiosos/as em espaços públicos parece reafirmar as posições moralmente conservadoras presentes em nossa sociedade.

A laicidade figura como uma das características principais na construção do Estado Moderno desde o século XVIII, no Ocidente. Em nosso país, visando garantir um Estado independente da intervenção da Igreja Católica, como ocorria no período monárquico, a laicidade tornou-se um dos princípios do movimento republicano. Seu objetivo foi o de ordenar, juridicamente, e estabelecer critérios de convívio social que não fossem pautados na aproximação do Estado com a Igreja, garantindo direitos civis aos/as cidadãos/ãs em igualdade de condições. O rompimento do Estado com a Igreja leva a posicionamentos de ordem econômicas e sociais diferentes entre essas duas instituições no Brasil, a saber: (i) o Estado passa a não defender os interesses da Igreja Católica, referentes aos impostos e exclusividade; (ii) funções que eram ocupadas por padres e por freiras em hospitais, em pastorais e em asilos passam a ser de responsabilidade do Estado; (iii) propriedades, antes doadas para a Igreja, agora, são requeridas pelo Estado. A Igreja Católica teme uma perseguição religiosa por parte do Estado e declara uma guerra cultural: pensar um discurso que trata da dimensão da vida por meio de símbolos que tangenciam questões existenciais, com o objetivo de atingir a democracia e a laicidade (MARIANO, 2011).

Ademais, ocorre, no Brasil, outras articulações que colaboraram para essa guerra cultural: a articulação entre setores fundamentalistas cristãos, especialmente, os evangélicos, a mídia e o poder político. Esse conjunto tem influenciado na dificuldade de criação de políticas públicas para grupos minoritários. Para Henrique Vieira (2018), esse fenômeno está em franca ascensão e vale-se do fundamentalismo e do extremismo para sacramentar suas ações nas pautas dos poderes legislativos municipais e estaduais, assim como do Congresso Nacional.

O fundamentalismo religioso cristão desenvolve a ideia da verdade absoluta, a qual não pode ser questionada e que se expressa por meio da “palavra” na Bíblia. A partir dessa formulação, passam a projetar uma visão de mundo que exclui as diferenças, descartando a interpretação histórica mediada pelo contexto cultural. Dessa forma, as pessoas passam a pensar o mundo e seu cotidiano como uma expressão divina, sem fugir da lógica bíblica de verdade absoluta e gerando a necessidade de uma intervenção.

O fundamentalismo, portanto, acaba alimentando a intolerância, pois não consegue estabelecer pontos de contatos e de diálogo com outras manifestações religiosas, dimensões culturais e visões de mundo (VIEIRA, 2018, p. 93).

O fundamentalismo é uma vertente religiosa que dificulta o convívio com o diferente. Por essa razão, as pautas dos fundamentalistas religiosos cristãos, na política, visam ao controle das sexualidades, descartando de seus projetos as religiões de matriz africana e criando suas bases na verdade absoluta. Assim, tudo o que foge disso é erro e culpa, o que faz com que “[...] uma pessoa fundamentalista pode passar toda sua vida sem desejar monopolizar o Estado para sua doutrina religiosa ou sair por aí atacando terreiros” (VIEIRA, 2018, p. 93). O fundamentalismo tem a intenção de agir em pautas políticas e em dificultar a abertura para a diferença.

O extremismo religioso cristão é violento. São ações calculadas de forma conscientes para interferir, para amedrontar e para impactar no Estado. Essas ações tentam, a todo momento, impor uma doutrina religiosa que direciona os modos de ser e de viver em sociedade, substituindo o Estado por uma ordem religiosa. Se por um lado o fundamentalismo nega a ciência, por outro, o extremismo quer a destruição de universidades e a morte de pesquisadores/as<sup>25</sup>. Se por um lado o fundamentalismo nega as religiões de matriz africana, por outro, o extremismo quer acabar com os terreiros<sup>26</sup>. Se por um lado, o fundamentalismo nega direitos os/as LGBTI+, por outro, o extremismo quer a morte dessas pessoas<sup>27</sup>. Assim, o extremismo cristão está na ação de grupos religiosos que tentam por meio da violência afastar, aniquilar e exterminar grupos minoritários. Neste conjunto, encontram-se as políticas públicas e ações democráticas para a garantia de direitos.

Segundo Hellen Karine Soares Lira e Luciana Dantas Ferreira (2017), é preciso lembrar que a garantia de direitos por meio da laicidade foi estabelecida

---

<sup>25</sup> Mais informações, disponíveis em <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/13/judith-butler-responde-aos-ataques-de-odio-sofridos-no-brasil>. Acesso em 8 jun. 2020.

<sup>26</sup> Mais informações, disponíveis em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/02/06/terreiro-de-umbanda-e-alvo-de-bomba-e-praticantes-sao-espancados-em-sp.htm>. Acesso em 9 jun. 2020.

<sup>27</sup> Mais informações, disponíveis em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>. Acesso em 9 jun 2020.

apenas no final do século XIX, após a Declaração de Independência quando o Estado Brasileiro registra sua separação oficial da Igreja Católica. No decreto 119-A é registrado em seu primeiro artigo.

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas (BRASIL, 1890).

O decreto acima de autoria de Ruy Barbosa foi uma tentativa de pensar um novo modelo de governo e de garantir direitos aos/as cidadãos/ãs. O conceito de laicidade é organizar, juridicamente, a liberdade religiosa e cultural de um país, independentemente de qualquer confissão religiosa (LIRA; FERREIRA, 2017). Com essa medida, a secularização da Igreja Católica no período de afirmação do Estado Republicano Brasileiro leva à instituição apoiar governos autoritários como é o caso do fascismo na Alemanha no governo de Adolf Hitler (1889-1945). Trago a discussão, neste momento, para o campo da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que é por meio desse evento que o conceito de Dignidade da Pessoa Humana passa a incorporar os documentos oficiais que trazem a palavra laicidade. Esses dois conceitos, laicidade e dignidade humana, passam a ser incorporados nos documentos sobre Direitos Humanos como forma de afirmar a narrativa republicana de separação do Estado com a Igreja, mas, também, dizer que o novo período seria pensado na dignidade das pessoas.

O conceito de Dignidade Humana aparece após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), quando vem à tona a barbárie instalada no regime hitlerista. Tais atos imprimiram, no seio da humanidade, a marca da mais cruel e perversa perseguição política, étnica, religiosa e, também, sexual contra homossexuais e profissionais do sexo. Por meio de uma política higienista, o regime nazista tentou aniquilar todo e qualquer grupo que se mostre contrário ou diferente de seus padrões. Esse cenário devastador levou à criação da Conferência de São Francisco, em 1945, com representação de 50 países, para debater a Carta das Nações Unidas ou Carta de São Francisco. O objetivo maior do encontro foi criar um órgão internacional para promover a cultura da paz entre as nações e evitar

guerras ou conflitos internos. Contudo, objetivava, também, pensar estratégias e ações para garantia de direitos de grupos étnicos, religiosos e sexuais. É nesse contexto que surge a Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1948, a ONU começou a desenvolver um esboço do documento que resultaria, naquele mesmo ano, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), por meio da Comissão de Direitos Humanos. Essa declaração foi um dos principais documentos que propõe um diálogo entre os países sobre as questões religiosas, culturais e sexuais, possibilitando pensar a laicidade, juntamente a dignidade da pessoa humana.

Tratar o princípio da dignidade da pessoa humana é garantir seus direitos sociais individuais ou coletivos dentro de um Estado Democrático, respeitando o sistema federativo e visando assegurar a igualdade, a justiça, a segurança, o bem-estar e a pluralidade. Todos esses princípios são basilares para pensar uma sociedade comprometida com a harmonia social na ordem interna e internacional com soluções pacíficas de forma a possibilitar uma segurança jurídica (LIRA; FERREIRA, 2017).

Por meio de medidas como a Conferência de São Francisco e a ONU que o princípio da Dignidade da Pessoa Humana torna-se instrumento internacional de luta social com força normativa em apoio a laicidade. No dia 10 de dezembro de 1948 foi promulgado o reconhecimento do princípio de Dignidade da Pessoa Humana como direito humano a ser salvaguardado pelo Estado na Assembleia Geral da ONU por meio da Resolução n. 217 A (III) e amparado no artigo 1. “Todas os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

A DUDH gerou questões norteadoras como as condições para se pensar em Dignidade da Pessoa Humana, como os critérios para que o Estado possa atuar de forma justa, moral e solidária, como a qual o princípio universal que merece o reconhecimento e a tutela jurisdicional do Estado. As respostas, a essas questões, foram deixadas a critério das nações para definir a regulamentação, as estratégias e as práticas para o alcance dessas medidas. Cada país ficou responsável por criar e por difundir políticas de promoção e de afirmação. Uma dessas medidas, definidas pelo Estado brasileiro, para implementar tais

competências, foi a inserção de políticas públicas na área da Educação, visando a discutir e a fomentar a diversidade e as diferenças nas escolas por meio de projetos (LIRA; FERREIRA, 2017; MARIANO, 2011; VIERIA, 2018).

Assim, durante a Convenção Americana de Direitos Humanos, realizada em 22 de novembro de 1969, durante a ditadura brasileira, o país assina o Pacto de São José da Costa Rica, reconhecendo os Direitos Humanos em seu território, o que pode ser considerada uma ironia, pois, neste período o Brasil vivenciava a Ditadura Militar. Por conta disso, o princípio da Dignidade Humana é reconhecido em território brasileiro em 6 de novembro de 1992, por meio do Decreto n. 678/1992, depois de acordos estabelecidos durante a Convenção Americana de Direitos Humanos. Cumpre observar ainda que, embora o país venha se posicionando favoravelmente, em relação à garantia de direitos da dignidade humana, liberdade religiosa e reconhecimento das pessoas LGBTI+ nas políticas públicas, podemos constatar um aumento da violência e no retrocesso quanto ao assunto. Mesmo a Constituição Federal de 1988 mantendo, em seu texto, o caráter basilar do tratamento impessoal e neutro em relação a homens e a mulheres e sua liberdade religiosa, conforme o artigo 5º, nos incisos I e VI, e o artigo 19º, no inciso VI.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; [...]

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (BRASIL, 1988).

Os artigos da Constituição Federal (1988), citados acima, não é aplicado a todas as pessoas e grupos religiosos e sexuais, uma vez que “[...] a separação Igreja-Estado no Brasil, estabelecida com o advento da República, não pôs fim

aos privilégios e nem a discriminação estatal” (MARIANO, 2011, p. 246). O Brasil desenvolveu o que Mariano (2011) denomina de “Laicidade à Brasileira”. Os aspectos culturais da religião cristã no Brasil ainda é um traço marcante em sua cultura.

Um dos indicadores dessa realidade contraditória é o fato ocorrido na Câmara dos Deputados, que favoreceu o aceite do Requerimento n. 3.424/2015, solicitado pelo deputado João Campos (PSDB/GO), quanto à criação da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional (FPE), conhecida como bancada evangélica. A bancada evangélica é um modo de se reafirmar como grupo religioso de caráter conservador, composta por evangélicos e católicos, defensores de pautas de costumes que defendem a forma familiar tradicional e heterossexual, bem como as funções sexistas de homens e mulheres neste contrato. Uma das críticas mais contundentes feita pelos/as autores Lira e Ferreira (2017), Mariano (2011) e Vieira (2018) é que a bancada evangélica não reconhece as pessoas LGBTI+ nas políticas públicas. Citamos como exemplo o Projeto de Lei n. 6.583/2013, aprovado na Comissão Especial do Estatuto da Família que reconhece a instituição familiar tão somente a união de um homem e uma mulher. O projeto contabilizou 21 votantes, 17 a favor e 4 contra, dos quais os favoráveis fazem parte da bancada evangélica. Por muito pouco a FPE teria conseguido inserir a restrição de que família se constitui a união de um homem e de uma mulher desde que pautados nos valores cristãos<sup>28</sup>.

De acordo com Mariano (2011), para atender a seus objetivos, a bancada evangélica vale-se de estratégias midiáticas que tornam suas pautas populares e fortemente debatidas nas redes sociais. Editam seus próprios conteúdos jornalísticos por meio de *site*. Dessa forma, realizam estratégias que unem católicos, evangélicos e conservadores, conquistando a legitimidade democrática para aprovação de seus projetos que excluem os princípios de garantia de direitos, de dignidade humana, de liberdade religiosa e de reconhecimento de pessoas LGBTI+. Sua agenda, nesse sentido, é antagônica e distinta das preconizados por um Estado laico, uma vez que defendem a implementação de

---

<sup>28</sup> Estatuto da Família no Brasil. Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761). Acesso em 2 jan. 2021.

uma perspectiva religiosa às políticas públicas e, ainda mais, uma única perspectiva religiosa. Essas ações de promoção dos debates das pautas de gênero e de sexualidades nas redes sociais, corroboram para uma agenda política contrária aos direitos dos grupos minoritários, uma vez que utilizam a discussão pelo viés da moralidade e da verdade absoluta. O mais assustador é que se mantém por meio de alianças parlamentares em diferentes governos. Os grupos de católicos, de evangélicos e de conservadores utilizam o medo como mobilizador de modo a promover torções significativas em conceitos, tais como gênero e sexualidades. Por meio de uma perspectiva moral e verdade absoluta tentam redesenhar conceitos, práticas e vivências de comunidades LGBTI+ e de grupos religiosos de matriz africana.

De acordo com Lucas Bulgarelli (2018), as ações da bancada evangélica têm a função de paralisar e impedir ações que visam reconhecer as pessoas LGBTI+ a área da educação tem sido um dos poucos espaços de resistência. Essa resistência manifesta-se na forma de projetos educacionais, debates coletivos e estudos desses temas. No próximo tópico, apresentaremos políticas públicas que, por meio do sistema educacional, vêm fomentando um espaço de promoção dos direitos LGBTI+ em nível nacional e estadual, levando em conta os princípios da laicidade e da preservação da dignidade humana.

## **2.1 Escola e direitos LGBTI+: Brasil e Paraná**

As políticas públicas voltadas à diversidade sexual e à liberdade religiosa, no Brasil, fortalecem os princípios de dignidade humana e de laicidade. Articular essas políticas por meio da escola é promover um diálogo com a sociedade sobre os diferentes papéis de grupos religiosos, sexuais e étnicos em nosso país. Essa relação contribui para uma sociedade plural e equânime. Desse modo, analisar as políticas públicas implementadas, nos últimos anos, no Brasil, e compreender sua efetivação por meio das lutas e da resistência desses grupos, é reconhecer as transformações que a escola sofreu nas últimas décadas. Foi por meio dessas mudanças que políticas de apoio e permanência foram criadas, identificando as necessidades para se atingir os princípios de dignidade humana e laicidade.

Por essa razão, selecionamos e discutimos algumas políticas públicas voltadas para a discussão de gênero, de sexualidades e de liberdade religiosa. Nossa intenção não é esgotar as análises sobre tais projetos, mas, sim, compreender o modo como esse debate sobre a população LGBTI+ e liberdade religiosa tem aparecido na área educacional, especialmente, no Estado do Paraná em conjunto com o Governo Federal. Assim, vamos verificar quais foram os caminhos utilizados para pensar uma escola equânime por meio dessas políticas públicas implementadas e quais medidas garantiram que professores/as pudessem desenvolver as temáticas de gênero, de sexualidades e de liberdade religiosa no âmbito educativo sem sofrer quaisquer punições.

Concordamos com Fernando Seffner (2009), ao afirmar que a escola tem que ser o espaço principal de promoção do diálogo sobre as temáticas sociais que englobem gênero, sexualidades, pluralidade, liberdade religiosa, políticas públicas e autonomia do indivíduo. A educação é algo presente desde os primeiros anos de vida das pessoas e pensar nossos modos de ser e de organizar a sociedade implica em compreender a construção e o entendimento de projetos sobre às questões de gênero, de sexualidades e de liberdade religiosa. Quando a base educacional está pautada em garantir a pluralidade, a liberdade e autonomia na aprendizagem e no ensino, isso imbrica outras áreas, tais como: justiça e segurança pública.

Desse modo, a escola tornar-se um espaço importante quando falamos em justiça e segurança pública. É por meio da escola e de seu saber sistematizado que reconhecemos as diferenças, as regras e quais grupos devem ou não pertencer àquele espaço e isso são formas de pensar os conceitos de justiça e segurança na escola. O modo como interagimos na escola e os projetos que são criados e desenvolvidos em seu interior vão conduzir as ações dos indivíduos além dos seus muros. Analisar os projetos que são desenvolvidos no âmbito educativo é compreender como essas normas e regras compreendem o movimento LGBTI+ e religioso, uma vez que o jogo de poder das diversas instâncias, sejam elas municipais, estaduais ou federais, são perpetrados por pessoas que, ao julgarem, são regidas por representações sobre os temas julgados.

Dessa forma, entre os projetos promulgados, destacamos as empreendidas pelo governo do Estado do Paraná que, a partir de 2004, aderiu ao programa federal conhecido como “Brasil Sem Homofobia (BSH)” (BRASIL, 2004). Trata-se de um programa de combate à violência e à discriminação contra quem possui menos direitos por

[...] razão ligadas ao preconceito e a discriminação por sua **orientação sexual** e **identidade de gênero**, além dos preconceitos e das discriminações por raça, etnia, **gênero**, idade, deficiência física, **credo religioso** ou opinião política (BRASIL, 2004, grifos nossos).

O projeto BSH figura como uma iniciativa do Governo Federal e da sociedade civil, por meio do Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007, que proporcionou a elaboração do referido programa de forma coletiva e consultiva. A partir desse plano, a equipe escolar poderá opinar na construção do projeto para o combate à discriminação aos grupos menos favorecidos com o *slogan*: “Direitos humanos, direitos de todos”. No PPA, foram apontadas algumas dificuldades por parte da equipe escolar em trabalhar temáticas que visavam a pluralidade cultural, étnica, religiosa e sexual no âmbito educativo.

O programa fomentava a criação de políticas públicas de enfrentamento à violência homofóbica, étnica e religiosa nas escolas públicas do país. Uma das críticas realizada ao documento é que mesmo incorporando termos, como “credo religioso”, “etnia” e “opinião política”, as referidas ações tinham como centro o movimento LGBTI+ e à margem as outras temáticas que passavam despercebidas. Para tanto, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) utilizou da implementação do Programa Brasil Sem Homofobia para pensar em estratégias e ações de enfrentamento da violência contra a diversidade sexual e religiosa nas escolas. Como em outras iniciativas governamentais relacionadas à área da educação, o projeto “Brasil Sem Homofobia” dependeu da participação coletiva de professores/as, gestores/as e comunidade para ser aderido. Maria da Glória Gohn (2011) argumenta que, quando um programa social de nível federal chega a ser aceito em um Estado, indica a preparação anterior do terreno para que seja acolhida e obtenha sucesso. Por essa razão, é importante a realização de conferências, de seminários, de

eventos, entre outros que aproximam a comunidade da temática. É o que parece ter acontecido com o Paraná, uma vez que, ainda nos anos de 1990, os governos estaduais já haviam estabelecido medidas legais em prol da veiculação de campanhas para a educação sexual.

Lei nº. 11.733, de 28 de maio de 1997 - Autoriza o Poder Executivo a implantar campanhas sobre Educação Sexual, a serem veiculadas nos estabelecimentos de ensino estadual de primeiro e segundo graus do Estado do Paraná. Lei nº. 11.734, de 28 de maio de 1997- Torna obrigatória a veiculação de programas de informação e prevenção da AIDS para os alunos de primeiro e segundo graus, no Estado do Paraná (PARANÁ, 2009a).

Apesar de sua promulgação naquela ocasião, a Lei n. 11.733/1997 não teve a efetivação esperada nas escolas públicas, pois as equipes escolares implementaram ações isoladas como palestras, mesas de debates, atos pontuais como a distribuição de camisinhas, etc., sem repercussão mais ampla no sistema educacional. Para Siqueira (2020), a implementação de projetos efetivos sobre gênero e sexualidades não obteve sucesso na escola porque não houve um diálogo anterior à criação da referida lei. Muitos/as professores/as foram surpreendidos/as, apenas, receberam capacitação e/ou formação após a implementação da lei. Se, por um lado, essas ações não seguiram como o planejado; por outro, favoreceram o diálogo entre a esfera pública e a comunidade sobre temas relativos à comunidade LGBTI+ e à liberdade religiosa nas escolas.

Para Riberio (2009), é fundamental o envolvimento dos/as docentes e dos/das gestores/as nos projetos educacionais para que seja articulado de forma coletiva, o que explicaria, em parte, a experiência não satisfatória da lei, em razão da intervenção vertical das instâncias estaduais sobre as escolas. Para implementar um projeto educacional sólido é preciso um amplo debate na escola e sociedade (SIQUEIRA, 2020).

Após o lançamento do programa *Brasil sem Homofobia*, outros programas estaduais surgiram com o intuito de fomentar a discussão sobre gênero, sexualidades e liberdade religiosa<sup>29</sup>. De acordo com João Bôsco Hora Góis e

---

<sup>29</sup> Vale ressaltar que o programa *Escola Sem Homofobia* teve o apoio do MEC e foi elaborado por Organizações Não Governamentais (ONG) e representantes de Movimentos LGBTI+.

Thiago Barcelos Soliva (2011), fizeram com que as instituições escolares em parceria com outras instituições sociais contribuíssem com a implementação de “novos modelos de ordenação sociosexual”. Dentre os espaços mais relevantes nos quais as relações sociais se estabelecem, a escola continua sendo um dos mais relevantes, visto que favorece, para crianças e adolescentes, o reconhecimento das diferenças econômicas, sociais, religiosas, sexuais ou étnico-raciais, entre os indivíduos. É preciso, ainda, que esses temas sejam assegurados pelo Estado com base em estudos científicos, caso contrário estaremos a mercê de outros dispositivos, tais como: igreja, família e mídia. Para os autores,

[...] a vizinhança e as mídias, por exemplo, constituem dispositivos importantes de reafirmação de formas tradicionais de estar no mundo, ancoradas em rígidos modelos de ordenação sociosexual. Ao lado de tais dispositivos encontram-se também as escolas (GÓIS; SOLIVA, 2011, p. 39).

Em direção próxima, Seffner (2009) especifica que o âmbito educativo pode se organizar como um espaço propício à vivência, ao debate de políticas de inclusão e enfrentamento à violência que atinge a diversidade sexual e a liberdade religiosa. Para tanto, ao incentivar o diálogo sobre temas pungentes, como a homofobia e a liberdade religiosa, a escola incentiva a reflexão e as mudanças na realidade da própria instituição. Estudos recentes têm apontado os graves problemas de estudantes que sofrem nas escolas por não aderirem ao padrão sexual normativo sexual e religioso, bem como a ausência de políticas públicas educacionais eficazes, que garantam a permanência desses/as alunos/as nas escolas (GÓIS; SOLIVA, 2011; JUNQUEIRA, 2017; SEFFNER, 2009; VIANNA, 2018).

Novamente, Góis e Soliva (2011) auxiliam-nos a compreender esse processo de discriminação e violência das instituições escolares.

---

Posteriormente a esse projeto, houve a tentativa de implementação do KIT Anti-homofobia, que teve sua repercussão nacional por meio das mídias com caráter discriminatório taxativo e que ficou sendo conhecido pejorativamente como *Kit Gay* (OLIVEIRA JÚNIOR, 2013).

Para aqueles alunos cujo comportamento se distancia das expectativas hegemônicas de gênero, essa violência é acentuada por preconceitos construídos em torno da homossexualidade. Recorrentemente, este tipo de violência não é recriminado pelos professores e pelo corpo técnico-pedagógico. Em geral, esses profissionais tendem a se relacionar de duas maneiras com a violência homofóbica no universo escolar: pelo silêncio ou pelo apoio velado ou explícito a ela. Ambas as formas reforçam a percepção de que os alunos gays devem ser mesmo punidos pelo seu comportamento transgressor (GÓIS; SOLIVA, 2011, p. 40).

As dificuldades de implementação de políticas públicas inclusivas nas escolas são compreendidas, também, a partir das disputas de poder travadas por diferentes setores da sociedade como grupos políticos e religiosos-cristão que, entre outros, buscam a hegemonia de seus valores e representações nesses espaços. Como indica Seffner (2009), partidos políticos e grupos religiosos propagam ideias que, aparentemente, distanciam-se da política partidária e materializam-se em concepções religiosas com vistas a influenciar a implementação de políticas governamentais e de Estado. Políticas governamentais referem-se às utilizadas, estrategicamente, por grupos políticos para vigorar no poder, enquanto as de Estado garantem sua continuidade mesmo com o término das gestões (MOTT, 2005).

De acordo com a literatura especializada, a luta dos movimentos de diversidade sexual e de grupos religiosos deve se envolver preferencialmente por políticas de Estado, cuja manutenção é garantida em lei e independe de gestões governamentais provisórias. É preciso que a comunidade escolar (docentes, gestores, família e estudantes) tenha a compreensão das questões de gênero, de diversidade sexual e de liberdade religiosa. Temáticas essas que devem ser desenvolvidas na escola de forma a não depender das ações de governo ou do Estado, mas, verificando as necessidades de grupos minoritários na escola.

Sendo assim, Seffner (2009) lembra que, nos últimos anos, contra todas as adversidades, a escola pública brasileira vivenciou um notável crescimento nos diferentes níveis de ensino, conseguindo atingir, praticamente, o acesso universal e permitindo o ingresso de tantas e tão diferentes idades pertencentes aos setores da sociedade tradicionalmente excluídos dos benefícios da educação. Essas conquistas vêm causando forte impacto nas estruturas escolares, em particular, na definição de conteúdo a serem ensinados, de regras de conduta e

de convívio escolar a serem estabelecidas, de modalidades de avaliação dos conhecimentos e das atitudes, de formas de progressão dos/as estudantes, dentre outras questões que envolvem, também, como lidar com as diferenças de gênero, sexualidades e a liberdade religiosa.

Louro (2012) acompanha essa perspectiva, destacando a crescente transformação do público escolar, as disputas por direitos e a contestação de regras e seus efeitos nas práxis sociais. Toda essa transformação está ligada ao desejo de controle da escola e à discussão de seus mecanismos em várias esferas. Com essas transformações, aparecem na escola as novas identidades sexuais e religiosas antes excluídas e contempladas por ações escolares e políticas educacionais. Ainda segundo a autora, a necessidade de conhecimento e de produção de políticas públicas e de ações educativas devem atender às demandas das novas comunidades presentes, atualmente, nas instituições escolares.

Tendo em vista as mudanças ocorridas nos últimos anos do público escolar, no Paraná, o estado adota políticas públicas educacionais de promoção da equidade LGBTI+ e de liberdade religiosa, por meio da criação do Departamento da Diversidade (DEDI), em 2007, na Secretaria de Educação do Estado do Paraná e nos Núcleos Regionais de Educação (NRE). Esse departamento e sua ramificação nos núcleos regionais contaram com a participação de grupos de professores/as, de líderes de movimentos sexuais e de membros do setor civil da sociedade. O DEDI passa a incluir temas relativos à diversidade sexual e à liberdade religiosa nas Diretrizes Curriculares de Educação do Estado do Paraná. A intenção era buscar uma inserção das temáticas na escola pública e, conseqüentemente, seu enraizamento nos Núcleos Regionais de Educação (NRE) em parceria com os departamentos de diversidade dos municípios, como aponta o *site* da Secretaria de Educação (PARANÁ, 2009). É preciso destacar que o DEDI passa a organizar o currículo formativo das escolas públicas do Paraná que contavam com a disciplina de Educação Religiosa, promovendo assim, a inserção da disciplina no âmbito educativo por meio de cursos formativos.

Assim, além de fomentar políticas públicas educacionais, o DEDI passou a criar materiais didáticos e de formação continuada para os/as docentes da rede

estadual sobre as diferenças religiosas, étnicas, de gênero e sexuais. Com essas iniciativas, o governo do Paraná começou a mover-se contra a onda de discriminação, contra a diversidade sexual e religiosa, lançando o Decreto n. 2.228. Por meio desse decreto, possibilitava que a SEEDE realizasse conferências e cursos formativos dentro da temática diversidade sexual, étnica e religiosa. Com isso, as conferências seriam um local para discutir propostas de trabalho nos âmbitos estadual e municipal, para o entendimento sobre as políticas públicas para a diversidade sexual na educação. Eventos esses que serviram, também, para aproximar o poder público dos grupos minoritários do estado do Paraná, servindo como um local de reivindicação e projeção das políticas LGBTI+ e liberdade religiosa (PARANÁ, 2009b).

Visando ampliar o debate a produção do saber sistematizado sobre gênero, sexualidades e liberdade religiosa em 2009, fundou-se o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NGDS), com o objetivo de aprofundar as questões da diversidade, buscando ações de sociabilidade entre alunos/as em diversos formatos e espaços. O grupo figurou como uma base para pensar as questões ligadas à diversidade sexual e à liberdade religiosa na SEDD/PR, como também um grupo base para fundamentação teórica e prática de ações que poderiam ser aplicadas dentro da escola (PARANÁ, 2009a).

A partir dessa organização, foi lançado, em 2010, o *Plano Nacional de Promoção da Cidade e Direitos Humanos LGBTI+*, cujo objetivo era promover a discussão das temáticas diversidade sexual, étnica e religiosa, nos espaços públicos e privados, por meio do apoio do Governo Federal e Sociedade Civil. As diretrizes criadas pelos grupos de trabalhos seriam transformadas em políticas de Estado para combater a homofobia institucional e a discriminação étnica e religiosa, acometidas dentro dos órgãos públicos e também de setores privados, assim como a introdução de temas LGBTI+ na Educação Básica e Superior, objetivando o respeito à diversidade sexual escolar (PARANÁ, 2009b). Tais políticas foram fruto dos debates em torno do programa *Brasil Sem Homofobia* que levavam militantes dos grupos LGBTI+, a dialogarem com as propostas para se trabalhar a temática dentro das escolas. Dessa forma, o estado começou a dar visibilidade aos/às LGBTI+, promovendo o respeito e a cidadania e assegurando os direitos humanos dos/as cidadãos/ãs que, antes, eram excluídos/as de

espaços públicos, unindo a tríade do movimento LGBTI+, do étnico e da religiosidade. Contudo, é preciso destacar que ainda existe uma resistência por parte de alguns/mas professores/as em trabalhar e desenvolver as temáticas de gênero, sexualidades e liberdade religiosa na escola (SIQUEIRA, 2020).

A discussão colaborou para a implementação, por meio da SEED/DEDI, do documento de Orientações Pedagógicas<sup>30</sup>, destinado aos Núcleos Regionais de Educação no Paraná (NRE). Trata-se de orientações em relação ao Parecer, aprovado em 8 de outubro de 2010, que regulamenta o uso do nome social nos documentos escolares por alunos/as transexuais e travestis (PARANÁ, 2009b). As referidas orientações pedagógicas figuram como um documento importante para as políticas educacionais, pois, além da promoção da inclusão do nome social de travestis e de transexuais, orientavam sobre os procedimentos de inclusão nos documentos escolares e como a equipe pedagógica deveria atuar (SIQUEIRA, 2020).

Segundo o documento assinado pelo DEDI, em 2010, são garantidos o acesso e a permanência da população LGBTI+ nas escolas, como, também, a escolha desses/as estudantes sobre o banheiro a ser utilizado (PARANÁ, 2009a). Medidas essas que trouxeram maior acolhimento, maior segurança e maior tranquilidade para a população LGBTI+ das escolas do Paraná. Desenvolveram-se, também, Equipes Multidisciplinares nos Núcleos Regionais de Educação e instituições escolares com o fim de definir ações contra a discriminação racial, religiosa de gênero e sexual. O encaminhamento desses resultados para o DEDI constituiu um passo para a inibição da violência escolar contra a diversidade (PARANÁ, 2009b). Esse conjunto de medidas do poder público evidencia o movimento conceitual e político favorável à diversidade de gênero, sexual, étnica e religiosa; importantes para um melhor convívio dentro das escolas. As políticas propostas pelo Governo Federal caminharam com as políticas do Estado do Paraná no período de 2004-2011. Essas políticas foram fomentadas no governo presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Após esse período, a presidenta Dilma Rousseff apresenta resistência em trabalhar as temáticas gênero, sexualidades e liberdade religiosa. Após manifestação contrária por meio da ala evangélica,

---

<sup>30</sup> Disponível em

[http://www.nre.seed.pr.gov.br/paranavai/arquivos/File/Equipe%20de%20ensino/Orientacao\\_Pedagogica\\_01\\_2010.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/paranavai/arquivos/File/Equipe%20de%20ensino/Orientacao_Pedagogica_01_2010.pdf). Acesso em 20 ago. 2018.

Dilma Rousseff acabou vetando alguns desdobramentos dessas políticas, como a suspensão do kit anti-homofobia em maio de 2011<sup>31</sup>.

Com o veto ao material kit anti-homofobia, a mídia passou a acompanhar todo a ação que envolva os conceitos de gênero e de sexualidades, na disputa política brasileira. A agenda da bancada evangélica ganha destaque em diversos veículos de comunicação, possibilitando que a bancada divulgasse seus projetos, com foco no movimento LGBTI+, nas mulheres e nos direitos reprodutivos. Com o acesso à mídia, a ala conservadora avançou por meio das redes sociais, de *sites* e de *blogs*, passando a promover torções significativas em torno do conceito de gênero e de sexualidades. As questões étnicas não passaram despercebidas, utilizando da ridicularização para inferiorizar pessoas negras e indígenas. Esses ataques visam às políticas públicas para as minorias, a fim de que opere o medo como mobilizador.

Assim, essas ações repercutiram no cotidiano das escolas, nas quais se mantiveram, em certa medida, os estereótipos e os preconceitos com os/as estudantes dessa população. A violência homofóbica segue presente nas escolas paranaenses de diferentes maneiras, bem como ainda se apresenta como pano de fundo das práticas escolares e institucionais. De acordo com várias pesquisas (GÓIS; SOLIVA, 2011; JUNQUEIRA, 2009; SEFFNER, 2009; VIANNA, 2018), uma nova onda que retoma a discriminação e a rejeição das comunidades LGBTI+ e dos grupos religiosos de matriz africana, constitui-se de forma crescente em nosso país, acompanhando um movimento mundial de recrudescimento de racismos, de xenofobias e de homofobias. Como parte desse movimento, fazem-se presentes as mídias e as redes sociais, cujo papel é destacado na difusão dessas ideias e desses valores, que penetram todos os ambientes sociais, dos quais não escapam as instituições escolares.

Por isso, no próximo capítulo, apresentamos como as representações sobre gênero e sexualidades sobre a população LGBTI+ circulam no ambiente virtual e de que maneira esses temas têm reflexos na vida cotidiana de seu público.

---

<sup>31</sup> Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/dilma-suspende-8220-kit-gay-8221-apos-protesto-da-bancada-evangelica/>. Acesso em 2 jan 2020.



### 3 | PEDAGOGIAS CRISTÃS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MÍDIA

Deus é Mulher  
 Deus há de ser  
 Deus há de entender  
 Deus há de querer

Que tudo vá para melhor  
 Se for mulher, Deus há de ser  
 Deus há de ser fêmea  
 Deus há de ser fina  
 Deus há de ser linda  
 Deus há de ser

(*Deus Há de Ser*, composta por Pedro Luiz)

Iniciamos este capítulo com uma ilustração de um *outdoor*, espalhado pelo Pastor Silas Malafaia por diversos lugares, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2010, com o objetivo de fazer frente à denominada ideologia de gênero. Esse ato recebeu apoio de diversos/as pastores/as que passaram a elogiar Malafaia por sua atitude e a reproduzir a ação em vários pontos da cidade. Segundo Silas Malafaia, sua intenção era consolidar as bases de enfrentamento ao movimento

que se formava na política em favor da violentação de princípios cristãos<sup>32</sup>, por parte de grupos da sociedade civil.

Denominada *Pedagogias Cristãs*, o título desta seção busca refletir sobre as representações de gênero e de sexualidades das pessoas LGBTI+, que ancoram atitudes como as de Silas Malafaia e da mídia evangélica GP, em especial, contra as manifestações de ser e de pensar dessas comunidades. “Pedagogias Cristãs” é uma expressão que criamos, durante esse processo de pesquisa, para nos referirmos às estratégias utilizadas pelo GP para circular suas representações sobre gênero e sexualidades, em veículos de comunicação. Enquanto estratégias de comunicação, as Pedagogias Cristãs produzem e reproduzem representações sociais sobre os temas gênero e sexualidades, por meio da propaganda, com reflexos diretos na vida cotidiana e religiosa de seu público.

Para amparar a discussão, foi selecionado como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais sistematizada por Serge Moscovici (1978; 2005; 2012). Representações sociais (RS) não se constituem de uma cópia ou de um reflexo da realidade, mas, sim, antes de tudo, de interpretações e de versões construídas por indivíduos e por grupos sobre essa realidade. Nesse sentido, não há um corte bem traçado e rigoroso entre indivíduos e realidade, uma vez que toda forma de representação é uma maneira de rerepresentar a realidade sob uma versão particular de quem a representa. Por essa razão, as representações sociais mantêm-se em transformação contínua em decorrência das interações entre os indivíduos, os grupos e entre a esses os artefatos culturais.

Para Hall (2016), os artefatos culturais são produções materiais humana. Por meio do objeto criado, os indivíduos fornecem informações sobre a cultura do criador e de seus usuários. Os artefatos podem sofrer alterações ao longo dos anos. O modo como são utilizados representa o desenvolvimento de uma civilização e, também, as mudanças culturais de forma individual e coletiva. Por isso, os artefatos culturais são peças centrais na pedagogia cultural. Por meio dos artefatos culturais, é possível compreender as estruturas de aprendizado e de

---

<sup>32</sup> Disponível em <https://www.gospel10.com/noticias/noticia--pr-silas-malafaia-em-600-outdoors-no-rj-em-favor-da-familia-e-preservacao-da-especie-humana-deus-fez-macho-e-femea--877> Acesso em 13 maio 2020.

formação humana e, quais objetos contribuíram para a sistematização desse conhecimento. Todo artefato cultural, construído pelos indivíduos ao longo do tempo, representa suas práticas culturais, modo de ser e de viver em sociedade. Além disso, fazem circular representações, produzindo sentido por meio dos artefatos.

De acordo com Moscovici (1978), a construção das representações sociais pode ser explicada por dois mecanismos básicos: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem descreve o processo de familiarização com que cada indivíduo realiza aquilo que lhe é desconhecido, tornando-o conhecido e passível de ser integrado em seu próprio sistema de referência, bem como de seu ambiente social. O processo de objetivação materializa as representações construídas, por meio das diferentes de linguagem e de ações de forma a torná-las reconhecíveis e compreensíveis aos outros indivíduos e grupos.

O autor explica que a motivação para a elaboração de representações sociais é a busca de “uma ponte entre o estranho e o familiar”, pois o que é considerado estranho para indivíduos e grupos pressupõe

[...] uma falta de comunicação dentro do grupo, em relação ao mundo, que [pode] produz[ir] um curto-circuito na corrente de intercâmbios e retira[r] do lugar as referências da linguagem entre esses indivíduos (MOSCOVICI, 2005, p. 209).

Um curto-circuito dessa ordem dificulta e, muitas vezes, impede a comunicação e a compreensão recíproca do que é dito e do que é feito e, em decorrência, põem em risco as interações sociais.

Com suas técnicas, signos, linguagens e estratégias, o senso comum fornece à comunidade humana meios de interpretar e de produzir representações de mundo capazes de orientar o pensar e o agir cotidiano. Entre as representações que orientam o cotidiano humano destacam-se as religiosas, cuja linguagem e produção de significados é singular são diferentes de outras ordens de representações como o senso comum e a ciência.

Dessa forma, as representações sociais implicam conjuntos de saberes e de crenças, partilhados, socialmente, por meio dos quais nos apropriamos do mundo e damos sentido. Podemos, assim, comunicar-nos com o outro em um mundo simbólico comum. São as representações sociais que unem a dimensão

subjetiva do indivíduo à dimensão objetiva da realidade externa, permitindo a constituição desse ambiente simbólico comum em processo definido por Moscovici (1978) como psicossocial.

Por suas condições construtivas e simbólicas as representações sociais podem ser consideradas a base de estereótipos e de preconceitos, já que atuam como mecanismos de manutenção de representações que hierarquizam indivíduos e grupos sociais, legitimando sua inferiorização em detrimento de outros. Portanto, os preconceitos são decorrência da cristalização de representações sociais sobre indivíduos, comportamentos e situações mantidos rigidamente como modelos para determinados grupos sociais.

Estereótipos e preconceitos fazem parte da constituição das representações religiosas uma vez que, de acordo, com Moscovici (1978), esses conceitos fazem parte dos universos, reificado, orientado por regras e normas, e consensual, fluído e espontâneo. Para Moscovici (2012), as representações sociais estão presentes no universo consensual por meio de interações e de comunicações cotidianas, que produzem os sentidos de pertencimento às comunidades e aos grupos, enquanto no universo reificado constituem saberes absolutizados, centralizados e submetidos a certas normas de produção. Para Jovchelovitch (2008), se de um lado o universo consensual das representações sociais tende a modificar-se como resultante das interações dos indivíduos em suas práticas sociais diárias, por outro, o universo representacional reificado é produzido por um grupo encarregado dessa atividade que o coloca em circulação no meio social conforme suas necessidades e interesses. Moscovici (2012) afirma que as representações tomam o lugar da ciência e, por outro, a constitui e/ou a reconstitui a partir das relações sociais envolvidas no cotidiano. Com isso, a ciência passa a fazer parte das crenças dos indivíduos e passa a ser o elemento da própria cultura.

Moscovici (2012) verificou que o universo reificado religioso se vale da propaganda, um saber científico e com rigor metodológico, para fazer produzir, distribuir e circular suas representações sociais. Nesse movimento, alimentam a formação de estereótipos, fixando e cristalizando significados. Dessa maneira, preconceitos com aqueles que não compartilham desses estereótipos. Assim, vão centralizado as ideias e influenciando na construção da realidade de um coletivo.

A relação de poder, segundo Moscovici (2012), passa a ser restrita, pois, o grupo que faz circular suas representações por meio da propaganda, interfere diretamente nas relações individuais e coletivas. Para Jovchelovitch (2008), esse processo envolve juízo de valores, o desconhecido passa a integrar aquilo que se conhece, gerando uma rede de significações que possibilita classificar e categorizar o conhecimento. A ciência e o senso comum são confrontados; nesse atrito é que eclodem as representações sociais.

Em convergência com essa posição, Gleiser (2011) chama a atenção para um dos mitos utilizado pelo discurso cristão, o mito da criação, por meio do qual explica o gênero e as sexualidades de homens e de mulheres heterossexuais, julgando, negativamente, todas as formas de comportamento diferentes dessas. O discurso religioso fornece, assim, elementos constituintes de estereótipos de gênero e de sexualidades, servindo de modelo a todas as pessoas, incluindo aí, as comunidades LGBTI+ consideradas inadequadas ao padrão e, portanto, passíveis de preconceito e discriminação.

Arruda (2002) reforça essa ideia ao comentar que a ligação entre a comunicação de massa e o discurso religioso constitui-se como um canal ativo de difusão de traduções do cotidiano para o público fiel e simpatizante. Essas traduções são tomadas para si como uma verdade absoluta implicando a desvalorização e o descarte de outros pontos de vista, fortalecendo preconceitos e estereótipos, por meio de estratégias de comunicação de representações sociais como a propaganda.

Podemos afirmar que a mídia evangélica busca sintetizar sua doutrina religiosa por meio da propaganda que, segundo Moscovici (2012), organiza-se como um discurso eminentemente repetitivo e insidioso, por meio dos quais circulam, livremente, representações sociais na forma de verdades absolutas e cristalizadas. São mensagens que buscam o convencimento e a conquista de novos adeptos por meio da apresentação de ideias simples, diretas, sem nuances, sem contradições. Sobre os temas de gênero e de sexualidades, as representações veiculadas nas mensagens das mídias evangélicas buscam neutralizar as representações sociais que destoem de alguma maneira de sua interpretação da moral cristã.

Para Moscovici (2005), a lógica da propaganda utilizada por diversos grupos religiosos, é promover a polaridade e o antagonismo, gerando conflitos de temas para que o público que recebe essas mensagens possa questionar o conjunto de saberes, de conhecimentos, de símbolos, de gestos e de afetos presentes no cotidiano.

Levando em conta as condições peculiares das representações religiosas, no próximo tópico, apresentaremos os meios a partir dos quais os grupos religiosos cristãos vêm utilizando as mídias para propagar e difundir seu pensamento e orientar as ações de seus/as fiéis.

### **3.1 Mídia e política: Um caos absoluto das diferenças**

Hannah Arendt afirma que “[...] a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais em um caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças” (ARENDR, 2002, p. 7). Ainda de acordo com a autora, os homens e as mulheres organizam corpos políticos sobre a família, o Estado, a nação, o país. Esses corpos formam um quadro político em diversos graus. Por um lado, aquilo que pode ligar os/as mais diferentes; por outro, aquilo pelo qual as formas individuais semelhantes podem se separar de novo umas das outras e umas contra as outras. Isso se chama política. O caos absoluto das diferenças é que propicia o surgimento de novas ideias, políticas e ações nos corpos políticos. Toda a produção humana, o trabalho, as relações e os afetos ao produzirem significados cristalizam ou modificam opiniões e práticas sociais.

Podemos citar como exemplo a estratégia de propaganda, utilizada por grupos religiosos, para afirmar suas posições e sua identidade, frente ao campo social. Para Moscovici (2012), a propaganda constitui uma estratégia, cuja função é a de regular e a de organizar os campos representacionais dos objetos a que se refere de maneira a interferir na realidade dos indivíduos e dos grupos. O campo da política e das ideologias são espaço relevantes, nas quais a propaganda se apresenta de forma bastante significativa. Em nossa pesquisa, a estratégia de propaganda descrita pelo autor fornece subsídios para compreendermos as ações midiáticas de grupos evangélicos, cujo sentido é o de influenciar a opinião de

seus/suas adeptos/as e da sociedade em geral. Sobre gênero e sexualidades, esses grupos, por meio da propaganda, reafirmam, exaustivamente, suas posições, ideias e valores, como ilustra o *outdoor* apresentado no início deste capítulo, no qual se destacam símbolos e signos cristãos associados a um discurso sobre os gêneros – *Deus fez macho e fêmea*.

Trazendo essa reflexão para nosso tema de pesquisa, a aproximação dos grupos evangélicos das mídias sociais resulta em produção de significados, ou seja, em representações. Acompanhamos Andrea Dip (2018), quando sugere que, nas mídias sociais, nos *sítes* ou nos *blogs*, os grupos religiosos encontraram um meio eficiente de propagar e de difundir suas representações da realidade. A partir do tripé “mídia, política e religião”, os grupos religiosos ingressam no cenário político, proferindo sua fé e difundindo suas representações sobre gênero e sexualidades, incluindo a população LGBTI+.

A formação desse tripé pode ser conferida nos dados sobre o ingresso de líderes religiosos/as ou de pessoas que se declaram adeptas da religião evangélica que têm atuado no cenário político brasileiro. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) divulgou um relatório intitulado “Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2015-2019 – Brasil 2018”<sup>33</sup>. Nesse relatório, eles/as fazem uma análise sobre o crescimento da bancada evangélica no Brasil e seus/suas representantes na política brasileira e quais os projetos defendidos e negados por esses/as representantes.

Segundo Fonseca (1997), a aproximação dos/as evangélicos/as, na política, foi um ponto crucial para pensar as representações das subjetividades no cenário político; dentre elas, as de gênero e de sexualidades. Na mídia, acompanhamos a produção e a reprodução dessas representações, pois vários grupos religiosos utilizam essa forma de comunicação para a veiculação de seus discursos de caráter político-religiosos.

Esse jogo entre política, mídia e religião é articulado por meio da propaganda que regulamenta e que organiza os discursos em circulação. Dessa forma, o grupo utiliza um sistema que se vale da religião para respaldar suas ações políticas e compartilha por meio da mídia seus posicionamentos. Para

---

<sup>33</sup> Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/41-radiografia-do-novo-congresso>. Acesso em 15 jan. 2021.

Moscovici (2012), a propaganda age por meio desse sistema que, muitas vezes, de forma, aparentemente, despretensiosa, tem como fim o convencimento e a doutrinação de ideias e de valores absolutizados e fixados. Representações sociais que, constituídas em estereótipos, fornecem sentido de realidade e de pertencimento ao público que recebe sua mensagem.

Essas considerações fazem-nos supor que se deve a isso o fato de líderes religiosos/as em sua atuação política comunicarem suas ideias de forma tão incisiva e direta a seu público. Discursos reiterativos e insistentes são característicos da estratégia da propaganda. Para Diemerson Saquetto, Zeidi Araujo Trindade e Maria Cristina Smith Menandro (2017), a religião, a política e a mídia oferecem um espaço de construção simbólica sobre as necessidades existenciais e materiais dos indivíduos.

Para Alda Judith Alves-Mazzotti (1994), a propaganda ao reiterar estereótipos vai além da ação de neutralizar e de desestabilizar o discurso adversário, “[...] é uma forma de comunicação que se inscreve em relações sociais conflituadas, no conflito entre o saber ‘verdadeiro’ e o ‘falso’, visando à recusa da concepção rival através da apresentação consistente e rígida de uma visão competidora” (ALVES-MAZZOTTI, 1994, p. 72). É construído, assim, um espaço polarizado entre verdadeiro e falso, aceite e não aceite de ideais e de verdades que promovam novos preconceitos e novos aumentos aos já existentes entre os que pertencem ao grupo de crença e os que não pertencem. Nesse caminho, estabelecem-se dualidades (bem e mal, sagrado e profano, homossexualidade e heterossexualidade), por meio das mídias evangélicas e por intermédio da propaganda a discriminação e a violência são estimulados.

Para Moscovici (2012), o antagonismo entre indivíduos e grupos, marca registrada da propaganda religiosa, atravessa os meios de comunicação para fazer circular seu conteúdo integrado ao cotidiano das pessoas. Nesse processo, busca-se integrar seu ideário a vivências e a experiências do cotidiano das comunidades de forma a reiterá-lo insidiosamente. Nos últimos anos, em nosso país, o crescimento de grupos religiosos nas mídias permite-nos inferir que a estratégia de propaganda vem obtendo resultados satisfatórios, a ponto de esses grupos não somente a manterem, mas, principalmente, desenvolverem-na e refinarem-na, como veremos nos resultados desta pesquisa.

Conforme o relatório do DIAP (BRASIL, 2018), entre os grupos religiosos que se valem das mídias sociais, a bancada evangélica apresenta uma forte incidência. De acordo com esses dados, a eleição de 75 deputados/as federais identificados/as com as causas evangélicas, em 2004, dois a mais do que os 73 deputados/as eleitos/as, em 2010, ocorreu em razão da intensa presença nas mídias sociais. Processo que ocorreu, também, com a Frente Parlamentar Evangélica<sup>34</sup> da Câmara Federal, da qual fizeram parte 78 políticos/as identificados/as com tal vertente religiosa (BRASIL, 2018).

No Senado, os/as evangélicos/as mantiveram os três representantes, cujos mandatos expiraram em 2019, a saber: Magno Malta (PR-ES), que é pastor, Walter Pinheiro (PT-BA), ambos da Igreja Batista, e Marcelo Crivella (PRB-RJ), que é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Dessa forma, o projeto político da bancada evangélica vai seguindo a passos largos, conquistando espaços nos poderes políticos, municipal, estadual e federal, proferindo sua fé e ligando sua imagem à instituição religiosa. Além disso, fecham parcerias com empresários/as e outras frentes políticas, tal como: a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) para avançar nos seus projetos eclesiais (BRASIL, 2018).

Ao declarar suas crenças, os/as líderes evangélicos/as reafirmam suas posições e seus interesses dentro da política, apresentando contradições com outros setores políticos. Ainda em consonância ao pensamento de Arendt (2002), compreendemos que a aproximação dos/as evangélicos/as da política e da mídia e a propaganda de suas ideias possibilitou que seu público enxergasse sentido na política, um caminho para que as ideias subjetivas ganhassem uma dimensão objetiva.

É preciso lembrar, no entanto, que nem todos/as os/as que se declaram religiosos/as são membros da bancada evangélica. Seguindo os critérios do documento do DIAP (BRASIL, 2018), são classificados/as como integrante da bancada evangélica, além dos/as que ocupam cargos nas estruturas das instituições religiosas (bispos, pastores/as, missionários/as e sacerdotes), e dos/as cantores/as de música gospel, aquele parlamentar que professa a fé

---

<sup>34</sup> Frente Parlamentar Evangélica, ou simplesmente bancada evangélica, é um termo aplicado a uma frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil composta por políticos evangélicos de partidos políticos distintos. Diferentemente dos evangélicos, que compõem a maioria da bancada, os parlamentares católicos não participam da frente.

segundo a doutrina evangélica ou que se alinha ao grupo em votações de temas específicos. É uma bancada que atua de forma organizada na Câmara e no Senado, bem como tem raízes em diversos órgãos municipais, estaduais e federais. Com isso, as medidas adotadas por grupos de evangélicos/as conseguem ser alinhadas de acordo com a ideologia que buscam propagar.

O surgimento da bancada evangélica está registrado na Câmara do Congresso Nacional como Frente Parlamentar Evangélica, desde 2003, quando começaram com pequenos atos como os cultos religiosos dentro das reuniões políticas, votos contrários quanto a determinados projetos e o discurso violento que ataca as minorias (BRASIL, 2018). Em 2020, a bancada Evangélica foi coordenada pelo deputado Silas Câmara (REPUBLICANOS-AM). É preciso destacar que, nos últimos pleitos, excetuando a eleição de 2006, a bancada evangélica vem apresentando um crescimento médio de 20%. Muitos/as que não ingressaram na política por meio da eleição foram indicados/as a cargos comissionados pelos/as evangélicos eleitos/as. Um exemplo de indicação política da bancada evangélica, além das citadas no decorrer do texto, é o atual ministro da educação Milton Ribeiro que contou com o apoio e indicação da bancada para conseguir o cargo<sup>35</sup>. Isso fortalece as alianças e, também, a aprovação de projetos (BRASIL, 2018).

É possível verificar que alguns deputados ligados à bancada evangélica, tiveram um crescimento expressivo de voto, após a sua criação em 2003. O pastor Marco Feliciano (PSC-SP) saltou de uma votação de 211.855, em 2010, para 398.087, em 2014, sendo o terceiro deputado mais bem votado da bancada de São Paulo. Da bancada do Rio de Janeiro, os destaques são o deputado reeleito Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com 232.708 votos, e a novata Clarissa Garotinho (PR), que conquistou a preferência de 335.061 eleitores/as fluminenses (BRASIL, 2014).

É preciso destacar, também, outros/as três evangélicos/as que superaram o quociente eleitoral, foram: Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), com 161.999 votos; o Pastor Eurico (PSB-PE), com 233.762 votos; e a novata Christiane Yared (PTN-PR), com 200.144 votos. Chama atenção, também, a eleição de lideranças de

---

<sup>35</sup> Indicação Ministro da Educação pela Bancada Evangélica: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/10/bancada-evangelica-aprova-milton-ribeiro-para-mec-bom-nome.htm> Acesso em 22 jan. 2021.

relevo na comunidade evangélica, algumas delas com grande exposição na mídia. Vale destacar que a referida exposição na mídia foi orquestrada pelos/as próprios/as líderes religiosos/as que coordenam alguns veículos de comunicação, impulsionando votos (BRASIL, 2018).

No Acre, por exemplo, foram eleitos/as, nesse período, o apresentador de TV Alan Rick (PRB-AC); na Bahia, o músico e cantor gospel Irmão Lázaro (PSC) e a atual vereadora Tia Eron (PRB), além da reeleição de Márcio Marinho (PRB) e Sergio Brito (PSD). Do Ceará, vem o radialista e o atual deputado estadual Ronaldo Martins (PRB). Na bancada do Maranhão, foi eleita a comunicadora e atual deputada estadual Eliziane Gama (PPS) (BRASIL, 2014).

Merecem destaque ainda os líderes evangélicos que ganharam as redes sociais neste período de 2004-2018 e conseguiram se inserir na política: Marcos Soares (PR-RJ), advogado, especialista em Teologia Prática e filho do missionário RR Soares; e o sacerdote Sóstenes Cavalcante (PSD). No Rio Grande do Norte, Antônio Jácome (PMN), que é pastor. Outro líder religioso é o pastor Jony (PRB-SE). O partido hegemônico na bancada evangélica é o PRB que, com a eleição de 15 líderes religiosos, desbancou o PSC e o PR que, em 2010, elegeram 11 representantes cada. Em 2014, o PSC elegeu nove evangélicos e o PR sete.

Com o crescimento massivo da bancada evangélica, é preciso prever que as políticas públicas para a diversidade, no Brasil, terão alguns entraves para aprovação de projetos e para efetivações das políticas (BRASIL, 2018). Os partidos elencados acima têm um destaque na bancada evangélica por ter uma ação direta com questões religiosas e com sua imagem ligada à Igreja, os outros partidos representados na bancada evangélica são os seguintes: SD, com seis; PMDB, PSD e PSDB, com cinco cada; PSB, com quatro; PT e PTB, com três cada; DEM, PDT e PP, com dois cada; e com um representante cada as legendas PHS, PMN, PPS, PROS, PSOL, PTN e PV (BRASIL, 2014).

Nesse processo é possível percebermos que a mídia foi um elo importante para a invenção da categoria pastor/a político. Segundo Saquetto (2007), a invenção do “pastor/a político/a” ocorreu a partir de diversos fatores, como, por exemplo, o fanatismo religioso, as possibilidades de intervenção política, o acesso às mídias de diferentes linguagens e a programas de assistencialismo

proporcionados pela Igreja. A criação de um/a pastor/a político responde às possibilidades aumentadas de trazer benefícios financeiros e de poder político aos grupos evangélicos, em detrimento de sua atuação como líderes da Igreja. Para o autor, esse é o pensamento que norteou a captura das mídias como ferramenta de atuação social, moral, religiosa e política.

Aliando partidos para comporem a bancada evangélica, esse grupo pode aprovar ou vetar projetos dentro da câmara e senado, impossibilitando ações de partidos adversos. Questões relacionadas aos costumes, à moral, à defesa da ética e da vida humana, além daquelas afetas à honra da família, são as que, geralmente, unem a bancada evangélica. Legalização do aborto, regulamentação da união civil homoafetiva e pesquisas com células-tronco são temas emblemáticos diante dos quais os membros da bancada atuam de forma coordenada.

A bancada atuou com unidade, posicionando-se, nas deliberações sobre a Lei de Biossegurança, contrariamente, à clonagem humana e à manipulação de embriões humanos. A criminalização da homofobia coloca, também, em lados opostos os membros da bancada evangélica e os/as deputados/as identificados/as com as questões de direitos humanos. Importante destacar, entretanto, como observa Dip (2018), em estudo sobre a bancada evangélica, que esse grupo parlamentar

[...] não representa um bloco evangélico que pensa e age de forma única. Assim como não existe um voto evangélico, e muito menos um representante deste grupo, que fale em nome dele; o grupo eleito está vinculado a diferentes igrejas, que formam um universo, plural e cheio de tensões (DIP, 2018, p14).

Dessa forma, a partir de 2021 é possível que aconteçam novos embates em torno da Frente Parlamentar Evangélica, inclusive, com uma dissidência que ultrapasse as ações de defesas e combates, dada a diversidade de teologias, visões de mundo e ações pastorais no campo evangélico. As disputas eleitorais municipais, no de 2020, revelou, também, o crescimento deste público na política,

mas, já podemos observar segundo a reportagem do G1 no dia 1 de outubro de 2020 que 8,7 mil candidatos adotaram títulos religiosos no nome de urna<sup>36</sup>.

As ações dos/as evangélicos/as na política e com pautas de ataques estabelecidas mostram, muito bem, as representações sociais que muitos/as eleitores/as têm sobre determinados assuntos, tais como: gênero e sexualidades. A informação que o público desses representantes tem sobre política acontece de uma forma multidisciplinar. Primeiro, eles conseguem o respeito e a atenção do seu público na Igreja, depois propagam e difundem suas ideias na mídia por meio de propagandas. Por último, utilizam o respeito e a mídia para pedirem votos e, também, reafirmar seu compromisso com o seu público.

Como reitera Fonseca (1997), o eleitorado da bancada evangélica ao perceber que o/a pastor/a, bispo ou membro da sua Igreja está na política sente-se representado e próximo, pois os discursos que muitos/as utilizam em suas campanhas é de que a comunidade evangélica configura uma grande família. Como bem argumentou Arendt (2002), os corpos políticos, sejam eles família, Igreja, estado ou nação, caracterizam um absoluto caos quanto às diferenças. Entretanto, é preciso atentar para os discursos incoerentes presentes nesse corpo político que contribuem para práticas de violência dentro da política. Esse é um dos pontos de partida para que percebamos as condutas relacionadas com as questões de gênero e de sexualidades na mídia evangélica.

Com a formação de um grupo forte e coeso de políticos, bem como a produção de conteúdo em mídias sociais relevantes como as páginas da *web* os grupos religiosos evangélicos veiculam suas representações de gênero e de sexualidades. Para Jimena Furlani (2007), tais representações reafirmam o preconceito e a exclusão das minorias que se enquadram nos padrões hegemônicos, pois “[...] imagens fantasiosas são criadas, muitas vezes, para serem usadas com intenções políticas e ideológicas” (FURLANI, 2007, p. 47). Sendo assim, a questão que fica é: como eles propagam e difundem as suas traduções de realidades sobre gênero e sexualidades? Iniciamos a resposta para a questão em voga no próximo tópico a partir do conceito de Pedagogias Cristãs.

---

<sup>36</sup>Mais informações: [https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/01/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1](https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/eleicao-em-numeros/noticia/2020/10/01/mais-de-87-mil-candidatos-adotam-titulos-religiosos-no-nome-de-urna.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1) Acesso em: 11 set. 2020.

### 3.2 Pedagogias Cristãs: Gênero e Sexualidades

O conceito de Pedagogias Cristãs criado por nós para designar a pedagogia presente nas mídias religiosas cristãs como o *site* GP foi originado do conceito de Pedagogia Cultural, derivado dos Estudos Culturais. Conforme Paula Deporte de Andrade e Marisa Vorraber Costa (2017), o conceito de Pedagogia Cultural começou a circular no cenário acadêmico brasileiro nos anos de 2000 com o intuito de descrever e discutir as pedagogias presentes em uma multiplicidade de espaços, para além daqueles que delimitavam os territórios escolares ou escolarizados.

Para Andrade e Costa (2017) o conceito de Pedagogias Culturais amplia o processo de educação para além dos espaços escolarizados levando em conta que este ocorre em diversos âmbitos sociais, incluindo as diferentes formas de mídia como a TV, internet, *site*, *blog*, jornais, propagandas, filmes, revistas entre outros. Todos esses espaços de interação social são produtores e reprodutores de representações e ensinam aos indivíduos o que e como pensar e agir frente às situações cotidianas de suas vidas. Pode-se dizer que as pedagogias culturais produzem e regulam condutas e modos de ser e, neste sentido, produzem identidades e representações como as de gênero e sexualidades (SABAT, 2001). Denominados artefatos culturais esses espaços pedagógicos, segundo Hall (2016), expressam e resultam de lutas e conflitos de poder entre grupos sociais que procuram veicular e consolidar suas representações na sociedade.

Segundo Ellsworth (2001) e Andrade e Costa (2017), os artefatos culturais podem também produzir e veicular estereótipos que mantêm os preconceitos sociais vigentes ou contrariamente produzir formas representacionais alternativas convergentes com as demandas e necessidades dos grupos minoritários e excluídos socialmente.

Para Andrade e Costa (2017, p. 13), artefatos e pedagogias culturais modificam-se, conforme as necessidades históricas, políticas e econômicas dos grupos sociais. Por essa razão, “[...] há múltiplas pedagogias proliferando e atuando” na sociedade, cuja finalidade é formar identidades por meio da produção e circulação de representações entre as quais podem ser destacadas, atualmente, as de gênero e sexualidades. Nessa mesma perspectiva, Henry

Giroux e Peter Maclaren (1995) assinalam que as Pedagogias Culturais não se constituem tão somente um conjunto de técnicas e de habilidades de produção e comunicação de representações, mas, práticas culturais que por meio da produção de significados vão moldando as relações sociais.

Em nossa tese criamos o conceito de Pedagogias Cristãs como denominação das pedagogias culturais operadas por meio estratégias de propaganda em diferentes formas de mídias afim de difundir representações sociais sobre gêneros e sexualidades. Ao fazer circular representações de gêneros e sexualidades desenvolvem uma pedagogia potente e em conformidade com seus posicionamentos capaz de regular os modos de ser e viver tanto de seus adeptos como de seus seguidores e leitores. Especificamente nesta pesquisa as Pedagogias Cristãs se referem ao conjunto de estratégias de propaganda utilizadas pelo *site* GP para fazer circular as representações sociais sobre gêneros e sexualidades em acordo com os grupos religiosos evangélicos que lhes fornecem sustentação.

Ao desenvolver essas Pedagogias Cristãs contrárias à forma de pensar e existir dos grupos LGBTI+, o *site* GP busca influenciar o ambiente simbólico de seus/suas seguidores/as e leitores/as cujas consequências são imprevisíveis e que podem ir desde a potencialização de preconceitos, de atos de violência como da negação da existência desses grupos minoritários. Essas pedagogias vão, insidiosamente, produzindo representações que regulam os afetos, prazeres, desejos e crenças de diferentes indivíduos sejam ou não pertencentes aos grupos LGBTI+.

Sua repercussão foi intensa entre os anos de 2015 a 2018, período em que o GP tomou a frente das manifestações públicas que ocorreram em diversas arenas políticas brasileira e fizeram circular pedagogias cristãs sobre o gênero e as sexualidades de pessoas LGBTI+. É exemplo disso, o movimento de milhares de fiéis que estimulados pelo *site* foram às câmaras de vereadores/as e às prefeituras municipais divulgando o lema *“Edificando a Família nos Valores Cristãos: Diga não à ideologia de gênero”* para tentar impedir a aprovação dos

Planos Municipais, Estaduais e Federais de Educação que supostamente colocariam em perigo tais valores<sup>37</sup>.

Dip (2018), Andrade e Costa (2017), Selivon (2015) e Queiroz (2009) esclarecem-nos que a fusão entre grupos religiosos e mídias vem possibilitando o desenvolvimento de novas pedagogias culturais por meio das quais veiculam suas representações aproveitando-se de lacunas deixadas pelos círculos científicos e jornalísticos. Para Dip (2018), pesquisas sobre as inferências de grupos religiosos no campo subjetivo e representacional sobre gênero e sexualidades são necessárias para enfrentar essas novas formas de criação e circulação representacional.

Levando em conta que o uso das mídias sociais, por parte dos grupos religiosos cristãos configura a organização e a implementação de uma pedagogia cultural, uma Pedagogia Cristã, no próximo tópico, apresentamos o artefato cultural que selecionamos como *corpus* de nossa pesquisa: o *site* GP.

### **3.3 Ambiente virtual: Gospel Prime – o cristão bem-informado**

Explicar os motivos da seleção do *site Gospel Prime – o cristão bem-informado*, assim como descrevê-lo, remete-nos ao ano de 2014, quando foram iniciadas as conferências estaduais e nacionais para a elaboração dos Planos Nacional de Educação (PNE). Nesse momento, observamos a movimentação de entidades e de grupos religiosos evangélicos e católicos que passaram a compartilhar, com maior frequência, notícias e informações sobre o tema em *sites* como a Frente Parlamentar Evangélica; a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); os Aautos do Evangelho de Maringá; os Aautos do Evangelho Organização Internacional; a Associação Midiática Contra a Ideologia de Gênero Plínio Correa; e a Diocese de Paranavaí. Destacamos esses *sites*, por corresponderem às confederações internacionais, nacionais e locais. Com um dos pontos comuns das mensagens veiculadas, encontramos os temas “gênero” e

---

<sup>37</sup> Para mais informações, consultar a páginas da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (<http://cnbb.org.br/>), da Frente Parlamentar Evangélica (<http://www.fpebrasil.com.br/portal/>), dos Aautos do Evangelho de Maringá (<http://maringa.arautos.org/>) e da Organização Internacional (<http://www.arautos.org/>); da Associação Midiática Contra a Ideologia de Gênero Plínio Correa (<http://www.montfort.org.br/>) e da Diocese de Paranavaí (<http://www.diocesedeparanavai.org.br/>).

“sexualidades”, alvo de críticas e de propostas desses grupos. Tendo em vista o interesse por temas como gênero e sexualidades, presentes em minha dissertação de mestrado resolvi investigar as mídias evangelizas e suas representações sobre gênero e sexualidades (SIQUEIRA, 2015). Destaco ter sido oportuno acompanhar as publicações desses sites, nos quais foram encontradas informações questionáveis, se comparadas ao conteúdo veiculado em outras mídias como jornais impressos e digitais, bem como por parte do Ministério de Educação-MEC ou outras esferas educacionais responsáveis, em última instância, pelo PNE.

Um ano depois, em 2015, observamos alguns fatos que nos chamaram a atenção. O site da Frente Parlamentar Evangélica desapareceu da *web* e não havia informações sobre a razão disso, nem mesmo sobre seu possível encerramento de atividades. Foi possível identificar também que outros *sites* religiosos responsáveis por produzir conteúdo sobre gênero e sexualidades reduziram as postagens sobre o tema. Depois de algum tempo, surgiram postagens de um novo *site*, o GP, e constatamos a presença de colunistas da extinta Frente Parlamentar Evangélica e dos outros *sites* que foram acompanhados. Com isso, foi notório identificar que os alimentadores de conteúdos haviam migrado para o GP.

É preciso destacar que os textos na internet sofrem modificações constantes. Nada é permanente. A internet é um território movediço. A facilidade de criar um *site*, removê-lo, mudar de nome e outras inferências é uma das dificuldades de trabalhar a pesquisa com *sites* e com *blogs*. É preciso estar atento a toda movimentação. Nesse momento, ao comparar as postagens do GP com outras oriundas de outros *sites* evangélicos e, também, católicos, verificamos que o GP foi assumindo a predominância de divulgação das ações dos dois grupos religiosos: católicos e evangélicos. Por essa razão, foi oportuno dedicar atenção e acompanhar suas atividades em detrimento dos demais. Sendo assim, o GP apresenta publicações do cenário evangélico e da bancada política evangélica, mas, de acordo com seu objetivo, tem o intuito de divulgar o universo cristão em sua totalidade. Essa característica marca sua identidade peculiar, pois os outros *sites* representam entidades religiosas particulares, enquanto o GP tenta englobar o pensamento e as ações de todos os grupos cristãos.

Ao pesquisar sobre a desativação do *site* da Frente Parlamentar Evangélica, entre 2014 e 2015, foi identificada como possível justificativa o fato de a legislação brasileira não permitir a veiculação de mensagens religiosas por intermédio de mídias oficiais e seculares como era o caso da Bancada Parlamentar Evangélica (DIP, 2018). Isso figura como algo contraditório, pois, na política, o grupo evangélico pode organizar uma bancada para defender seus interesses. Além disso, consideramos pertinente a hipótese de que a desativação da página possa ter sido decorrente de uma estratégia para melhor distribuição das informações por parte dos grupos religiosos. Isso porque, conforme Márcia Selivon (2008), a migração de conteúdo de um local para outro na rede é uma estratégia comum de disseminação de informações que, surgindo em pontos diferentes, têm maior facilidade de propagação e menor facilidade de rastreamento de sua origem, em particular se forem falsas.

O advento de criar vários pontos de disseminação da informação para dificultar o rastreamento está ligado à abertura da rede para a inclusão de todos os indivíduos que tenham acesso a ela, possibilita o estabelecimento de relações de poder supostamente horizontais e, portanto, sem um sentido hierárquico entre os/as participantes. Para Duarte, Quandt e Souza (2017), na rede é possível conhecer e ser reconhecido/a pelo/a outro/a favorecendo supostos laços de pertencimento, confiança, lealdade e cumplicidade mantido e renegociado pelos/as participantes.

Partindo desse princípio, é provável que um *site* evangélico que publica informações espere a identificação, a confiança e a cumplicidade de quem as lê e de quem as compartilha. Parece ser o caso do GP, lançado em dezembro de 2008, com o objetivo de informar tudo o que acontece no universo evangélico e católico, segundo o próprio *site*. A página é administrada pelo grupo GP Comunicação Digital Ltda que conta, atualmente, com mais de oitenta colaboradores/as, entre redatores/as, jornalistas, colunistas, consultores/as, programadores/as, designers e políticos/as<sup>38</sup> (GOSPEL PRIME, 2018).

Dentro do GP, é possível encontrar notícias e informações sobre temas diversos desde política nacional e internacional, sociedade, opiniões sobre os assuntos, excertos de textos bíblicos, ciência, saúde, família, costumes, moral e

---

<sup>38</sup> Disponível em <https://www.gospelprime.com.br/quem-somos/>. Acesso em 8 set 2020.

educação, entre outros<sup>39</sup>. Tais locais permitem ao leitor ou leitora publicar textos de opinião para os assuntos de interesse e favorecer a postagem de comentários pessoais na aba denominada “opinião” (Figuras 2 e 3). É possível, também, nessa aba, fazer comentários sobre as postagens dos/as leitores/as que falam sobre os diferentes temas abordados no *site*, expressam suas apreciações com comentários (Figura 3). Além disso, é possível compartilhar a notícia em outras mídias.

**Figura 2.** Site Gospel Prime – O Cristão bem-informado.



**Fonte:** Website do Gospel Prime. Captura de tela realizada em 28 de janeiro de 2019.

<sup>39</sup> Áreas temáticas: Mundo Cristão (<https://www.gospelprime.com.br/mundo-cristao/>), Política (<https://www.gospelprime.com.br/politica/>), Internacional (<https://www.gospelprime.com.br/internacional/>), Sociedade (<https://www.gospelprime.com.br/sociedade/>), Opinião (<https://www.gospelprime.com.br/opiniaio/>) e Estudos Bíblicos (<https://www.gospelprime.com.br/estudos-biblicos/>).

**Figura 3.** Comentários sobre as postagens de leitores/as na aba Opinião.



**Fonte:** Website do Gospel Prime. Captura de tela realizada em 28 de janeiro de 2019.

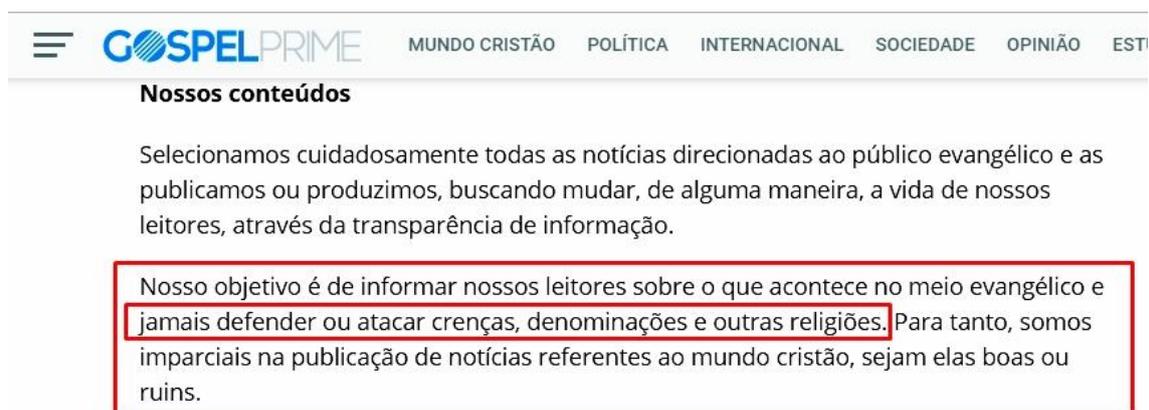
Na aba denominada “Quem somos”, os/as responsáveis pelo *site* proclamam-se para a construção de um espaço independente e interdenominacional, de expressão de todas as igrejas e as religiões. Explicam que não recebem patrocínios de instituições religiosas ou de outras rendas (doação, investimento, etc.). A manutenção acontece apenas com o valor arrecadado por meio dos espaços de publicidade vendidos pelo próprio *site*<sup>40</sup> (GOSPEL PRIME, 2018). Essa informação é questionável uma vez que reportagens, apontadas por Rudnitzki e Laura Scofield (2020)<sup>41</sup>, mostram que o *site* GP recebeu verba pública do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, para propagar informações distorcidas e falsas. Esclarecem, também, que selecionam e que produzem “cuidadosamente” as notícias direcionadas ao público evangélico ou católico com o objetivo de informar os/as leitores/as, bem como jamais defender ou atacar crenças e outras denominações ou religiões. Concluem afirmando que buscam manter a imparcialidade na publicação de notícias referentes ao mundo cristão, sejam elas boas ou ruins (GOSPEL PRIME,

<sup>40</sup> Disponível em <https://www.gospelprime.com.br/quem-somos/>. Acesso em 5 set 2020.

<sup>41</sup> Reportagem. Disponível em <https://apublica.org/2020/08/grupo-de-midia-evangelica-que-pertence-a-senador-bolsonarista-e-um-dos-que-mais-dissemina-desinformacao-afirmam-pesquisadores/>> Acesso em 12 jan. 2021.

2018). O texto explicando sobre a conduta do *site* está na aba “Quem Somos”, conforme mostra a Figura 4.

**Figura 4.** Sobre a aba “Quem Somos” do *site* Gospel Prime.



**Fonte:** *Website* do Gospel Prime. Captura de tela realizada em 8 de fevereiro de 2019.

O *site* alcança a quantidade de 20 milhões de leitores/as mensais. Segundo informações divulgadas na própria página, o *site* tem atingido mais de 200 milhões de pessoas. Além dos/as leitores/as, o grupo GP possui contas em redes sociais, nas quais fazem a divulgação do *site* e, também, propagam as notícias. Além do mais, afirmam ter 66 mil seguidores/as no Twitter e mais de 600 mil membros no Facebook, de acordo com informações cedidas pelo *site*<sup>42</sup> (cf. Figura 5). O interessante é que o *site* é que tem a maior quantidade de acessos na plataforma, ao invés das redes sociais. Com isso, notamos que seus/suas leitores/as acessam o *site* para buscar conteúdo. O número de acessos mostra o crescimento que a mídia religiosa, neste caso a evangélica, vem alcançando nos últimos anos. Para Selivon (2015), tal crescimento é resultado de uma articulação dos grupos de comunicação religiosa para propagar o discurso religioso.

<sup>42</sup> Informações obtidas no *site*. Disponível em <https://www.gospelprime.com.br/quem-somos/>. Acesso em 20 jun. 2020.

**Figura 5.** Acesso ao *site*.

### Redes Sociais

Estamos presentes nas redes sociais, informando através de conteúdo diário de qualidade. Nosso Twitter (@gospelprime) tem mais de 66 mil seguidores e nosso Facebook (fb.com/gospelprime) já passa de 600 mil. Através deles, estimulamos a participação de diferentes públicos em nossas enquetes e divulgamos nossas notícias e conteúdos pela rede.

### Estatísticas

Graças a muito trabalho e dedicação, o portal Gospel Prime teve mais de 20 milhões de leitores em 2018.

**Fonte:** Website do Gospel Prime. Captura de tela realizada em 8 de fevereiro de 2019.

Após essa caracterização do *site*, apresentamos as decisões tomadas acerca da seleção dos textos sobre gênero e sexualidades aí presentes que, em seguida, foram analisados com base nos objetivos propostos pela pesquisa. Durante o processo de investigação, percebemos que o GP não evidencia um fluxo contínuo de publicações, isto é, não publica seus textos com uma regularidade determinada e organização prévia dos temas. Ao que parece, o *site* divulga os textos a partir do interesse de fatos, de situações ou de projetos de lei que a editoria considere relevante para comunidade cristã, como explicitam seus objetivos. Com raras exceções, os textos são assinados supostamente pela redação do GP, a maioria é apócrifa. Os textos com assinatura de autores/as são os que foram divulgados em outros *sites* e replicados no GP. Grande parte dos textos que estão no *site* quem assina é a própria redação, conforme mostra a Figura 6.

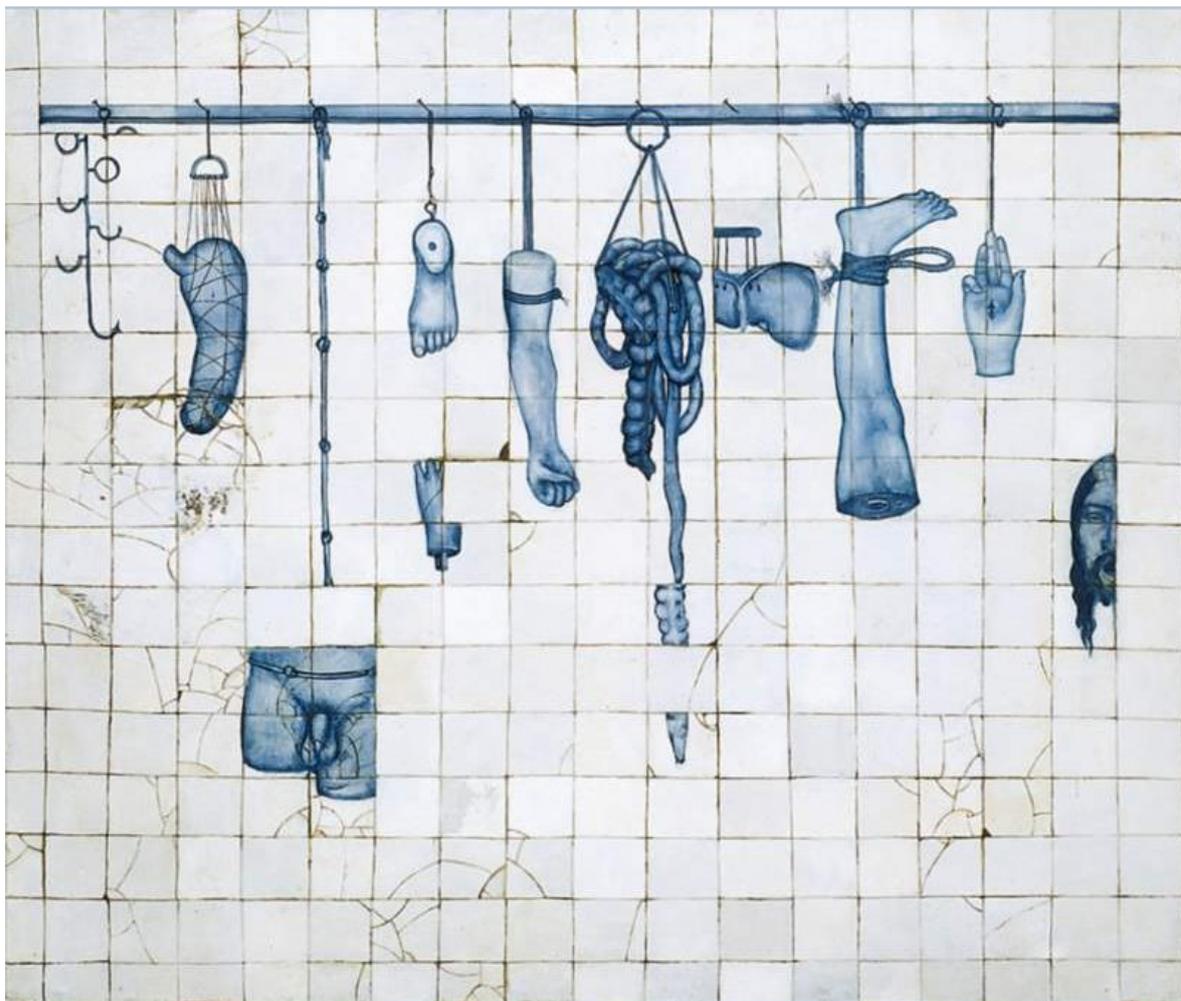
**Figura 6.** Anonimato nas publicações.

The screenshot shows the top navigation bar of the Gospel Prime website with the logo and menu items: MUNDO CRISTÃO, POLÍTICA, INTERNACIONAL, SOCIEDADE, and OPINIÃO. Below the navigation bar, the article category 'POLÍTICA' is highlighted in a red box. The main headline reads 'Bancada evangélica obtém vitórias contra aborto e ideologia de gênero'. Below the headline, a sub-headline states 'Modificações importantes são incluídas em texto de Medida Provisória'. At the bottom of the article preview, a red box contains the text: 'Publicado 3 anos atrás em 19 de fevereiro de 2016 Por Redação'.

**Fonte:** Site Gospel Prime

Conhecer esses elementos possibilitou traçar um procedimento para a investigação das representações de gênero e de sexualidades LGBTI+ no *site*. Tais informações ajudam a compreender os mecanismos que o *site* utilizou para promover as representações que foram analisadas na próxima seção. Assim, no próximo tópico foram traçados os procedimentos para a seleção do material.

Conhecidos os principais elementos considerados para constituir a pedagogia cultural do *site*, seus conteúdos e suas estratégias de veiculação de ideias, de valores e de comportamentos, apresentaremos, no próximo capítulo, a metodologia de seleção, de organização e de análise das representações de gênero e sexualidades LGBTI+ encontradas nesse ambiente virtual.



#### 4 | TRILHA METODOLÓGICA: ANÁLISE DA MÍDIA GOSPEL PRIME

A imagem que abre este capítulo é uma obra de Adriana Varejão que se chama *Varal* (1993). O suporte com órgãos lembra os objetos dos ex-votos. O corpo apresenta-se em sacrifício. Corpos em busca pela continuidade e pela completude. A cabeça de Jesus pela metade. A mão em sinal de bênção, perfurada com pregos da crucificação. As vísceras em exposição.

Analogamente, podemos pensar que de certo modo toda pesquisa se constitui um remontar de órgãos, um mexer nas vísceras. Um quebra-cabeça em que fragmentos que tentamos organizar e atribuir significados. Levando em conta esse movimento, nesta seção apresentamos os caminhos que seguimos até a análise das representações sociais de gênero e sexualidades LGBTI+ na mídia do GP. Em nossa visão, fragmentos midiáticos capturados no *site* GP eclodem e

objetivam representações sociais de caráter ideológico e, portanto, reificado, em seus textos.

A mídia moderna vem entrelaçada de modo fundamental com as principais transformações históricas, culturais, políticas, sociais e institucionais que modelaram o mundo moderno. Para John B. Thompsom (2008), a mídia é um discurso, fruto dos últimos acontecimentos históricos contemporâneos que influencia e que organiza as ações e as concepções de mundo por meio de veículos de comunicação. A mídia é produtora de sentidos sobre as manifestações humanas, portanto, produz representações e concepções que temos de nós e do mundo.

Consideramos, dessa forma, que a mídia é uma das ferramentas capaz de provocar novos conceitos, sentidos e representações sobre as questões de gênero e de sexualidades. Os canais midiáticos cada vez mais presentes no cotidiano, ganham espaços nas discussões políticas, culturais e educacionais pela fluidez em difundir e em propagar saberes. Adentrar esse campo é entender as relações socioculturais fundamentadas na constituição de saberes que são expressos de forma representacional.

Assim, com o objetivo de problematizar as representações constituídas e constituidoras sobre as questões de gênero e de sexualidades da população LGBTI+, na mídia evangélica GP, articulamos esse tema à Teoria das Representações Sociais (TRS) de Sérgio Moscovici (1978; 2005; 2012) e o método de Análise de Conteúdo sistematizado por Laurence Bardin (2016). Para Arruda (2002), as representações sociais constituem uma espécie de processo cognitivo que permite incorporar nosso pensar/perceber ao mundo e, com isso, desenvolver um entendimento por meio de definições e de classificações. Ao compreender esse complexo mecanismo de trocas, passamos a decifrar o mundo e a perceber a possibilidade de renovação e de transformação por meio do pensamento social.

Em síntese, toda manifestação humana expressa saber/conhecimento e isso pode ser identificado por meio de definições e de classificações que vão resultar na representação sobre determinado conteúdo. Para Karina Toledo de Araújo (2015), essas manifestações são produtoras de sentidos sobre as questões de gênero e de sexualidades. Portanto, produzem identidades e

maneiras de ser e de viver em sociedade. Com isso, a mídia como produto da expressão e de manifestação humana faz circular e difundir entre os indivíduos esses saberes/conhecimentos que vão impactar no modo de ser e viver no mundo moderno (ARAÚJO, 2015; MOSCOVICI, 2005).

Assim, nossa análise leva em conta os pressupostos de uma perspectiva processual das representações sociais, com ênfase nos conceitos de ancoragem e de objetivação, propostos por Serge Moscovici (2012). Para Karina Toledo de Araújo (2015), esses conceitos explicam que a fase de objetivação e a de ancoragem

[...] são processos que constituem as representações e que orientam a elaboração de modelos ativos, de comportamentos mediante o fenômeno ou situação em que o sujeito se encontra (ARAÚJO, 2015, p. 120).

Trata-se de uma forma de organizar, classificar e elaborar nossos comportamentos em relação as situações sociais que vivenciamos.

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2012, p. 78).

Os processos de ancoragem e de objetivação referem-se ao movimento que diversas pessoas utilizam em seu cotidiano para inscrever suas ações humanas nas relações com seu passado, com suas tradições e com suas experiências (ARAÚJO, 2015; MOSCOVICI, 1978). Por conta disso, o processo de ancoragem produz efeitos simbólicos sobre a sociedade, mantendo a memória em movimento, assentando representações já presentes e assimilando novas. Em conjunto com o processo de ancoragem, a objetivação permite a comunicação e a circulação das representações produzidas ao outro.

Em nossa pesquisa, essas características de produção e de circulação das representações sociais pareceram convergir, satisfatoriamente, com uma

pesquisa de caráter documental, escolhida por nós para investigar as relações entre as mídias evangélicas e as populações LGBTI+. Consideramos, então, que no *site*, em análise, seria possível identificar as representações sociais de gênero e de sexualidades LGBTI+, bem como suas ancoragens e suas objetivações.

Para o desenvolvimento da pesquisa com delineamento documental apoiamos-nos em João José Saraiva da Fonseca (2002), para quem a pesquisa documental “[...] recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, *sites*” (FONSECA, 2002, p. 32). Para o autor, a internet vem possibilitando a diversos pesquisadores/as ter acesso a documentações eletrônicas que permitem investigar essas novas formas de produção de sentidos sobre a realidade.

Partindo dessas considerações, apresentaremos as fases de desenvolvimento do método de Análise de Conteúdo que adotamos para organizar e analisar o *corp*us de nossa pesquisa. Inicialmente, apresentaremos os procedimentos de escolha do *corp*us (primeira fase), em seguida sua descrição (segunda fase). A seguir, sua codificação e a organização de inferências (terceira fase) sobre as representações de gênero e de sexualidades LGBTI+, capturadas na mídia do GP.

A escolha do GP ocorreu por meio da revisão bibliográfica sobre os temas gênero, sexualidades, religião e mídia, apresentados na seção introdutória deste trabalho. Nessa revisão, encontramos artigos, teses e dissertações que trazem nas pesquisas relatadas documentos de grupos religiosos sobre gênero e sexualidades LGBTI+, como, por exemplo, cartas, notas e repúdios a essa temática como a Manifestação da FPE, as Cartas da CNBB, a Manifestação dos Arautos do Evangelho de Maringá, as Notas dos Arautos do Evangelho Organização Internacional, o Repúdio da Associação Midiática Contra a Ideologia de Gênero Plínio Correa e as Cartas da Diocese de Paranavaí.

Segundo Junqueira (2018), esses documentos tinham como alvo o sistema educacional brasileiro e suas ações visavam promover um ataque às políticas de inclusão e de diversidade, bem como propagar e difundir o conceito de “Ideologia de Gênero”, pela visão da Igreja cristã em suas mídias. Com esse material em mãos, em buscas na internet, observamos que o GP foi um dos principais *sites*

que fizeram circular essas informações e esses documentos produzidos pelos grupos evangélicos sobre gênero e sexualidades. Para Rudnitzki e Scofield (2020), o *site* foi um dos que mais disseminaram desinformações. Além disso, contou com financiamento de verba pública para impulsionar propagandas do governo e de suporte financeiro de grupos ligados ao presidente Jair Messias Bolsonaro.

Paralelamente à constatação da relevância do GP para a difusão de ideias dos grupos evangélicos verificamos a inexistência de pesquisas sobre o *site* até o momento de nossa revisão da produção acadêmica brasileira (2017-2021), o *site* era citado em várias pesquisas sobre gênero e sexualidades LGBTI+, mas ainda não se constituía objeto de estudo de nenhuma.

#### **4.1 Procedimentos de seleção dos textos e unidades de registro**

Inicialmente, pensamos em selecionar os textos do *site* por meio da identificação de autores/as e de temas. Contudo, a inexistência de regularidade das publicações e a autoria apócrifa dos textos impuseram a organização de novos caminhos de seleção do *cópus* da pesquisa. Por essa razão, recorreremos a um dos instrumentos do *site* GP para auxiliar nessa tarefa: a lupa de busca. Nessa lupa é possível inserir palavras-chave para localizar textos e, a partir daí, pudemos definir os seguintes critérios para a seleção do material: (i) período em que os textos foram publicados, (ii) textos que se enquadram dentro da temática gênero e sexualidades e (iii) separações dos textos em ordem alfabética e data de publicação. Após elaborar esse procedimento, passamos a garimpar os textos na lupa de buscas.

Coletamos textos publicados entre 2015 e 2018, período que, conforme as pesquisas revisadas, abarcam as votações sobre a inclusão dos temas gênero e sexualidades nos planos municipais, estaduais e nacional de educação. Nesse período, grupos evangélicos e católicos participaram de audiências públicas e votações nas arenas políticas (Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas Estaduais e Congresso Nacional), buscando a retirada desses temas dos documentos educacionais. Para isso, utilizaram o uso crescente das mídias digitais para divulgar informações incoerente sobre as temáticas gênero e

sexualidades. As mídias digitais tornaram-se uma das formas de manifestação das representações dos grupos religiosos sobre os temas propostos nessa pesquisa: gênero e sexualidades LGBTI+.

O ano de 2018 foi selecionado como final da busca de textos do *site*, por comportar as eleições para governadores, deputados estaduais, deputados federais e presidência da república. Eleições essas que deixaram seu registro na história da política brasileira por, de acordo com Dip (2018), distribuir informações e notícias falsas nas mídias digitais, em particular, sobre temas gênero e sexualidades LGBTI+. A criação de um “kit gay” a ser distribuído nas escolas de todo o país e da “mamadeira de piroca” começaram a ganhar destaque nessas mídias transformando-se em mote para partidos políticos, como o Partido Socialista Liberal (PSL), que elegeu não somente o presidente do país, mas grande quantidade de deputados federais e estaduais<sup>43</sup>, a convencer seus supostos eleitores de que estava ocorrendo uma forte degradação dos costumes e valores morais em nosso país.

Após a seleção do período de publicação dos textos foram selecionadas duas palavras-chave: gênero e sexualidades. Com o auxílio da lupa de busca, verificamos todos os textos com uma das duas expressões ou com marcações em sua *tag*<sup>44</sup>. Identificamos 605 textos publicados no *site*, conforme o Quadro 3.

**Quadro 3.** Investigação na lupa de busca no *site* GP sobre gênero e sexualidades

	GÊNERO	SEXUALIDADES
<b>Gospel Prime – O cristão bem-informado</b>	323	282
<b>TOTAL</b>		605

Fonte: Elaborado pelo autor.

Da leitura dos títulos, para verificação da correspondência com a temática e data delimitadas, foram selecionados 272, com o termo “gênero”, e 254 textos com o termo “sexualidades”, conforme indicam os Quadros 4 e 5, respectivamente.

<sup>43</sup> No *site* “Boatos”, é possível ver a divulgação dessas duas notícias falsas. Segundo a notificação, um partido estaria distribuindo um Kit Gay nas escolas e o kit viria acompanhado de uma mamadeira, cujo bico teria formato de um pênis. Disponível em <https://www.boatos.org/politica/mamadeira-kit-gay-distribuida-em-creches.html>. Acesso em 5 set 2020.

<sup>44</sup> *Tags* são tipos de etiquetas ou de rótulos.

**Quadro 4.** Separação por ano e seus resultados em gênero.

Palavra da Busca	2015	2016	2017	2018
Gênero	24	52	70	126
<b>TOTAL</b>	<b>272</b>			

Fonte: Elaborado pelo autor.

**Quadro 5.** Separação por ano e seus resultados em sexualidades.

Palavra da Busca	2015	2016	2017	2018
Sexualidades	15	53	82	104
<b>TOTAL</b>	<b>254</b>			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após esse primeiro procedimento de busca, incluímos a sigla LGBTI+ como um segundo critério de seleção dos textos a serem analisados em nossa pesquisa. Do total de 526 textos que tratavam de gênero ou de sexualidades, restaram 37 textos, com a inclusão da palavra-chave LGBTI+. Consideramos pertinente incluir a palavra-chave do movimento LGBTI+ nesta seleção por tratar-se do alvo principal de ataque dos grupos evangélicos nas mídias digitais como principal articulador da ideologia de gênero em nosso país. Conforme argumenta Junqueira (2017), nesse período, o movimento LGBTI+ passou a ser considerado o articulador das políticas públicas para a diversidade por reunir diversos grupos minoritários em seu âmbito como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, *queers* e assexuados, denominados LGBTTTQIA.

Desse último conjunto de textos, restaram 16 que atendiam aos temas e às datas focalizados em nossa pesquisa. Os restantes dos textos foram descartados por não tratarem, diretamente, da temática, englobando anúncios e/ou propagandas de empresas que apoiavam o *site*, tais como: empresas de gênero alimentício, livrarias, igrejas que por meio da lupa de busca apareceram na pesquisa. Vale constatar, também, que a lupa de busca apontou anúncios e propagandas de cursos ligados às sexualidades. A seguir, no Quadro 6, apresentamos os títulos desses textos em ordem alfabética<sup>45</sup> conforme o período estabelecido (2015-2018) e sua data e horário de publicação.

---

<sup>45</sup> Os textos completos estão nos apêndices no final desta tese.

**Quadro 6.** Materiais selecionados para análise.

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Publicação</b>
<b>A</b>	Cidades têm até dia 24 para acatar ou rejeitar teoria do gênero	03/06/2015, 16h
<b>B</b>	Homem que virou mulher agora quer se transformar em cavalo	04/12/2015, 8h15
<b>C</b>	Transgênero animal: Jovem diz que é uma gata presa em corpo humano	29/01/2016, 14h
<b>D</b>	Menino de 9 anos consegue na Justiça mudar gênero e nome	01/02/2016, 15h
<b>E</b>	Cristãos criam força-tarefa para combater ideologia de gênero nas escolas	18/02/2016, 16h02
<b>F</b>	“Ideologia de espécie” faz 10 mil ingleses viverem como cachorros: <i>visão extremada tem laços com a comunidade LGBT</i>	25/05/2016, 7h
<b>G</b>	Criança é expulsa após pais reclamarem de aulas de homossexualidade.	04/06/2016, 15h
<b>H</b>	Discordar da ideologia de gênero não é homofobia, é biologia	14/03/2017, 7h
<b>I</b>	Canadá quer tirar filhos de pais que não aceitem identidade de gênero	05/06/2017, 13h12
<b>J</b>	“Boneca transgênero” ensina a criança que ela pode trocar de sexo	24/07/2017, 15h
<b>K</b>	Judith Butler e a subversão cultural e da identidade	06/12/2017, 12h
<b>L</b>	A mídia estimula a transexualidade nas crianças, alertam especialistas	21/08/2018, 13h12
<b>M</b>	Ideologia de gênero pode tornar pedofilia “normal”, alerta educadora	18/09/2018, 7h
<b>N</b>	Bolsonaro: “se eu for presidente, ideologia de gênero vai deixar de existir”	26/10/2018, 15h
<b>O</b>	“É um vexame ver o que cai na prova do Enem”, avalia Bolsonaro	05/11/2018, 12h15
<b>P</b>	O que é ideologia de gênero	14/11/2018, 14h53

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Com os textos selecionados passamos para etapa de identificação das unidades de registro (UR) das que emergiriam, posteriormente, as categorias de análise de nossa pesquisa. Para tanto, seguimos os passos sugeridos por Bardin (2016), que envolvem (i) pré-análise, (ii) leitura flutuante e (iii) leitura crítica dos textos selecionados. Na etapa de pré-análise do material, verificamos se os textos estavam completos, continham informações sobre autoria, data e hora da postagem no *site*. Na leitura flutuante, realizamos o reconhecimento preliminar do texto, enquanto na leitura crítica começamos a identificar temas e conceitos presentes sobre gênero e sexualidades para a seleção das unidades de registro que se constitui a etapa seguinte.

As unidades de registro são constituídas de palavras, frases e mensagens encontradas nos textos. Para Bardin (2016), o recorte, a enumeração e a classificação ou agrupamento de unidades de registro são fundamentais para a organização dos dados em categorias. Da etapa de identificação, seleção e

descrição das unidades de registro constam algumas fases relevantes como compará-las para verificar temas comuns e agrupá-las, conforme Quadro 7.

**Quadro 7.** Fase de seleção e descrição de unidades de registro.

Seleção e Descrição das Unidades de Registro	
PROCESSO DE ANÁLISE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comparar os pontos comuns entre as UR; encontrar e destacar diferenças nas UR</li> <li style="padding-left: 20px;">- Identificar recorrência entre temas das unidades de registro</li> <li style="padding-left: 20px;">- Agrupar as unidades de registro aproximando os temas comuns</li> <li>- Elaborar grades de análise das unidades de registro para organização de categorias</li> </ul>

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Após a seleção e a descrição das unidades de registro, realizamos a quantificação das ocorrências por temas, uma vez que quanto maior for a frequência, provavelmente, terá mais relevância para o processo de categorização e de interpretação dos dados. Com a conclusão dessas etapas, passamos à etapa de categorização das unidades de registro que envolveram os temas gênero e sexualidades.

## 4.2 Categorização das unidades de registros

A sistematização das unidades de registro em categorias é utilizada em nossa pesquisa para identificar as representações de gênero e sexualidades presentes nos textos selecionados do GP. Para chegarmos a essa sistematização, realizamos um agrupamento preliminar das unidades de registro em grandes temas para, posteriormente, agrupá-los em categorias. Foram oito os grandes temas organizados, a saber: (i) educação sexual, (ii) gênero e sexualidades na religião, (iii) conteúdos e materiais sobre sexo, (iv) doutrinação sexual, (v) doença mental, (vi) símbolos, imagens e valores cristãos, (vii) relações de gênero e sexualidades na religião e (viii) família.

Agrupamos os temas em três categorias, por proximidade de significados, a saber: (i) **categoria I**, o tema “educação sexual escolar” teve mais UR; (ii) **categoria II**, o tema “valores cristãos na educação”; e (iii) **categoria III**, “gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos”. No

Quadro 8, apresentamos as categorias e as unidades de registro quantificadas por recorrências nos textos analisados.

**Quadro 8.** Ocorrência de UR nas categorias.

Ordem de Ocorrência	Categorias e Unidades de Registros	Recorrência das UR
<b>Categoria I: Educação sexual escolar</b>		
1	Educação sexual no Brasil	10
2	Conteúdo e material de doutrinação sexual	8
3	Educação Sexual como ferramenta para implementar conteúdos e materiais de doutrinação sexual	8
4	Criação de conteúdos e materiais para Educação Sexual	8
5	Educação para inclusão como estratégia para introduzir o <i>Kit Gay</i> na escola	7
6	Ideologia de gênero na educação brasileira	6
7	Gênero, sexualidades e homossexualidade na educação brasileira	6
8	Partidos políticos fomentam a educação sexual baseada na ideologia de gênero	5
9	Famílias cristãs encontram materiais sobre educação sexual com viés ideológico	4
10	Planos de educação são aberturas para introduzir educação sexual pelos vieses do gênero e sexualidades LGBTI+	4
<b>Categoria II: Valores cristãos na educação</b>		
11	Resgatar valores cristãos na educação	15
12	Conteúdos com valores cristãos são rechaçados na educação brasileira	13
13	Países estrangeiros já aplicam a ideologia de gênero e nega valores cristãos na educação	13
14	Famílias cristãs precisam intervir na educação e fomentar os valores cristãos	11
15	Ideólogos/as do gênero se sexualidades LGBTI+ utilizam a escola para desconstruir valores cristãos	10
<b>Categoria III: gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos</b>		
16	Gênero e sexualidades são biológicos e por isso tem a ver com a saúde mental	10
17	Gênero e sexualidades são defeitos genéticos	8
18	Gênero e sexualidades são discursos para subverter os princípios religiosos	6
19	Gênero e sexualidades têm a ver com saúde mental	6
20	Gênero e a sexualidades não heterossexuais são patológicos	5
21	Gênero e sexualidades são doenças e aparecem em manuais médicos	5
22	Transtorno mental é reconhecido pelo movimento LGBTI+ como construção do gênero e sexualidades	4
23	Modificações corporais tem a ver com transtorno mental	4
24	Gênero é biológico	3
25	O fator biológico é decisivo para o gênero e a sexualidades	2
26	A ideologia de gênero não explica a biologia	2
27	Discordar da ideologia de gênero não é discriminação	2
28	A medicina reconhece o gênero como biológico	1
29	Pode existir uma cura para o gênero e a sexualidades	1
30	O gênero é um discurso inventado para subverter os princípios religiosos	1

Fonte: Elaboração nossa (2020)

A **categoria I, educação sexual escolar**, apresentou a maior frequência (66) de unidades de registro nos textos selecionados do GP. Envolve os ataques de grupos religiosos às políticas educacionais sobre gênero e sexualidades LGBTI+ que pretendem ser implantadas pelos planos municipais, estaduais e nacionais. A **categoria II, valores cristãos na educação**, apresentou menor frequência de unidades de registro (62), envolvendo as relações estabelecidas pelos grupos religiosos entre as pretensões das políticas favoráveis aos movimentos LGBTI+ e os supostos valores cristãos que defendem.

A **categoria III, gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos**, apresentou menos recorrência de unidades de registro (60) e comporta a visão de gênero e sexualidades pela ótica biologizante. Acrescentamos à categoria III a subcategoria “**gênero e sexualidades é um defeito genético ou doença mental**”, que busca reunir e integrar a visão bíblica sobre gênero e sexualidades à perspectiva biológica de sexo definindo-os ambos como sinônimos e defendendo os papéis sociais binários de homens e mulheres.

No próximo capítulo, problematizamos as representações sociais constituídas e constituidoras das questões de gênero e sexualidades LGBTI+ na mídia evangélica.



## 5 | REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADES LGBTI+ NA MÍDIA EVANGÉLICA GOSPEL PRIME – GP

Neste capítulo<sup>46</sup>, apresentamos e discutimos as representações sociais capturadas nas reportagens do *site* sobre gênero e sobre sexualidades LGBTI+, selecionadas em nossa pesquisa. As representações analisadas foram organizadas de forma a atender o objetivo proposto pela presente tese, problematizando as representações constituídas e constituidoras sobre gênero e sobre sexualidades da população LGBTI+ na mídia evangélica GP.

Vale destacar que, como em todo trabalho que envolve representações, nossa pesquisa apresenta limitações de análise e discussão, uma vez que a interpretação dos dados é sempre polissêmica, fluída e está, intimamente, relacionada à perspectiva teórica adotada e às próprias representações sociais do pesquisador sobre o tema. Isso implica que as representações sociais identificadas constituem uma das perspectivas possíveis de análise desse material, em nosso caso, sob o olhar dos Estudos de Gênero.

<sup>46</sup> A foto que abre esta seção foi retirada de uma página da internet. Disponível em <https://fotospublicas.com/protesto-contr-a-favor-de-filosofa-judith-butler-em-sp/> Acesso em 7 de jan. 2020.

Para melhor compreendermos as representações sociais de gênero e de sexualidades, presentes no material analisado, organizamos as unidades de registro em três grandes categorias, a saber: “Educação Sexual Escolar”; “Valores Cristãos na Educação”; “Gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos”. A sistematização dessas categorias representa o resultado de um esforço de síntese das representações expressas pelo material do *site*.

Como referenciais teóricos de apoio à discussão das representações sociais identificadas destacamos os estudos sobre gênero, sexualidades e sobre diversidade sexual (BUTLER, 2011; 2018; FIGUEIRÓ, 2013; FOUCAULT, 1979; 1988; 2005; LOURO, 2000; 2001; 2012; SAFFIOTI, 2013; SIQUEIRA, 2020); sobre mídia (GOMES, 2003; LAGE, 2001; THOMPSON, 2008); e, também, sobre conteúdos e materiais de educação sexual e movimentos religiosos na educação (FURLANI, 2007; 2009; 2011; JUNQUEIRA, 2009; 2018a; 2018b; OLIVEIRA JUNIOR, 2013).

Em seu conjunto, as representações sociais analisadas revelaram que para os textos analisados no GP os movimentos de gênero, feministas e, em especial LGBTI+, foco de nossa pesquisa, são responsáveis por criar e difundir ideias que visam pôr em questão os conteúdos, os símbolos e os valores cristãos. De acordo com os textos, favorecidos por uma onda mundial e nacional de questionamento dos conceitos de gênero e de sexualidades, até então, vigentes nas sociedades ocidentais, esses movimentos sociais teriam o objetivo de os enfraquecer por meio da difusão de concepções derivadas da denominada ideologia de gênero.

Essas ideias seriam preconizadas por intermédio de conteúdos e materiais escolares distribuídos pelo sistema educacional brasileiro aos/as estudantes de todas as faixas etárias. Em contrapartida, como resposta a esses movimentos sociais e à ideologia de gênero, as mídias evangélicas valem-se de estratégias de propaganda com o objetivo de fazer circular representações sociais, as quais minam a veracidade e a cientificidade das ideias desses movimentos sociais com a suposta denúncia de afirmações como a indeterminação dos gêneros e das sexualidades dos/as indivíduos ou a de que ambos são fruto de decisão intencional de cada indivíduo.

Consideramos que as estratégias de propaganda utilizadas pelas mídias evangélicas como represália à disseminação do ideário LGBTI+ tem como objetivo regular e organizar as representações sociais que buscam colocar em circulação na sociedade por meio de seu site. Regulação essa que se faz pela eliminação do gênero e das sexualidades, elementos causadores do conflito entre o grupo LGBTI+ e os grupos evangélicos, modificando sua representação no campo social. Por meio dessas estratégias, ao se sentir ameaçado, o grupo vale-se da propaganda para externalizar o antagonismo entre os dois ideários e reafirmar sua identidade.

Como parte dessa estratégia, os grupos evangélicos passam a manipular informações através da elaboração de novas interpretações dos conteúdos dos movimentos sociais a ser atacados por intermédio de suas mídias digitais, em particular o GP, focalizado em nossa tese. Seu objetivo é a criação de novas representações sociais sobre os movimentos sociais LGBTI+ alvo de seus ataques, assim como de suas concepções de gênero e de sexualidades, objetivando modificar sua interação e sua inserção no meio social.

A inserção sistemática de conteúdos e de mensagens pretende, assim, por meio da propaganda produzir e comunicar representações sociais detratórias dos movimentos LGBTI+ entre adeptos do *site* e do público em geral, com a meta de as conquistar com sua visão de mundo. Como resultado do uso dessas estratégias de propaganda de representações sociais de gêneros e de sexualidades LGBTI+, o *site* GP evidencia o desenvolvimento do que denominamos, nesta tese, como Pedagogias Cristãs.

Para apresentação desses resultados optamos por organizar os dados produzidos em nossa análise a partir das três categorias que emergiram dos documentos selecionados no *site*. No tópico a seguir, iniciamos a apresentação com a primeira categoria elencada: Educação sexual escolar.

### **5.1 Educação sexual escolar**

A categoria **Educação sexual escolar** revela que as representações sociais sobre as relações entre educação escolar, gênero e sexualidades no *site* analisado são, predominantemente, ancoradas na deslegitimação dos valores

cristãos. De acordo com os textos analisados, os conteúdos e os materiais didáticos distribuídos pelo sistema educacional brasileiro sob inspiração dos movimentos LGBTI+ preconizam uma orientação sexual baseada na denominada “teoria de gênero” ou “ideologia de gênero”. Seu objetivo é o da doutrinação de crianças e de adolescentes para a escolha e para a vivência livre, tanto de seu gênero, como de suas sexualidades, incluindo o sexo entre pessoas do mesmo gênero.

Nos textos denominados J/J1 e M2<sup>47</sup>, o *site* atesta a existência de materiais escolares que são confeccionados fora de nosso país, que sob a influência de ideias dos movimentos LGBTI+, orientariam as crianças a mudarem de sexo e/ou de gênero, se assim o desejarem e na frequência que quiserem, como indicam os excertos abaixo. Embora estrangeiras, se apresentadas pelas escolas às crianças brasileiras poderiam levá-las a ter visão distorcida da vida sexual de homens e de mulheres.

Uma empresa canadense está realizando um *crowdfunding* (financiamento coletivo) para o que ela chama de “o primeiro brinquedo pedagógico transgênero” do mundo, no qual as crianças são ensinadas a mudar seu sexo com a frequência que quiserem (TEXTO J/J1: BONECA TRANSGÊNERO ENSINA A CRIANÇA QUE ELA PODE TROCAR DE SEXO).

O financiamento está sendo feito pela plataforma Kickstarter, o brinquedo chamado de “Sam”, criado pela *Gender Creative Kids* Canadá, arrecadou mais de US \$ 20.000, com uma missão declarada de “educar as pessoas em todo o mundo sobre questões de identidade de gênero” (TEXTO J/J2: BONECA TRANSGÊNERO ENSINA A CRIANÇA QUE ELA PODE TROCAR DE SEXO).

Ambos os excertos orientam-se no sentido de que a educação sexual já é uma realidade nas escolas brasileiras e, no momento da postagem dos textos no GP, por influência da ideologia de gênero supostamente preconizada pelos movimentos LGBTI+, traria novos conteúdos e materiais para suas aulas. Destacamos, ainda, o fato que, em ambos os excertos, não aparece o os materiais que estão sendo produzidos em outro país, assim como de que essa utilização não significa sua adoção por nosso sistema educacional. Pelo contrário,

---

<sup>47</sup> Identificamos os textos com a letra alfabética e na frente a unidade de análise, por exemplo: Texto J/J2, conforme Quadro 6.

a construção do texto sugere, implicitamente, que esses materiais seriam certamente adotados nas escolas brasileiras.

Essa forma de construção dos textos retirados do site GP leva-nos a supor sua intencionalidade que, sem explicitar, claramente, o uso desses materiais canadenses em nosso país, não deixa, porém, de sugerir esta possibilidade nas entrelinhas. Nossa hipótese acompanha as conclusões de John B. Thompson (2008), ao afirmar que uma das principais características da mídia contemporânea é transformar um evento local em *status* global, com acesso a qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo. Dessa forma, podemos supor que os textos J/J1 e J2, ao aproximarem os/as brasileiros/as de um evento particular, ocorrido em outro país, identificariam, implicitamente, os riscos desses eventos tornarem-se, também, presentes no sistema educacional brasileiro. As coisas passam-se como se o evento, ocorrido nas escolas canadenses, pudesse ser, imediatamente, transportado para nosso país.

Pelo contrário, conforme destaca Isaias Batista de Oliveira Junior (2013), são inúmeros os materiais sobre educação sexual produzidos em nosso próprio país e divulgados pela mídia brasileira como parte de projetos educacionais nacionais que não chegaram, de fato, às escolas. Uma dessas situações refere-se ao denominado *kit gay*<sup>48</sup>, cujo nome original era “kit anti-homofobia”, organizado pelo MEC, em 2011, recebeu críticas de que estaria difundindo uma ideologia de gênero e, por essa razão, não chegou a ser distribuído nas escolas. De produção nacional, esse material, também, sofreu ataques da mídia evangélica que distorceu tanto seus objetivos como os materiais que seriam distribuídos aos/as estudantes.

Por meio das estratégias de propaganda veiculada nos textos J/1 e J/2, o GP apresenta informações que demarcam posicionamentos da religiosidade cristã sob as condições de regulação das representações sociais de gêneros e sexualidades postas em circulação em seu *site*. Esses resultados levam-nos a supor que o *site* desenvolve Pedagogias Cristãs conforme nossa definição. Através dessas pedagogias, grupos religiosos evangélicos têm como objetivo a

---

<sup>48</sup> Disponível em [https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011?gclid=Cj0KCQjw6sHzBRCbARIsAF8FMpWsjVV1dL2anzEb8jEw28fLagSxLTT2rTb6cZO02zPNnwuxvASxy8aAvr3EALw\\_wcB](https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011?gclid=Cj0KCQjw6sHzBRCbARIsAF8FMpWsjVV1dL2anzEb8jEw28fLagSxLTT2rTb6cZO02zPNnwuxvASxy8aAvr3EALw_wcB). Acesso em 10 fev. 2020.

veiculação de representações sociais opostas aos gêneros e às sexualidades preconizadas pelos grupos LGBTI+. Observamos muito mais do que uma crítica ao material que contém conteúdo com temática sobre gênero e sobre sexualidades, mas, sim, a reorganização de um conjunto de representação de gênero e sexualidades sob o viés da suposta ideologia de gênero disseminada pelos movimentos LGBTI+. Do mesmo modo que em relação ao *kit gay* como em relação ao material canadense o que importa destacar aqui é que as postagens do *site* GP distorcem as informações sobre os materiais de forma a torná-los perniciosos à formação das crianças e adolescentes. Sob este viés esses materiais levariam as crianças a conceberem o gênero e as sexualidades como opções de ser e de existir disponíveis para uma escolha intencionada e provisória.

Exemplifica, esse tipo de manipulação, o próprio nome do *kit gay*, que, oficialmente, tem como denominação *kit anti-homofobia*. Essa mudança da denominação pode ser interpretada a luz da obra de Moscovici (2012, p. 395), para quem os grupos religiosos ao valerem-se das estratégias de propaganda organizam as informações cujas características concretas vão assumindo “[...] um tipo de relação conflituosa – polarizada”. Polarização que contribui para que os conflitos simbólicos e disputas por significações ganhem o campo social, ou seja, trata-se na verdade de representações sociais em posições antagônicas nas lutas políticas, sociais, morais e éticas.

Outro exemplo de manipulação de informações e sua organização na forma de propaganda pode ser o tratamento dado pelas mídias evangélicas ao material “Escola sem homofobia”. Segundo Oliveira Junior (2013), esse material era composto por uma parte que enfatizava a formação docente para tratar às questões de gênero e de sexualidades e projetos de ação para combater a violência de gênero e sexual, nas escolas, por meio de boletins informativos e de vídeos de formação. Objetivava proporcionar um suporte teórico e prático para professores/as e para profissionais da educação, de modo que pudessem tratar a violência contra mulheres e contra a população LGBTI+, discutindo a homofobia, o machismo, a masculinidade, entre outros, não constando em seu material conteúdos que visassem ao ensino de práticas sexuais. Esse material foi elaborado após grupos de pesquisas, de ativistas e de ONGs trazerem dados sobre a violência contra pessoas LGBTI+ no espaço educativo. A proposta final

do material era proporcionar um diálogo na escola visando o pluralismo, a diversidade e a inclusão.

Desde sua divulgação em 2011, como lembra Oliveira Junior (2013), esse material foi utilizado como estratégia política por parte de lideranças religiosas católicas e evangélicas, tornando-se tema predominante nos meios de comunicação, como jornais impressos, *blogs*, *sites* e programas de televisão, bem como, até hoje, nos discursos políticos, sobretudo de grupos ligados à bancada evangélica do Congresso Nacional. Como consequência desse movimento de oposição a esse material educativo, o Governo Federal suspendeu sua distribuição, apesar de alertar que “[...] no Brasil ainda não foi desenvolvido nenhum material oficial do governo que possa receber a nomenclatura de *Kit Gay* ou algo similar” (OLIVERIA JUNIOR, 2013, p. 196).

O conflito ou a polarização na disputa representacional não é apenas um jogo de ação e de reação, por meio do qual um dos grupos diz “gay” enquanto o outro grita “Deus”, mas, uma elaboração das representações, da individualidade e da identidade desses grupos. Negar a existência do gênero e das sexualidades seria impossível, pois a discussão está posta. Por isso, a escolha das mídias evangélicas pela estratégia da propaganda de forma a regular o campo representacional sobre gênero e sexualidades parece ser uma das eficazes em seus objetivos. Acompanhamos Moscovici (2012) quando argumenta que não é por acaso que a propaganda tenha sido aperfeiçoada em períodos de guerra. Isso, porque, a propaganda visa o controle sobre a opinião das pessoas nos ambientes sociais em que grupos e posições se colocam em disputa pelo poder político.

Como parte dessa estratégia, os grupos religiosos, ao tratarem da temática gênero e sexualidades, fazem suas falas negando, distorcendo e manipulando o discurso do grupo antagônico, pois seu objetivo é o de desqualificar as posições do outro e repetir a exaustão as suas próprias perspectivas e visão de mundo. Nas palavras de Moscovici (2012), efetivamente, “[...] se um grupo deseja ou deve agir como tal, como sujeito, sobre o real, é necessário que o represente como seu próprio real” (MOSCOVICI, 2012, p. 394). As representações sociais que circulam com mais intensidade e poder de persuasão na sociedade apresentam maiores chances de orientar as opiniões e ações dos indivíduos e grupos sociais. Neste

sentido, a propaganda busca fomentar a intensificação e o convencimento desses indivíduos por intermédio da reiteração de suas representações em uma maior quantidade e tipos de veículos de comunicação social.

As manifestações contrárias a distribuição do material “Escola Sem Homofobia” que iniciou em 2011 e foi um dos primeiros movimentos da denominada agenda antigênero e contou com o apoio de entidades católicas e evangélicas foram intensas em diversas mídias. De acordo, com Junqueira (2018), o propósito desses grupos antigênero foi o de apropriar-se da temática, homogeneizá-la, descontextualizá-la e reduzi-la retirando-lhe seu caráter científico, político e ético. Com base em uma aliança entre religião e política partidária, os grupos religiosos pautaram-se em discursos fundamentando-se em uma suposta moralidade cristã e promoveram o revisionismo de conteúdos escolares. Exemplo disso, entre outras ações, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 foi a retirada dos conteúdos de orientação sexual e gênero após uma onda de protestos de apoiadores/as católicos e evangélicos contra grupos sociais feministas e LGBTI+ por todo o país.

Os textos E/E1, E2, e G/G5 reforçam o alerta de que o material de educação sexual, em nossas escolas, estaria recheado de informações sobre identidade de gênero e sobre assuntos inapropriados para crianças que não tem maturidade para isso como “homossexualismo, transexualismo, e métodos anticoncepcionais”. Conforme esses documentos, tais materiais levam para a escola questões morais que devem ser ensinadas pelas famílias e de acordo com suas crenças. Destacam, ainda, que, em um desses materiais escolares, há uma “historinha sobre minhocas que não sabem de que sexo são, mas também mostrava claramente casais de pessoas do mesmo sexo”, como parte da educação sexual das crianças. Além disso, as postagens do GP (E/E2) assinalam que esses materiais escolares são produzidos e distribuídos pelo governo petista, naquele momento no governo federal, sugerindo uma estreita relação entre o partido político Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>49</sup> e os conteúdos escolares anticristãos denunciados pelo GP aos seus seguidores e leitores.

---

<sup>49</sup> O Partido dos Trabalhadores (PT) foi alvo, nesse período de discussões de temáticas ligadas ao gênero e à sexualidade, por implementar o Programa Brasil Sem homofobia – PBSH e também por disputar as eleições presidenciais em 2018.

[...] são usados livros de história, geografia e ciências do ensino fundamental que além de falar sobre identidade de gênero abordam questões como doenças sexualmente transmissíveis, assuntos inapropriados para crianças que não tem maturidade para lidar com a sexualidade (TEXTO E/E1: CRISTÃOS CRIAM FORÇA-TAREFA PARA COMBATER IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS).

O professor Orley mostra que o material distribuído pelo governo petista fala de “homossexualismo, transexualismo e métodos anticonceptivos” para crianças. Com isso, leva para a escola questões morais que devem ser ensinados no seio da família, de acordo com as crenças individuais. Afirma também que esse material já está nas escolas desde o início de 2016 (TEXTO E/E2: CRISTÃOS CRIAM FORÇA-TAREFA PARA COMBATER IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS).

Ela inclui historinhas sobre minhocas que não sabem de que sexo são, mas também mostrava claramente casais de pessoas do mesmo sexo” (TEXTO G/G5: CRIANÇA É EXPULSA APÓS PAIS RECLAMAREM DE AULAS DE HOMOSSEXUALIDADE).

Os excertos elencados acima reforçam a ideia de que assuntos como gênero e sexualidades não devem ser abordados com crianças e que certos materiais escolares sobre essas temáticas vêm penetrando, insidiosamente, no ambiente de sala de aula, por meio de histórias infantis supostamente inocentes. Essas histórias infantis estariam ensinando, para as crianças, assuntos relativos a casais de mesmo sexo, por exemplo. Ao se oporem a essa prática escolar, assumem que esses temas são dever da família, conforme suas crenças religiosas particulares. As representações sociais expressas nos textos sugerem que a Educação Sexual Escolar é preconizada pela ideologia de gênero e pelos movimentos LGBTI+ e apresenta-se como um conjunto de saberes divergente da moral de suas famílias e além da capacidade intelectual de suas crianças. Evidenciam-se aqui novamente estratégias de propaganda usadas pelo *site* com o sentido veicular representações sociais convergentes com o posicionamento dos grupos religiosos evangélicos que lhe fornecem sustentação. Nossa suposição é de que Pedagogias Cristãs se efetivam por meio dessas estratégias de modo a alcançar e convencer o maior contingente de indivíduos evangélicos ou não.

Conforme explica Mary Neide Damico Figueiró (2006), os conhecimentos sobre gênero e sobre sexualidades fazem parte da educação sexual escolar há

muito tempo no sistema educacional brasileiro, embora através de óticas diferentes conforme o momento econômico, político e social de nosso país. Esse é o caso das disciplinas de Educação Física e de Biologia que já abordaram os temas de gênero e de sexualidades por meio do ensino dos aparelhos sexuais feminino e masculino e doenças sexualmente transmissíveis. As disciplinas de História e de Sociologia já participaram da Educação Sexual escolar por meio do ensino dos movimentos feministas e LGBTI+ assim como da gravidez precoce adolescente, métodos de contracepção e aborto.

No final do século XX, nos anos de 1990, as temáticas relativas ao gênero e às sexualidades passaram a fazer parte dos Temas Transversais presentes em todas as séries e graus de ensino da Educação Básica, conforme a LDB/1996. Os PCNs enfatizaram o respeito às diferenças históricas, culturais e sociais dos indivíduos incluindo as novas configurações sobre gênero e sexualidades humana (BRASIL, 1990). Para o ensino dos Temas Transversais, os PCNs sugeriam a utilização de brincadeiras, de jogos, de literatura, de música, de filmes, dentre outras atividades lúdicas que pudessem tornar as temáticas mais acessíveis ao universo infantil.

Ao propor o ensino sobre gênero e sobre sexualidades, a escola atende ao preconizado pela literatura especializada, pelos documentos educacionais oficiais e pela própria demanda dos/as estudantes e docentes que, de acordo com Fernando Seffner (2009), percebem a necessidade de abordá-los de forma científica. Para Ana Carla Vagliati (2020), a educação sexual não é apenas uma necessidade na escola, mas, também, uma ferramenta para pensar o ciclo da violência e os abusos sexuais infantis de crianças e de adolescentes, uma vez que a equipe, ao entrar em contato com tais temáticas, poderia ajudar a identificar crianças que estejam em sofrimento por causa do abuso e, também, poderiam apontar caminhos para o enfrentamento desta violência por parte de suas vítimas em potencial.

Os textos G/G1, G2 e J/J5, apresentados a seguir, relatam a reação das famílias ao entrarem em contato com as notícias do GP de que conteúdos e materiais de educação sexual impróprios para crianças estariam sendo introduzidos nas escolas brasileiras. No texto G/G1, uma família relata seu incômodo com o relato de sua filha de que teria sido apresentado em aula um

tema sobre homossexualidade e transgênero, enquanto no texto G/G2 é mencionado que uma professora teria abordado o estilo de vida *gay* em sua classe de crianças. Em ambos os casos, a reação negativa das famílias evangélicas as práticas escolares que enfatizava as questões de gênero e sexualidades, segundo eles, feriram sua moral por serem cristãos e defenderem seus preceitos religiosos. As famílias questionam também a validade das práticas pedagógicas que por meio de brincadeiras e literatura infantil abordam temas tão comprometedores como o gênero e a sexualidades como se fossem inocentes e menos importantes na formação das crianças.

No mês passado, os pais dela questionaram o ensino dado pela escola particular sobre a homossexualidade e transgêneros. O motivo foi a filha ter chegado em casa dizendo que seu pai poderia não gostar mais de mulheres (TEXTO G/G1: CRIANÇA É EXPULSA APÓS PAIS RECLAMAREM DE AULAS DE HOMOSSEXUALIDADE).

Incomodados, eles decidiram descobrir de onde vinha aquela ideia. Souberam então que a professora lia livros sobre o estilo de vida *gay* e tentava promover “debates” sobre a questão na classe. Era uma iniciativa “antipreconceito” [...]. Obviamente, o fato não agradou os pais da criança, que são cristãos (TEXTO G/G2: CRIANÇA É EXPULSA APÓS PAIS RECLAMAREM DE AULAS DE HOMOSSEXUALIDADE).

“A aprendizagem baseada na brincadeira não é apenas aceitar como uma das melhores maneiras de ensinar crianças, mas também cria oportunidades naturais para um adulto iniciar uma conversa sobre o que é ser atribuído a um sexo ao nascer e que não corresponde ao que você sente por dentro”, afirma a empresa. Outras bonecas orientadas para transgêneros também foram lançadas este ano, incluindo uma baseada na adolescente transgênero Jazz Jennings da série TLC “I Am Jazz” (TEXTO J/J5: BONECA TRANSGÊNERO ENSINA A CRIANÇA QUE ELA PODE TROCAR DE SEXO).

É possível identificar, nos excertos destacados, o desconhecimento das famílias sobre o processo educativo escolar e sobre a realidade das escolas de suas crianças. No trecho do texto G/G2, “[...] souberam então que a professora lia livros sobre o estilo de vida *gay* e tentava promover ‘debates’ sobre a questão na classe” não é informado pelo GP onde a família obteve a informação referida sobre a professora entre outras questões não informadas pelo *site* como: que materiais foram utilizados pela professora? O material foi oferecido pela escola ou

foi escolhido pela professora? Como ocorreu a intervenção da família na escola? Como a escola reagiu a essa intervenção? Como se posicionou? Essas perguntas sem respostas parecem fazer parte das estratégias de construção dos textos pelo GP que ao desqualificar os conteúdos e métodos escolares criam uma sensação de desconforto e de dúvida nas famílias no que diz respeito aos temas de gênero e sexualidades.

Como destaca Figueiró (2013), as dúvidas das famílias sobre conteúdos e sobre materiais da educação sexual escolar decorre, em parte, da falta ou da falha de suas experiências com esses temas durante sua infância, sua adolescência e sua juventude, tanto escola como fora dela. De modo geral, quando ocorrem são experiências educativas baseadas em medo e repressão de emoções e sentimentos. Além disso, conforme revelam as pesquisas de Furlani (2007), de Junqueira (2009) e de Seffner (2009) essas dúvidas são decorrentes de lacunas na comunicação entre as famílias e as escolas que continua a se resumir no recebimento de notas e recomendações a suas crianças e adolescentes, em alguns períodos do ano letivo.

Por esses motivos, como afirma Furlani (2011), é essencial a participação das famílias na discussão desses temas no ambiente escolar a fim de dirimir as dúvidas e os temores quanto ao que vai ser ensinado em sala de aula. Embora ressalte que essas decisões, em última instância, devam ser tomadas pelos educadores a partir de critérios pedagógicos, científicos e laicos e em conformidade com a legislação educacional brasileira. Além disso, de uma perspectiva próxima, Figueiró (2013) e Vagliati (2020) reforçam esse ponto de vista ao destacar que a abordagem pedagógica desses temas entre estudantes de diferentes faixas etárias contribui para o seu desenvolvimento psíquico e social ao promover o respeito frente as diferenças e a prevenção contra violências e abusos sexuais.

A igualdade de gênero é tratada, também, pela mídia evangélica como um dos preceitos da “ideologia de gênero” que estaria sendo introduzida em nosso sistema educacional, como nos mostram os textos A/A1, N/N4 e N/N8.

Os municípios brasileiros têm até o dia 24 de junho para aprovar seus Planos Municipais de Educação (PMEs). Uma das propostas em discussão nas cidades é a de inserção na educação infantil da Ideologia de Gênero, que combate a família natural. Em síntese, a

Ideologia de Gênero ensina que não existem diferenças naturais entre homens e mulheres. Desta forma, a referida ideologia legitima propostas estranhas como o banheiro unissex para meninos e meninas nas escolas e universidades (TEXTO A/A1: CIDADE TEM ATÉ DIA 24 PARA ACATAR OU REJEITAR TEORIA DO GÊNERO).

“Está na Constituição que o casamento é entre homem e mulher”, inicia. “Ideologia de gênero, com isso eu não posso concordar, com esse seminário LGBT infantil que ficou conhecido como kit gay”, mencionou (TEXTO N/N4: BOLSONARO “SE EU FOR PRESIDENTE IDEOLOGIA DE GÊNERO VAI DEIXAR DE EXISTIR”).

Esse debate se intensificou com a estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014. A proposta do Ministério da Educação (MEC) era incluir temas relacionados com a identidade de gênero e sexualidade nos planos de educação de todo o país (TEXTO N/N8: O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO).

O excerto A/A1 destaca que “[...] a Ideologia de Gênero ensina que não existem diferenças naturais entre homens e mulheres”. O texto utiliza como estratégia discursiva certa imprecisão conceitual sobre gênero e sexualidades associando os elementos histórico-sociais dessas construções à tentativa de destruição da família heteronormativa. Por meio de sua postagem polariza duas construções históricas: de um lado família heteronormativa e, de outro, o gênero e as sexualidades não-heteronormativa. Dessa maneira, fazem circular representações de gênero e sexualidades que supostamente seriam mais coerentes com o ideário cristão.

Com as representações sociais difundidas pelo GP os grupos evangélicos buscam interferir nos modos de pensar e interagir de seus/suas seguidores/as de modo a reforçar alguns significados, símbolos e valores, assim como modificar outros que mantenha a sustentação da visão de mundo preconizada por esses grupos. Esses resultados remetem-nos aos achados de Moscovici (2012, p. 393-394) para quem “a organização das mensagens comunicadas visa, no decorrer de uma campanha de propaganda, construir uma representação do objeto conforme as exigências da unidade do campo social[...]”. Concordamos que as mensagens organizadas e difundidas no GP em decorrência de sua reiteração exaustiva facilitam o convencimento dos indivíduos sobre determinados elementos das

representações sociais veiculadas por parte dos indivíduos e grupos integrando-a a cultura em circulação. Em outras palavras, encontramos aqui mais uma vez o desenvolvimento das Pedagogias Cristãs desenvolvidas pelos grupos religiosos evangélicos responsáveis pelo *site* GP.

Ao deixar indiferenciados os conceitos de gênero e de sexo, o GP parece buscar neutralizar os resultados de conjunto de pesquisas sobre o tema e que vem marcando essas diferenças em nível científico. Mantém-se, assim, uma visão não científica de que gênero está ligado, diretamente, ao sexo biológico e vice-versa, opondo-se, frontalmente, aos Estudos de Gênero (PINTO, 2003; SAFIOTI, 2015; 2013). Diferentemente da suposta Ideologia de Gênero, os Estudos de Gênero referem-se a uma tradição científica, que realizam pesquisas sobre gênero, sexo e sexualidades em seus âmbitos sociais, políticos, morais, culturais e biológicos enquanto conceitos e práticas entrelaçadas e interdependentes. Como lembra Guacira Lopes Louro (2012), os Estudos de Gênero surgem no contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, de marchas e de protestos políticos, como, também, por meio do regaste histórico, quanto o questionamento dos papéis sociais no âmbito da cultura. Isso oferece um suporte teórico e científico para pensar os movimentos sociais de luta pela equidade. Por meio desses estudos, ocorre uma importante transformação no processo de disputa, de ressignificação e de apropriação sobre o conceito de gênero e sexualidades que se distancia de qualquer objetivo e dúvida dos valores e símbolos religiosos uma que vez que sua perspectiva é científica e laica.

Para Saffioti (2013), essas pesquisas coroam as lutas dos movimentos feministas que buscaram romper com a determinação de papéis sociais, conforme o sexo de homens e de mulheres, levando o conceito de gênero ao âmbito político, o que compreende novas formas de ser e existir no mundo. Como lembra Judith Butler (2018), apesar dos avanços científicos sobre esses temas, os discursos religiosos mantêm o confronto de suas crenças, em especial nas instituições educacionais, escolares ou não, em que insistem nas diferenças naturais entre homens e mulheres, para manter a indiferenciação entre gênero, sexo e sexualidades.

Denominada como agenda brasileira antigênero, os movimentos religiosos que sustentam o *site* GP se pautam tanto na biologização dos conceitos de gênero, de sexo e de sexualidades, como na manutenção da hegemonia da ordem heterossexual dos corpos de homens e de mulheres. Ao naturalizar a ordem heterossexual e ao descartar a condição histórica e cultural dos conceitos em pauta, esses movimentos religiosos buscam minar e desarticular os projetos educacionais escolares que visam a diversidade, a inclusão e o pluralismo de identidades e culturas nas escolas brasileiras. Perspectiva essa que se estende à educação sexual escolar que deve ser laica de acordo com legislação brasileira e com a qual concordamos (JUNQUEIRA, 2018).

A seguir, na categoria *Valores Cristãos na Educação* apresentamos como a mídia evangélica investigada vale-se de representações sociais sobre os valores cristãos para justificar a suposta proteção das crianças da corrosão desses valores na educação escolar impetrada pela Ideologia de Gênero.

## **5.2 Valores cristãos na educação**

A categoria denominada **valores cristãos na educação** releva representações sociais sobre gênero e sobre sexualidades LGBTI+, predominantemente, ancoradas na ideia de que a educação das crianças sobre esses temas deve seguir a moral religiosa cristã em detrimento de conhecimentos escolares. Por essa razão, de acordo com os excertos elencados, é preciso que as famílias cristãs fiscalizem a educação escolar de suas crianças a fim de evitar a transmissão de conteúdos associados à Ideologia de Gênero, o que significa a escolha e a vivência livre e amoral dos gêneros e sexualidades dos indivíduos.

No excerto G/G3, encontramos o incentivo para que as famílias indaguem o ensino de gênero e de sexualidades nas instituições escolares, confrontando-os com os valores cristãos. O excerto N/N2 apresenta a fala do presidente Jair Messias Bolsonaro comprometendo-se a manter em seu governo os valores cristãos em todos os conteúdos escolares, em especial, na educação sexual de todas as idades e graus de ensino.

‘Eu acho que nessa idade, eles nem sabem o que é o preconceito... como podem ter esse tipo de conversa na escola?’, questionou a senhora Sinclair. “Não houve consideração com a cultura e a fé que temos em minha família”, asseverou. Já Kim Bloeman, diretora de educação infantil na região (Montview, cidade de Denver no Colorado - US), defende que os materiais usados em sala eram apropriados para as crianças (TEXTO G/G3: CRIANÇA É EXPULSA APÓS PAIS RECLAMAREM DE AULAS DE HOMOSSEXUALIDADE, grifos nossos).

Ao citar a necessidade do resgate de valores cristãos históricos, ele afirmou: “Sei do tamanho da responsabilidade que recairá sobre nós, caso venhamos a nos eleger”. Bolsonaro garantiu não ser homofóbico e reiterou que só queria rebater o material patrocinado pelo Ministério da Educação que, segundo ele, é composto de livros, cartazes e filmes “que deixariam qualquer um de cabelo em pé”. “Eu denunciei isso de forma bastante pesada, no final de 2010. Em 2011, eu já tinha o apoio das bancadas católica e evangélica”, lembra. (TEXTO N/N2: BOLSONARO “SE EU FOR PRESIDENTE IDEOLOGIA DE GÊNERO VAI DEIXAR DE EXISTIR”).

No primeiro excerto (G/G3) constatamos novamente o uso de estratégias de propaganda do pensamento dos grupos religiosos que sustentam o site GP. Mais uma vez é apresentado o depoimento de uma diretora de escola que defende o ensino sobre preconceitos de diferentes ordens para as crianças como se fizesse parte da realidade brasileira de forma a confundir e a insinuar similaridades entre as duas realidades: a norte-americana e a brasileira. O segundo excerto (N/2) destaca a fala do presidente da República referindo-se ao que se ensina nas escolas brasileiras como coisas que deixam as pessoas “de cabelo em pé” sugerindo sua inadequação às crianças. Os dois excertos reafirmam valores, significados e modos de ser cristãos levando seus/suas leitores/as a se identificar com a indignação das famílias em relação ao ensino de temas relacionados à gênero e sexualidades na escola.

Esses resultados parecem convergentes com as considerações de Moscovici (2012) para quem a estratégia de utilizar argumentos que se opõem à realidade, distorcendo-a, negando-a, invertendo-a ou cindindo-a faz parte dos mecanismos de propaganda. A estratégia da cisão parece fazer parte do primeiro excerto quando opõe a posição das famílias e da diretora da escola e omite que as posições se referem a aspectos diferentes da realidade. As famílias mencionam à distância entre os conteúdos escolares e sua fé e moral, enquanto a

diretora está se referindo a outro aspecto da realidade: a adequação dos conteúdos às condições intelectuais e emocionais das crianças. A distorção da realidade parece fazer parte do segundo excerto, quando o presidente sugere que os conteúdos escolares deixam as pessoas de cabelo em pé sem, contudo, explicar quais seriam esses conteúdos e porque deixariam as pessoas estarecidas.

Os dois textos colocam em evidência a suposta oposição entre famílias cristãs e escolas do sistema educacional brasileiro, bem como a necessidade de alinhamento entre ambos com predomínio da posição dos primeiros em detrimento dos/as educadores. As postagens sugerem que famílias, governos e religiões cristãs precisam se orientarem na direção dos valores cristãos que se assegure uma adequada educação escolar das crianças e dos/as jovens brasileiros. Os resultados sugerem que as representações sociais de educação sexual escolar se ancoram na integração entre religiões cristãs e sistema escolar. Em outras palavras essas representações se sustentam no pressuposto de que os sistemas educacionais não devem ser laicos e sim orientados religiosamente e não qualquer religião e, sim, as religiões cristãs evangélicas. Decorrente disso, podemos afirmar que nesta perspectiva representacional a instituição familiar e a religiosa são consideradas pelo *site* GP as instâncias sociais responsáveis e reguladoras dos pensamentos e comportamentos

Esses resultados se opõem frontalmente à Constituição Brasileira de 1988, entre outros documentos que orientam os princípios políticos de nosso país, rompendo com o princípio da laicidade na forma de governar. O Brasil, cuja religião oficial era o catolicismo até a Promulgação da Constituição Republicana de 1891, passou a seguir os princípios republicanos proferido por pensadores/as iluministas com seu caráter igualitário, fraternal e libertário. Com essa escolha a educação escolar brasileira passou ser de responsabilidade do Estado não mais prevendo intervenções por parte das diferentes orientações religiosas presentes no país. Desse modo, ao aproximar a relação entre família, governo e religião na orientação da educação escolar brasileira, o texto fere os princípios constitucionais debatidos ao longo da história, não promovendo um ensino público, laico e universal.

Ao assumir a responsabilidade de acompanhar a inserção da moral religiosa cristã nos conteúdos escolares, o governo brasileiro age, insidiosamente, no campo das políticas públicas e fere o conceito de laicidade<sup>50</sup>, presente na Constituição Federal. Assim, a aliança, entre família, governo e religião é um tripé ardiloso na forma de governar.

Como destaca Nadia Geisa Silveira de Souza (2016), a família é considerada uma das instituições sociais fundamentais para o processo de formação de suas crianças, bem como pela marcação de suas identidades de gênero, conformando-os, de modo peculiar e idiossincrático, com seu meio social. Elementos culturais e simbólicos são produzidos e reproduzidos pelas famílias sobre os modos de ser e de existir no mundo por parte de sua prole. Todavia, ao entrar na escola, em uma sociedade democrática, crianças e jovens são confrontados/as com culturas e códigos morais diferentes dos seus que permitem seu questionamento e adoção de outros valores, hábitos e costumes. As considerações da autora reforçam a ideia de que a tutela do governo sobre as crenças e a moral religiosa cristã no sistema educacional brasileiro não se coadunam com os princípios democráticos de nossa República.

No mesmo sentido, Gabriela Abuhab Valente (2018) acrescenta que em um Estado de Direito, como preconiza nossa Constituição Federal, são exigidas políticas públicas que viabilizem a liberdade e a privacidade dos indivíduos. Dessa forma, devem ser dadas garantias para a laicidade no tratamento das diferenças e da liberdade em crenças e em valores. Conforme Foucault (1988) e Valente (2018), é função do estado moderno a regulação da formação e do disciplinamento dos indivíduos, por meio de instituições como a família e a escola com uso de estratégias centradas no controle minucioso de suas condutas. Contudo, é também função do Estado garantir a liberdade individual e privada, quanto a crenças e a formas de viver por meio da laicidade de instituições como a escola, a ciência e a medicina. Um Estado laico e democrático sem o

---

<sup>50</sup> Para Gabriela Abuhab Valente (2018, p. 107, 108), a laicidade no Brasil foi implementada em 1889, a partir de um decreto que previa a separação entre as instâncias pública e privada. Evidentemente, essa já não é mais a laicidade que se tem nos dias de hoje. A laicidade é um processo sócio-histórico em desenvolvimento que pressupõe uma ação estatal para garantir a separação entre a esfera pública e esfera política, da neutralidade de tratamento das diferentes religiões, da liberdade de crença e da igualdade dos homens.

atravessamento da religião é a garantia que grupos em sua diversidade possam ter a liberdade de expressão, cultural e política.

Encontramos mais uma vez em Foucault (1979) reforço a essa argumentação, ao comentar, já durante o século XVIII, sobre uma educação que tenta desvincular dos valores religiosos para promover um ensino público, laico e universal. Dessa forma, a separação entre Estado e religião foi essencial para pensar os princípios laicos e as condutas sociais, culturais e políticas dos indivíduos. Para tanto, o Estado desenvolve técnicas de disciplinamento da linguagem e dos corpos, por meio do entrelaçamento da família, da escola, da religião e do próprio estado, em uma tentativa de manter a ordem e o disciplinamento social, em decorrência do jogo político entre as instituições religiosas e o Estado.

Nesse processo, as instituições religiosas não contentes com a desvinculação com o Estado moderno e republicano, passou a exercer seu poder sobre a sociedade de forma a exigir sua participação nas decisões políticas de estado por meio de protestos, marchas e ações coletivas, incluindo as diferentes formas de mídia. Como aponta Thompson (2008), a produção simbólica das mídias se constitui veículos significativos de normas e valores que regulam a vida social. Em nossa consideração, o *site* GP por intermédio da defesa de supostos valores cristãos opera no sentido de normatizar e de regular modos de ser e de existir de homens e mulheres de acordo com sua visão religiosa particular.

Além da aliança entre religião, Estado e famílias na tentativa de direcionamento da educação sexual das escolas brasileiras, constatamos, nos excertos das postagens do GP, que se privilegia uma das orientações religiosas presentes em nosso país em detrimento das demais. A religião cristã permeia o discurso do governo de forma a mobilizar que familiares passem a interferir na educação e apontar caminhos para pensar uma educação que engloba os valores cristãos. Essas implicações religiosas são motivadas por preconceitos. Defensores dos valores cristãos enxergam na diferença o que Arendt (2002) apontou como um caos absoluto, por isso, é mais compreensível para este grupo isolar coletivos minoritários negando direitos ao invés de garantir sua permanência no meio educacional. Essa atitude, fere a liberdade e igualdade preconizada na Constituição Federal Brasileira (1988). Quando os grupos

religiosos cristãos reafirmam seu posicionamento frente às questões sobre as diferenças, eles vão constituindo sua rede de poder. Como afirma Foucault (1979) essa rede de poder criada por instituições alimentam os privilégios particulares e direciona o que é permitido e proibido dentro de uma sociedade.

No excerto M/M17, citado a seguir, é apresentada uma convocação do GP para que as famílias se mantenham atentas à vida escolar de crianças e de jovens e, até mesmo, que realizem uma “contrarrevolução cultural”, enfrentando a Ideologia de Gênero, implementada nessa instituição

“Teremos que fazer uma contrarrevolução cultural. A ideologia de gênero já está enraizada no Brasil há mais de 30 anos”, incentiva. A assessora acredita que os pais terão que interferir mais na vida dos filhos e explicar tudo o que está acontecendo (TEXTO M/M17: IDEOLOGIA DE GÊNERO PODE TORNAR PEDOFILIA “NORMAL”, ALERTA EDUCADORA).

Encontramos a mesma orientação no texto M/M20, em que as famílias cristãs são convidadas a entrar nessa “guerra” contra a Ideologia de Gênero e reforçarem o que é certo e o que é errado, quanto a ser homem e se mulher com base nos valores cristãos.

“Vamos começar a reafirmar a feminilidade da menina e a masculinidade do menino. Todos nós temos que entrar nessa guerra”, sugere (TEXTO M/M20: IDEOLOGIA DE GÊNERO PODE TORNAR PEDOFILIA “NORMAL”, ALERTA EDUCADORA).

No texto M/M19, são apresentadas algumas medidas que as famílias devem adotar para formar suas crianças quanto aos comportamentos e roupas adequados de meninos e meninas.

“Que os pais abracem seus filhos e expliquem que são meninas ou meninos, porque Deus os fez assim. Que as mães comprem vestidos e saias para suas meninas. Me preocupa muito a neutralidade da roupa”, alerta (TEXTO M/M19: IDEOLOGIA DE GÊNERO PODE TORNAR PEDOFILIA “NORMAL”, ALERTA EDUCADORA).

Esses três excertos são recortes de falas da pastora Damares Regina Alves, atual ministra da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo de Jair Bolsonaro postados no *site* GP. Quando tomou posse em 02 de janeiro de 2019, em seu pronunciamento, ressaltou que, sob orientação de sua gestão, os “meninos vestiriam azul e meninas vestiriam rosa<sup>51</sup>”, reforçando o posicionamento dos movimentos antigênero promovidos pelas Igrejas evangélicas que preconizam uma educação sexual escolar pautada nos valores tradicionais cristãos sobre gênero e sexualidades.

Ao valerem da denominada Ideologia de Gênero como ponto de referência para a atuação desses grupos, o *site* GP opera com mobilizadores políticos na luta contra os movimentos feministas e LGBTI+ que visam problematizar as representações de gênero e sexualidades de forma ampla e democrática. Contrariamente a isso, a suposta Ideologia de Gênero promoveria uma normatização dos gêneros e sexualidades diretamente oposta à moral cristã. O uso da expressão “guerra” para nominar o movimento necessário e urgente das famílias contra uma educação sexual escolar inspirada nos movimentos feministas e LGBTI+ evidencia a relevância do uso de armas poderosas nesta empreitada em favor das famílias heteronormativas. Ousamos sugerir que entre as armas poderosas usadas nesta “guerra” simbólica dos grupos religiosos evangélicos as estratégias de propaganda se destacam: manipulação das informações e repetição exaustiva de suas afirmações.

Fazendo parte dessas estratégias de propaganda desenvolvida por grupos religiosos é importante lembrar que a própria expressão Ideologia de Gênero foi criada em 1997 por Joseph Aloisius Ratzinger, Papa Emérito e Romano Pontífice Emérito da Igreja Católica, em resposta à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher realizada em 1995. Em continuidade, em nosso país, a “Carta aos Bispos: maternidade como elemento-chave da identidade feminina” (2004) e o “Documento de Aparecida: defesa da família tradicional e preocupação com os direitos LGBTI+” (2007) foram produzidos com o mesmo objetivo. A partir daí difusão da Ideologia de Gênero passou a ser explorada mais fortemente pelas Igrejas evangélicas em sua “guerra” contra os movimentos feministas e LGBTI+.

---

<sup>51</sup> Disponível em <https://www.gospelprime.com.br/damares-alves-e-criticada-apos-questionar-ideologia-de-genero/>. Acesso em 7 dez 2020.

em particular durante a discussão e as tomadas de decisão sobre a BNCC. Ao interpretar toda e qualquer ação em prol de equidade e da diversidade de gênero e de sexualidades e diversidade como parte da Ideologia de Gênero e, portanto, uma ameaça aos valores cristãos, as Igrejas evangélicas passaram a exigir a intervenção do governo sobre a escolarização de suas crianças e adolescentes.

Podemos destacar que o movimento evangélico obteve ganho nessa disputa política ao conseguir, por meio de marchas, de protestos e de votos da bancada da bíblia, a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” da BNCC e inserindo os termos “superação das desigualdades educacionais”, “promoção da cidadania” e “erradicação de todas as formas de discriminação”. Essa retirada de termos é um retrocesso frente as políticas educacionais para gênero e para sexualidades na educação. Suprimir esses dos documentos oficiais é negar a historicidade dos movimentos na luta pela equidade.

Os excertos A/A2, P/P9 e K/K4 retirados das postagens do GP são exemplos dessas estratégias discursivas que aproximam temas relacionados ao gênero e às sexualidades humana da denominada Ideologia de Gênero. Em nossa perspectiva, a estratégia de propaganda se faz presente ao fortalecer a polarização entre o que pode ser considerado profano e o que pode ser considerado sagrado no que tange aos comportamentos dos indivíduos nas duas áreas. Nessa direção, as postagens do GP enaltecem e desqualificam os comportamentos relativos às sexualidades e ao gênero conforme a visão de mundo de seus grupos de sustentação política e econômica. Combater todo e qualquer comportamento e conteúdo considerado profano por esses grupos como é compreendido na efetivação de uma contrarrevolução na qual se fazem presentes soldados cristãos digitais em posição de ataque.

O texto A/A2 acusa os membros da Ideologia de Gênero de nunca serem “sincero[s]” e “esconder[em] suas reais intenções” de “desconstruir a família” formada sobre os alicerces dos valores cristãos. O excerto P/P9 comenta que a inclusão de temas como o preconceito social quanto aos gêneros às sexualidades humanas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pode ser consideradas diversas maneiras de promover também a “desconstrução dos valores familiares” e de incentivar a “doutrinação esquerdista”, percebida como defensora de valores

não cristãos. No terceiro excerto (K/K4) a filósofa Judith Butler<sup>52</sup> é citada e acusada como precursora da Ideologia de Gênero em nível mundial e por meio de adeptos/as em nosso país.

O ideólogo usa fachadas para esconder suas reais intenções. Ele nunca é sincero. No caso da Ideologia de Gênero, fazem uma conexão forçada com direitos de minorias. Na verdade, é apenas uma ideologia sem base científica que pretende desconstruir a família”, afirmou Felipe Nery, presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica (TEXTO A/A2: CIDADE TEM ATÉ DIA 24 PARA ACATAR OU REJEITAR TEORIA DO GÊNERO).

A prova do Enem deste ano apresentou fortes tons ideológicos e foi alvo de críticas tanto de alunos como de educadores. Para os defensores da ideologia de gênero essa inclusão é uma forma de diminuir o preconceito e de promover a igualdade entre as pessoas. A maioria da população, porém, encarou essa ideia como uma “desconstrução dos valores familiares” e “doutrinação esquerdista” dentro das escolas e universidades (TEXTO P/P9: O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO).

Precursora da ideologia de gênero, Butler critica a estabilidade feminina, diz ser falsa a estabilidade da categoria mulher e propõe buscar um modo de interrogação da constituição do sujeito que não requeira uma identificação normativa com o ‘sexo’ binário. Butler transita por diversas áreas (como a psicanálise, as teorias feministas, gays e lésbicas, e o pensamento pós-estruturalista) para problematizar a identidade, revelando-a provisória e em constante reconstrução (TEXTO K | K4: JUDITH BUTLER E A SUBVERSÃO CULTURAL E DA IDENTIDADE).

Em comum, os três excertos apresentam um tom acusatório e calunioso, ao confundir dois campos discursivos bem distintos: os Estudos de Gênero e a Ideologia de Gênero. Os Estudos de Gênero se constituem um campo de pesquisa derivados dos Estudos Culturais e dos Estudos Feministas. Ou seja, fazem parte da produção acadêmica e científica nacional e internacional. Diferentemente dos Estudos de Gênero a Ideologia de Gênero de fato não é ciência e sim um conjunto de afirmações intencionalmente organizadas com o fim de combater os projetos políticos dos movimentos feministas e LGBTI+ como

---

<sup>52</sup> Judith Butler (2018) é uma das teóricas dos estudos *queer* que busca deslocar a questão da sexualidade e do gênero as identidades dos sujeitos. O foco de interesse desse estudo é compreender a formação discursiva que constituíram a existência menos legítima que outras e colocaram em evidência uma identidade baseada em práticas e desejos da heterossexualidade.

demonstrado por vários/as pesquisadores/as (MISKOLCI; CAMPANA, 2021; JUNQUEIRA, 2017; 2018; 2018a; MORENO, 2016; DANTAS, 2011).

Esses excertos, também, levam-nos a retomar as considerações de Foucault (1979) sobre o desenvolvimento de uma polícia do sexo desde o século XVIII, apoiada pela Igreja Católica, em conjunto a divisão do trabalho entre homens e mulheres sustentam o trabalho produtivo no sistema capitalista. A regulação dos gêneros binários, a regulação do sexo dentro do casamento e para procriação, o isolamento da mulher em casa como responsável da economia doméstica e cuidado dos/as filhos/as fazem parte da biopolítica do Estado Moderno, segundo o autor. Já nesse período a regulação dos comportamentos de homens e mulheres foi se afastando da punição física e moral e foi se aproximando das estratégias de convencimento por meio de diferentes formas de comunicação até chegarmos aos dias de hoje pelos meios digitais, entre eles, o *site* GP. Os efeitos de regulação dos gêneros e sexualidades dos indivíduos são obtidos por meios discursivos com o uso de estratégias de propaganda: organização das informações, reiteração dessas informações de forma exaustiva e de cada vez de modos diferentes, embora com a manutenção do mesmo conteúdo.

No excerto A/A2, por exemplo, ao invés de negar a existência de grupos que promovam a discussão de gênero e de sexualidades, silenciando-os, o *site* GP ridiculariza as ações desses grupos classificando-os como “ideólogos” e desqualificando os Estudos de Gênero ao mencionar que são “[...] apenas uma ideologia sem base científica que pretende desconstruir a família” (TEXTO A/A2). Não ocorre, portanto, o silenciamento pelo rigor da proibição, mas a organização de um discurso que o torna útil para o fortalecimento do posicionamento de seus/suas seguidores/as por meio da repetição de um ponto de vista já existente, ou seja, a execução de estratégias de propaganda, conforme a definição de Moscovici (2012).

O texto P/P9 aponta a temática gênero e sexualidades como uma Ideologia de Gênero cujas bases são concepções políticas de doutrinação esquerdista e LGBTI+. Apoiando-nos em Mayra Rodrigues Gomes (2003), afirmamos que quando o GP apresenta gênero e de sexualidades como Ideologia de Gênero sustenta-se em estereótipos e preconceitos, nos quais o uso das palavras

“gênero” e “sexualidades” evidenciaram uma intencionalidade de má fé de acordo com os grupos evangélicos organizadores do *site* GP. De acordo com a autora, as matérias veiculadas em meios de comunicação se constituem uma das formas mais significativas de esquadramento do espaço social e de construção de significados na vida cotidiana como é o caso do GP. O mesmo pode ser constatado no excerto K/K4 que ao acusar Judith Butler como “[...] precursora da ideologia de gênero” relacionando-a a um movimento que visa a destruição dos valores cristãos apenas pelo fato de pesquisar os temas gênero e sexualidades”.

Valendo-se dessas estratégias de propaganda o *site* GP vai difundindo representações sociais sobre gênero e sexualidades atreladas a movimentos destrutivos: destruição das famílias heteronormativas, destruição dos valores cristãos, destruição da inocência das crianças e adolescentes. Sentindo-se ameaçados/as em suas crenças e valores, bem como com o objetivo de torná-los dominantes do ponto de vista político e partidário os grupos religiosos que sustentam o GP optaram por promover uma “guerra” simbólica com as representações sociais de gênero e sexualidades em disputa no meio social brasileiro, em particular, as oriundas dos movimentos feministas e LGBTQ+. Os meios digitais foram a escolha mais favorável a esses objetivos tendo em vista o alcance dessas formas de mídia.

No próximo tópico, apresentamos nossa discussão sobre como a mídia evangélica se utiliza do discurso da ciência da Biologia para contrapor as afirmações da Ideologia de Gênero sobre a possibilidade de escolha do gênero e das sexualidades por parte de cada pessoa.

### **5.3 Gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos**

Nessa categoria **gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos**, os excertos retirados das postagens do *site* GP revelam que o de gênero é definido pelas diferenças biológicas sexuais. De acordo com esses dados, os papéis e funções sociais desenvolvidos por homens e mulheres não são considerados marcadores culturais, sociais e políticos, mas, tão somente, biológicos. O *site* defende, portanto, o fator biológico como decisivo

para pensar e ensinar os gêneros na sociedade e na escola. O mesmo pode ser dito sobre as sexualidades humana determinada pelas condições biológicas de cada indivíduo.

Pautados em afirmar que a “Ideologia de Gênero” é uma ação para doutrinar crianças e adolescentes, o *site* direciona suas postagens para o viés de que uma forma de pensar gênero e sexualidades fora da condição biológica subverte e coloca em risco os princípios religiosos cristãos. Para neutralizar os conceitos de gênero e sexualidades como marcadores culturais, sociais e políticos defendidos pelos Estudos de Gênero, o *site* enfatiza conceitos biológicos que envolvem esses temas.

No primeiro excerto texto H/H1, apresenta essa posição de forma insidiosa, ao afirmar que não aceitar a “Ideologia de Gênero” não caracteriza discriminação, intolerância ou homofobia, mas uma forma de embasamento biológico. Supomos que uma afirmação dessa ordem proporciona certa segurança para que um/a leitor/a neófito/a não abandone o *site* e continue a leitura do texto, assumindo suas afirmações como científicas. Após o enunciado assegurar que o GP não está sendo intolerante ou homofóbico, suas postagens focalizam dois depoimentos de uma pesquisadora (H/H2 e H3) que daria apoio a suas afirmações. O caráter científico de suas postagens sobre gênero e sexualidades são suportados, então pela ciência de forma inquestionável não esclarecendo, contudo, o/a leitor/a de que a própria ciência é um território em conflito. Suas conclusões longe de serem inquestionáveis e homogêneas são alvo de ataques e disputas por grupos em posições políticas e científicas diferentes (MORENO, 2016).

No texto J/J1 o *site* GP frisa mais uma vez que de acordo com a ciência existem apenas dois sexos: masculino e feminino e dois gêneros: homem e mulher.

“Não aceitar ideologia de gênero não é discriminação, não é ser intolerante nem homofóbico”, mas “é simplesmente biologia”, assegurou a doutora em biodiversidade, genética e evolução, Pamela Puppo (TEXTO H/H1: DISCORDAR DA IDEOLOGIA DE GÊNERO NÃO É HOMOFÓBIA, É BIOLOGIA).

De acordo com o Aci Digital, em um artigo publicado no *site* Posición.pe, com a temática “Sobre a ideologia de gênero”, a Doutora Puppo explicou que “quando os fetos são formados, têm dois cromossomos sexuais, XX ou XY, se for menina (XX) ou menino (XY). Os genes contidos nesses cromossomos determinam o desenvolvimento físico dos fetos. Deste modo, os embriões desenvolvem diferentes órgãos de acordo com o seu sexo”. A especialista destacou que “isto não é discriminação, é simplesmente biologia”. A doutora apresentou que, contrariamente aos princípios da ideologia de gênero, “o fato de nascer homem ou mulher não é um fato cultural, é biológico”. (TEXTO H/H2: DISCORDAR DA IDEOLOGIA DE GÊNERO NÃO É HOMOFOBIA, É BIOLOGIA).

A cientista estabeleceu uma analogia para provar que ser contra a ideologia de gênero não é homofobia. “Não me digam que quando uma mulher que está grávida faz o ultrassom para saber o sexo do bebê e pergunta ao seu médico se é menino ou menina ela está sendo homofóbica?”, comentou (TEXTO H/H3: DISCORDAR DA IDEOLOGIA DE GÊNERO NÃO É HOMOFOBIA, É BIOLOGIA).

Gênero, por sua vez, quer dizer “espécie”. Para a ciência, o termo gênero passou a ser sinônimo do “sexo biológico dos indivíduos”. Originalmente, existem dois sexos: masculino e feminino. E há dois gêneros: homem e mulher (TEXTO P/P1: O QUE É IDEOLOGIA DE GÊNERO).

Ao utilizar os conceitos biológicos, o *site* aproxima-se de um conjunto de representações sobre gênero e sexualidades e produzem representações sociais que reforçam seu posicionamento heteronormativo quanto à interação entre os/as indivíduos. Como assinala Butler (2018), um posicionamento heteronormativo fundamenta-se em um conjunto de normas e de condutas que assumem as relações afetivas e sexuais restritas aos casais de sexos diferentes: homens e mulheres. Essa é a concepção de gênero e sexualidades adotada pelas religiões cristãs cuja meta é formação de famílias heteronormativas, relações sexuais heteronormativas e dentro do casamento, gêneros binários: homem e mulher.

Em nossa consideração esse é o motivo do GP basear-se nas genitálias masculinas e femininas como ponto de referência para definir suas relações de gênero e suas sexualidades. Embora como argumenta Jaqueline Gomes de Jesus (2012) o sexo é definido por seus órgãos reprodutores, mas não define o comportamento masculino ou feminino das pessoas. Isso é o que faz a cultura, a política, a moral, instâncias sociais capazes de constituir as identidades

masculinas e femininas dos indivíduos, bem como suas sexualidades. Conforme a literatura especializada sexo é biológico, gênero é social e as sexualidades são constituídas a partir das relações culturais de afetos, prazeres, fantasias, desejos, crenças, vontades, emoções e sensações dos indivíduos. Gênero e sexualidades, portanto, vão além do sexo biológico: não são os cromossomos ou a conformação genital que definem o que é ser homem ou ser mulher, mas, sim, a forma como a pessoa se expressa socialmente. As sexualidades têm um papel central nesse contexto, é por meio dela que temos a dimensão das experiências construídas socialmente no decorrer de nossas vidas e o que elegemos para nos relacionarmos afetivamente.

Com base nesses dados supomos que a confusão estabelecida entre sexo, gênero e sexualidades faz parte das estratégias de propaganda desenvolvida pelo GP intencionalmente. Essas estratégias promovem suas posições heteronormativas, cristãs e conservadoras como também negam os resultados das pesquisas dos Estudos de Gênero segundo os quais gêneros e sexualidades são múltiplos e fluídas nos seres humanos. Podemos retomar aqui as considerações de Joanalira Corpes Magalhães (2012), para quem as representações sociais sobre gênero e sexualidades de pessoas LGBTI+ produzidas e divulgadas pelo GP buscam associar também motivos biológicos para a não heteronormatividade desses indivíduos. Com este intuito as postagens do *site* tentam “descobrir” nos gays, lésbicas, transexuais uma origem biológica para suas condutas.

Nas representações sociais aí veiculadas esses indivíduos podem ser considerados anormais, pois se distanciam da natureza biológica de homens e mulheres. Mais uma vez sexo, gênero e sexualidades são considerados sinônimos. As diferenças anatômicas masculinas e femininas são utilizadas mais uma vez para reforçar seus posicionamentos conservadores de instituição de famílias heteronormativas como naturais. Aqui é desconsiderado o caráter histórico da formação dessas famílias, em especial, seu desenvolvimento mais agudo a partir do século XIX como decorrência das necessidades do sistema de produção capitalista e a organização do Estado Moderno (SAFFIOTI, 2013).

Essas considerações levam-nos a pensar que a estratégia da propaganda que veicula as representações sociais sobre gênero e sexualidades com o viés

ideológico vem buscando mobilizar o campo político seja por intermédio da negação das sexualidades LGBTI+ seja através da negação da inserção dessa população nas políticas públicas educacionais. Encontramos apoio a nossas hipóteses em Moscovici (2012, p. 395) quando afirma que “[...]o desenvolvimento das sociedades, sua transformação ou conservação convocam a autoafirmação explícita de um grupo, de sua unidade através da oposição aos outros grupos”. Como é o caso das lutas políticas estabelecidas pelos grupos evangélicos do *site* GP aos movimentos LGBTI+. Nesse sentido, quanto mais conflituosa a interação entre os dois grupos em disputa maior a busca pela reafirmação das representações e identidades de ambos. Com este objetivo a mídia evangélica GP se constituiu uma ferramenta efetiva para fomentar e para ampliar as disputas em pauta.

Afirmamos, apoiando-nos em Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), que esses grupos interpretam como ameaças religiosas, políticas e morais ao conjunto social os assuntos referentes aos grupos LGBTI+ engendrando o denominado “pânico moral”. Acompanhamos os autores quando explicam que pânico moral significa mobilizar as pessoas por meio do discurso, aproximando-as de temas sobre Direitos Humanos interpretado pela ótica da moral, criando assim, uma ação de intervenção nos projetos políticos para grupos minoritários. Isso significa que o campo discursivo de ação criado pela Igreja por meio de documentos, tratam os temas ligados aos Direitos Humanos de forma que fere a moral religiosa cristã e precisa ser combatido. Trata-se, portanto, de uma tentativa de manter as formas de ser e existir, bem como os direitos e privilégios instituídos pela sociedade heteronormativa predominante ao longo da história ocidental.

Os autores destacam ainda que os empreendedores da moral, como podemos identificar os grupos evangélicos do GP não formam um grupo coeso, pelo contrário, estabelecem alianças circunstanciais e com objetivos específicos. Este foi o caso das alianças estabelecidas inicialmente entre grupos evangélicos e católicos com o fim de difundir a denominada Ideologia de Gênero. Neste movimento organizaram-se conjuntamente para a difusão de um pânico moral emergente de alertas à corrupção de menores realizada por meio de conteúdos da educação escolar nas escolas brasileiras. Para tanto, buscam suas pautas

religiosas e morais à certos saberes científicos de forma a promover um campo discursivo de ação por parte de seguidores que espalham suas postagens multiplicando seu alcance na *web*.

Por meio de um jogo de palavras o *site* GP se vale de conceitos biológicos para fundamentar seus preconceitos e opressão aos gêneros e sexualidades da comunidade LGBTI+. Nos excertos a seguir observamos o uso de conceitos e expressões oriundas de diferentes profissionais e campos do saber científico, religioso e moral em suas postagens de forma a sustentar seus posicionamentos sobre gêneros e sexualidades.

Uma das ideias mais comumente adotadas em estudos sobre gênero é a busca de “um gene transexual”, que serviria como prova biológica da homossexualidade e da transexualidade. Contudo, os especialistas alertam que essa é uma falácia (TEXTO L/L4: A MÍDIA ESTIMULA A TRANSEXUALIDADE NAS CRIANÇAS, ALERTAM ESPECIALISTAS).

“A própria definição da Organização Mundial de Saúde sobre o conceito de saúde engloba três aspectos: biológico, psíquico e social. Sendo assim, explicar pela via biológica algo do universo humano é deixar de reconhecer que ali há um sujeito e que, enquanto tal, constrói seu próprio enredo. Se fosse assim, não haveria gêmeos univitelinos com orientações sexuais divergentes entre eles”, resumem (TEXTO L/L5: A MÍDIA ESTIMULA A TRANSEXUALIDADE NAS CRIANÇAS, ALERTAM ESPECIALISTAS).

Acrescentam também que “nunca houve qualquer descoberta contundente da genética ligada à orientação sexual nem à transexualidade”, mas que as mídias “abrem enorme espaço para notícias duvidosas desse tipo” (TEXTO L/L6: A MÍDIA ESTIMULA A TRANSEXUALIDADE NAS CRIANÇAS, ALERTAM ESPECIALISTAS).

Médicos, psicólogos, cientistas e educadores se dividem quando o tema é “ideologia de gênero”. Depois da polêmica, no início deste ano, quando os psicólogos foram proibidos de tratar travestis e transexuais que buscam ajuda, muitas águas rolaram. Logo em seguida, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) se posicionou contra as “ideologias” aplicadas nas escolas sem embasamento científico. Na plenária que aconteceu no primeiro semestre, com o tema “Desenvolvimento Psicossocial da Criança e do Adolescente” algumas questões foram levantadas sobre saúde mental e ideologia de gênero (TEXTO M/M1:

IDEOLOGIA DE GÊNERO PODE TORNAR PEDOFILIA  
“NORMAL”, ALERTA EDUCADORA).

É possível observar no excerto L/L4 a afirmação de que estudos sobre gênero buscam encontrar um gene transexual que justifique cientificamente a existência dessas pessoas. Contudo, a postagem não mostra quais pesquisas seriam estas, os nomes das instituições e dos especialistas que a estariam realizando. Da mesma maneira não esclarece que pesquisadores seriam os detratores dessas iniciativas. Os excertos L/5 e L6 associam a orientação sexual dos indivíduos ao campo biológico, psíquico e cultural apoiando-se na OMS de forma a demonstrar o quanto é possível os adultos interferirem nas sexualidades dos indivíduos. O *site* sustenta assim seu alerta de que a educação sexual escolar pode influenciar as crianças e adolescentes para suposta escolha de sua orientação sexual. Por outro lado, sugerem que a mídia favorável aos grupos LGBTI+ tentam insinuar a existência de uma origem biológica de suas sexualidades para se justificar moralmente na sociedade com o fim de corrompê-la. No excerto M/M1 o *site* vale-se de discussões do CREMESP sobre o desenvolvimento psicosexual de crianças e adolescentes para sugerir que este órgão estaria se posicionando contrariamente à suposta Ideologia de Gênero e, em última instância, à posição dos grupos evangélicos que se manifestam no GP.

As estratégias de propaganda utilizadas pelo *site* mais uma vez se sustentam na ênfase biológica na abordagem dos gêneros e sexualidades humanas e no pânico moral quanto às influências negativas da educação sexual escolar na formação das crianças. Em nossa suposição quando o *site* se propõe a interpretar informações científicas a luz de suas crenças religiosas confirma seu posicionamento sobre gêneros e sexualidades selecionando e distorcendo como este viés.

Nos excertos que se seguem, o pânico moral faz-se, novamente, presente. No excerto D/D2 quando menciona a permissão da justiça para mudança de sexo de homens e mulheres como se fossem escolhas levianas desses indivíduos. Para tanto, a postagem omite os procedimentos médicos e psicológicos para verificação da necessidade desses procedimentos em cada caso. No excerto I/I1 vemos depoimentos de pais que não concordando com a possibilidade de existência da não correspondência entre órgãos sexuais e gênero dos indivíduos

acusam as escolas de má influência sobre a formação de crianças e adolescentes. O texto K/K10 acusa novamente Judith Butler de intencionalmente promover a desconstrução do gênero humano como uma condição natural.

A criança se veste como menina e se porta como tal e isso seria o suficiente para a justiça permitir que seja feita a mudança no campo de sexo de masculino para feminino (TEXTO D/D2: MENINO DE 9 ANOS CONSEGUIE NA JUSTIÇA MUDAR GÊNERO E NOME).

“Nós explicamos à agência que não estamos preparados para dizer às crianças uma mentira. Se as crianças pedissem, não mentiríamos para elas, mas nós não a levantaríamos” (TEXTO I/I1: CANADÁ QUER TIRAR FILHOS DE PAIS QUE NÃO ACEITEM IDENTIDADE DE GÊNERO).

Diz ela: “Uma vez que o sexo e o gênero podem apresentar-se como naturais, a tarefa de desfazer esse engano torna-se mais importante”. Como se vê, ela procura desconstruir esse conceito, propositadamente, por meio do que chama de “genealogia da ontologia de gênero” (TEXTO K/K10: JUDITH BUTLER E A SUBVERSÃO CULTURAL E DA IDENTIDADE).

É possível verificar nos excertos acima que o GP trata as vivências do gênero e a sexualidades LGBTI+ como uma farsa ou algo fantasioso. Assim, é possível verificar que no excerto D/D2 eles argumentam que a justiça autorizou a mudança de sexo de uma criança apenas por se vestir com roupas “femininas” e se comportar como tal. Já na I/I1 eles apontam que os pais não querem mentir quanto as questões de gênero da criança e no K/K10 o GP aponta a autora dessa confusão. Deste modo, é possível observar que as reportagens utilizam do tripé: fantasia, farsa e indução, ou seja, compreendem que as vivências do gênero e sexualidades LGBTI+ podem ser modificadas com apenas um trocar de roupa. A farsa é apontada na segunda reportagem pela polaridade entre mentira e verdade, pais e filhos. No último excerto eles apontam a autora dessa confusão que está induzindo os/as filhos/as a romper com a verdade com seus pais e modificarem seu gênero por meio da farsa.

Neste conjunto de excertos observamos mais uma vez o recorte, a seleção e a costura de certas informações de notícias, pesquisas e opiniões de forma a organizar uma postagem reiterativa dos posicionamentos do próprio *site*.

Podemos explicar o uso dessas estratégias por parte do GP a partir das afirmações de Lage (2001) para quem as mídias nem sempre têm como objetivo abordar os fatos e as situações em sua totalidade e sim selecioná-los de acordo com os interesses de seus apoiadores em um movimento circular de difusão de representações confirmadoras.

Encontramos em Gomes (2003) reforço a esse posicionamento quando afirma que essa circulação de representações confirmadoras dos posicionamentos dos grupos evangélicos e seguidores do GP vão construindo uma teia simbólica que orienta as condutas desses indivíduos em meio social. O impacto social dessa teia simbólica depende da adesão dos seguidores do *site* e de sua reprodução em outras mídias e outras formas de comunicação cotidianas a ponto de poder desestabilizar outras representações circulantes no meio social.

A seguir na subcategoria “Gênero e sexualidades é um defeito genético ou doença mental” procuramos evidenciar a perspectiva patológica a partir da qual o gênero e as sexualidades LGBTI+ é compreendida.

### **5.3.1 Gênero e sexualidades é um defeito genético ou doença mental**

A subcategoria **gênero e sexualidades é um defeito genético ou doença mental** revela que as representações sociais objetivadas no *site* GP estão predominantemente ancoradas na ideia de que gênero e sexualidades não binários e não heterossexuais são desvios da natureza humana. De acordo com o GP esses desvios, defeitos genéticos, incentivados pelos movimentos LGBTI+ vem potencializando a formação doenças mentais nos indivíduos facilmente influenciáveis. Decorrente dos movimentos LGBTI+ favorecem a manutenção dos desvios e das patologias negligenciando os avanços da medicina e da psiquiatria, em especial, que poderiam dirimi-los ou saná-los. Constatamos também que o GP se apropria de informações e terminologias da medicina como uma estratégia de convencimento de seus seguidores e validação de seus posicionamentos contrários à Ideologia de Gênero difundida pela comunidade LGBTI+.

A análise das postagens agrupadas nesta categoria permite também compreender a ancoragem das representações de gênero e sexualidades são defeito genético ou doença mental se constituem polos interdependentes. Como

explica Moscovici (2012), a estratégia de propaganda constitui-se nessa interdependência entre os dois polos organizados em suas mensagens com o fim de repetir e fixar estereótipos. Para tanto, o *site* GP apropria-se de expressões e de conhecimentos médicos, associando-os a comportamentos e a valores defendidos pelos movimentos LGBTI+.

No excerto B/B1 é relatada a escolha de Karen, um professor de 50 anos que, após realizar o processo de transexualização<sup>53</sup>, passou a identificar-se como um cavalo, associando a transexualização a alguma doença mental de parte do indivíduo. Nos excertos F/F1 e F5 são descritas as vidas de pessoas que sentem ter nascido na espécie errada: em um deles relata episódios em que mulheres se vestem de gatinhas e homens se sentem cães; no outro relata o caso de um homem que diz se sentir um cachorro da raça dálmata. No excerto C/C1, o *site* estabelece uma relação direta entre as reivindicações e conquistas dos movimentos LGBTI+ por direitos civis e sociais às manifestações crescentes desses comportamentos considerados da normalidade física e psíquica dos seres humanos.

O personagem central da produção Horse-Being [Ser Cavalo] é Karen, de 50 anos. Nascido homem, teve uma vida normal, era professor, casou-se e teve uma filha. Quando decidiu “assumir” sua opção sexual, pagou um tratamento e modificou o corpo, passando a se dizer mulher. Meses atrás, foi amplamente divulgado o caso da francesa Karen, que nasceu homem, fez operações para mudar de sexo e agora quer viver como um animal, mais especificamente um cavalo. Ele(a) conta que essa ideia o persegue desde que tinha sete anos de idade (TEXTO B/B1: HOMEM QUE VIROU MULHER AGORA QUER SE TRANSFORMAR EM CAVALO).

---

<sup>53</sup> Para Tatiana Lionço (2009, p. 44), o processo transexualizador no SUS, por meio da Portaria GM n. 1.707, de 18 de agosto de 2008, formalizou diretrizes técnicas e éticas para a atenção ao Processo Transexualizador. Isso reflete um importante conquista do segmento populacional de transexuais, denunciando a complexidade do avanço dos direitos sexuais no campo da Saúde Coletiva. Garante que pessoas, que se reconheçam como trans, possam ter uma atenção integral a saúde por meio de tratamentos que vão modificar o seu corpo por meio de cirurgias ou de hormônios. Por fim, a regulamentação do processo transexualizador, formalizada pela Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde n. 457, de 19 de agosto de 2008 permite afirmar que se trata de uma normatização que visa a resgatar os princípios da universalidade do acesso e integralidade na atenção, mas especificamente em relação às dimensões físicas e psicossociais, implicadas no processo de transformação fenotípico e social característico à transexualidade, prioritariamente no contexto da atenção especializada.

Segundo Kye, 28 anos de idade, um dos entrevistados, “vestir-se de cachorro não é um fetiche sexual, é uma forma de escapismo”. Ele explica que as mulheres geralmente se identificam com gatinhas, enquanto os homens adotam uma identidade canina. Para alguns é um role play, como um papel teatral que se desempenha por um tempo. Entretanto, muitos acreditam realmente que nasceram na espécie errada (TEXTO F/F1: IDEOLOGIA DE ESPÉCIE FAZ 10 MIL INGLESES VIVEREM COMO CACHORROS).

O programa do Channel 4 conta histórias como a de Tom, 32 anos, que trabalhava no teatro da cidade de Tring. Obcecado em se tornar um dálmata, ele trocou seu nome para Spot [mancha] (TEXTO F/F5: IDEOLOGIA DE ESPÉCIE FAZ 10 MIL INGLESES VIVEREM COMO CACHORROS).

Na Europa, após a conquista de direitos iguais para homossexuais e, em alguns países, para transgêneros, outro movimento parece ganhar força. A teriantropiaseria um “passo adiante” na questão transgêneros. Pessoas poderiam em nome da “construção” da sua identidade, descobrir-se um animal. Já existe até uma nomenclatura para isso: “transespécie” (TEXTO C/C1: TRANSGÊNERO ANIMAL: JOVEM DIZ QUE É UMA GATA PRESO EM CORPO HUMANO).

A aproximação dos temas referentes à gênero e às sexualidades ao discurso médico-patologizante parece sugerir a necessidade de denúncia dos transtornos físicos e mentais que os indivíduos LGBTI+ compartilham e incentivam aos demais com o objetivo de normalizar comportamentos desviantes do esperado para os humanos. Decorrente disso, da sociedade organizada, incluindo os movimentos religiosos evangélicos, na visão do GP é exigida uma intervenção médica e política no sentido de resgatar a normalidade das condutas masculinas e femininas a esses indivíduos desviados pelo ideário dos movimentos LGBTI+.

O posicionamento do GP veiculado na forma de estereótipos de gênero e sexualidades binário e heteronormativo reproduz uma perspectiva médico-psiquiátrica que, segundo Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), desde o século XVIII prevê o internamento em manicômios, choques elétricos e terapias de mudança de gênero e sexualidades denominada *cura gay* para o tratamento das populações LGBTI+. Uma perspectiva alternativa a esta e conivente com os princípios e reivindicações LGBTI+ somente em 2019 foi assumida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma das mais respeitadas e influentes da

área ao retirar de seu código de patologias mentais o CID-10 e modificou no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-DSM, DSM-5, o conceito de “transtorno de identidade de gênero” e inseriu “disforia de gênero”. A OMS preferiu inserir o termo “disforia de gênero” para garantir o tratamento na rede de saúde para pessoas trans, tema esse controverso entre o próprio movimento. Apesar disso, diversas instituições e manuais médicos ainda consideram essas condições de gênero e de sexualidades como “incongruência de gênero”, isto é, uma patologia mental para a qual se recomenda tratamento. Podemos afirmar que, de certo modo, as representações de gênero e sexualidades associadas a doenças mentais por parte do GP se beneficiam das discordâncias e pluralidade de pontos de vista dentro da medicina, da psiquiatria e da psicologia para reforçar via propaganda seu ideário.

Para o GP a influência nociva dos movimentos LGBTI+ e sua Ideologia de Gênero influencia negativamente a formação e as identidades dos indivíduos que a partir deles passam a se sentir em dúvida sobre seu gênero e sexualidades. Dúvidas e questionamentos que os colocam em um estado de vulnerabilidade extrema como a retratada no excerto C/C4 que apresenta o depoimento de uma jovem que o que a leva a sentir-se e agir como um animal se deve a um defeito genético; e no excerto F/F3 que comenta o quanto as dúvidas que os indivíduos passam a ter sobre si mesmos podem acarretar decisões sobre modificações corpos. Já o excerto O/O4 o GP traz uma fala do presidente Jair Messias Bolsonaro como forma de apontar que esse problema é originado na educação.

Para a jovem, é um “defeito genético”. Com aceitação da família, em casa ela anda de quatro e fica ronronando e miando. Afirma que tem medo de cachorros e que já tentou caçar ratos. Acredita ainda que tem a audição e a visão aguçada dos felinos. (TEXTO C/C4: TRANSGÊNERO ANIMAL: JOVEM DIZ QUE É UMA GATA PRESO EM CORPO HUMANO).

Em todos esses casos, as modificações são feitas em nome da “construção” da sua identidade, ou seja, o exterior refletir como a pessoa “se sente” no íntimo. Seria uma forma extremada da identidade de gênero, não importa como você nasceu, apenas como se vê (TEXTO F/F3: IDEOLOGIA DE ESPÉCIE FAZ 10 MIL INGLESES VIVEREM COMO CACHORROS).

“Não tenho implicância com LGBT, mas uma questão de prova que entra na linguagem secreta de gays e travestis não mede conhecimento nenhum. Temos que fazer com que o Enem cobre conhecimentos úteis para a sociedade”, destacou (TEXTO O/O4: É UM VEXAME O QUE CAI NA PROVA DO ENEM, AVALIA BOLSONARO).

Nos excertos citados a estratégia de propaganda parece valer-se novamente de descrever como equivalentes duas condições diferentes dos indivíduos citados: de um lado, a percepção interna do indivíduo de sua identidade de gênero e sexualidades e, de outro, a vivência de uma patologia mental de fato, a licantropia clínica. Esta última, uma rara síndrome psiquiátrica na qual a pessoa afetada sofre a ilusão de se transformar em um animal ou de ser um animal. Podemos afirmar que essas estratégias do GP procuram confundir uma condição patológica existente a uma condição psicossocial relacionada ao campo psíquico e cultural. Como destaca Hall (2011), as identidades são pautadas na cultura e nas trocas simbólicas a partir das quais é construída continuamente através do corpo modelado e regulado socialmente. Busca obter esse efeito de associação de campos conceituais diferentes por meio de um jogo de palavras comuns entre diferentes campos de saberes, tais como: identidade, construção, desconstrução, síndrome, patologia, entre outros.

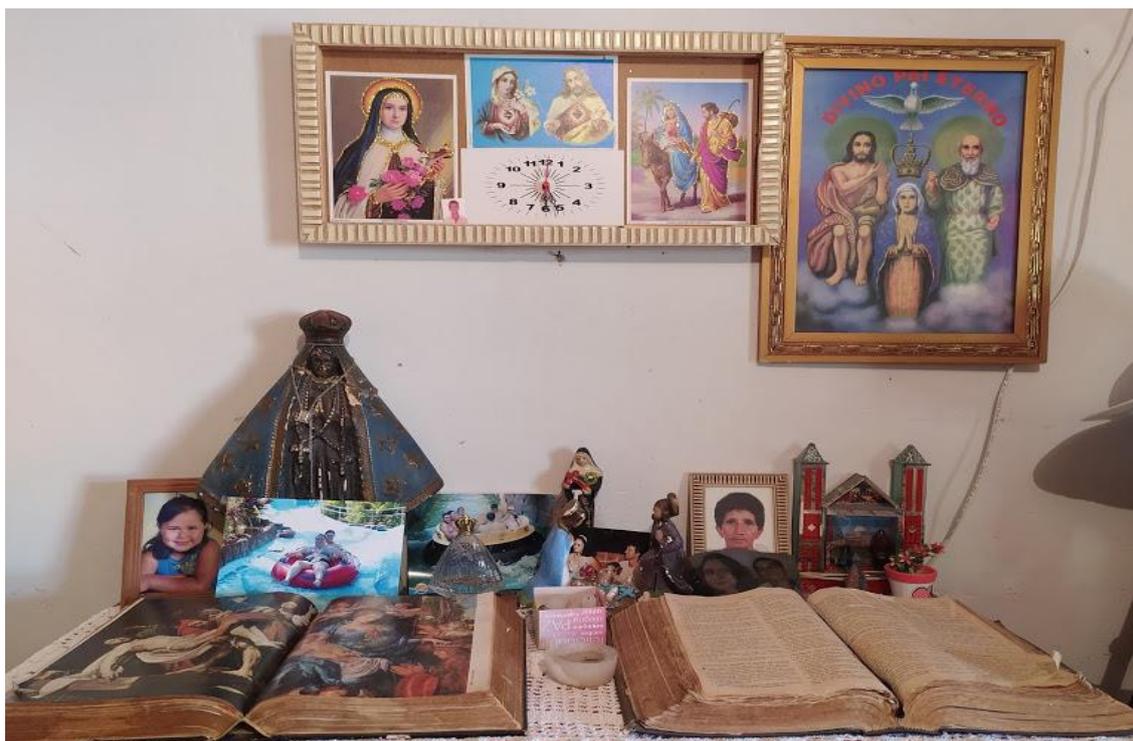
Com isso, em nossa hipótese, o *site* favorece a emergência do medo entre seus/suas leitores/as: medo de se sentirem assim, medo de que qualquer um pode a qualquer momento duvidar de seu gênero e sexualidades, medo de que seus/suas filhos/as decidam trocar de gênero e sexualidades como se fosse uma decisão consciente e intencional. Para tanto, insinuam como no excerto F/F3 que os casos narrados são sintomas “[...][de] uma forma extremada da identidade de gênero, [em que] não importa como você nasceu, [e, sim] apenas como se vê”. Mais uma vez o GP se vale da confusão conceitual intencional entre sexo, gênero e sexualidades.

É importante destacar também que a estratégia de propaganda utilizadas pelo GP somente obtém sucesso na medida da confiança de seus/suas seguidores/as na veracidade de suas postagens. Consideramos que essa confiança é afixada pelas crenças e valores defendidos pelos grupos religiosos evangélicos que sustentam o *site* e que se manifestam como vozes legítimas

desta fé. Para Saquetto (2007) o discurso que é levado para as arenas políticas por meio dos grupos religiosos é o mesmo que é aplicado em seus cultos na Igreja. Desse modo, a representatividade e a confiança do seu público é reafirmado pelos discursos que se legitimam por meio das vozes desses/as missionários/as da fé na arena política. Para Moscovici (2012) as representações sustentadas por meio de propagandas que circulam nas esferas políticas e religiosas precisam ser a mesma difundida em diversos lugares. A representatividade acontece porque as propagandas se reafirmam a todo momento sem entrar em contradição. Por isso, que acompanhamos a aproximação entre os discursos religiosos e políticos e suas distorções em diversos espaços.

As representações de gênero e sexualidades em circulação no GP para além de distorcer, deformar e revestir de significados caricatos e grotescos as identidades LGBTI+ também ridicularizam e promovem a descrença na ciência. Como notou John B. Thompson (2008) os meios de comunicação de massa implicaram a possibilidade de criação de novas formas de interação social que contribui para desqualificação de formas de viver e a produção de outros com maior intensidade no decorrer do século XX e XXI. Desse modo, discursos em disputa se fazem presentes nas diferentes formas de mídia na tentativa de criar novas representações sociais e fazê-las circular e se propagar entre o público em geral. Em última instância, trata-se por parte do GP da produção de novos universos consensuais em torno das representações de gênero e sexualidades.

Finalizando, podemos dizer que as representações sociais apresentadas nesta seção e capturadas das postagens do GP sobre gênero e sexualidades por meio da propaganda busca promover o pânico moral e neutralizar as ações dos movimentos LGBTI+. Para isso, incrementa a disputa política e simbólica dos dois grupos em oposição – grupos religiosos evangélicos e movimentos LGBTI+ - pelo campo representacional sobre gênero e sexualidades levando-os a uma polarização que ultrapasse o campo comunicacional e influencie diretamente o campo social ganhando concretude nas políticas públicas educacionais sobre o tema, em especial, o currículo da educação sexual escolar nas escolas brasileiras.



## APOCALIPSE: PEDAGOGIAS CRISTÃS, GÊNERO E SEXUALIDADES LGBTI+ E MÍDIA EVANGÉLICA

“Apocalipse” ou “livro da revelação” é o último cânone dos textos bíblicos do novo testamento. De acordo com sua origem etimológica, a palavra “apocalipse” vem do grego *kalypto* e significa “cobrir”, “esconder”, “ocultar”, “velar” e da preposição grega *apó*, “afastamento” ou “retirada de algo que está na parte externa de um objeto”. Tomamos emprestado esse título para as considerações finais de nossa tese de doutorado, pois, aqui, procuramos reunir os resultados de nossa pesquisa e finalizar, ainda que provisoriamente, as “revelações” empreendidas sobre as relações entre mídia evangélica e representações sociais de gênero e sexualidades LGBTI+.

Com esse mesmo intuito, abrimos este capítulo com uma foto que faz parte do altar religioso que minha mãe tem em sua casa desde minha infância. É possível encontrar no altar imagens, pinturas e fotografias que expressam um pedido de proteção para a família e todas as pessoas que ela ama. Minha mãe aprendeu, a seu modo, proteger-se contra as adversidades por meio de orações, de práticas religiosas e de seu elo com a Igreja e com seus textos bíblicos. Por pouco ir à missa, é por intermédio do rádio que acompanha o programa do Padre

Reginaldo Manzotti, junto com uma garrafa de água para fazer a benção em casa. Após o programa, pede para toda a família beber um pouco da água e o que sobra é jogado pela casa. Toda vez que vou a sua casa, encontro esses elementos em seus devidos lugares, o que me faz pensar que o rádio, enquanto mídia social, contribui para a construção de seus conhecimentos religiosos, como, também, para a circulação das representações sociais aí construídas por meio do compartilhamento dos saberes de minha mãe entre os membros da família, amigos e comunidade.

Apoiando-nos nas considerações de Moscovici (2012), ninguém está livre dos efeitos causados pelo ambiente simbólico de que faz parte ao longo da vida. Podemos, assim, dizer que, ao longo desta pesquisa, elementos familiares como os das fotos aqui presentes têm se “revelado” como o ambiente simbólico a que fui exposto desde meus primeiros momentos de vida, bem como de minha experiência pessoal com esses elementos religiosos que tiveram forte efeito em minhas concepções de mundo. Não posso deixar de comentar que talvez, por essa razão, quando iniciei os estudos sobre gênero e sexualidades LGBTI+ minhas representações eram outras e, venho sentindo que aos poucos estou reconstruindo-as.

Nesse processo de “revelação” as mídias, não tanto o rádio como é o caso de minha mãe, mas a televisão, o cinema, a internet, as redes sociais, vêm contribuindo para a reconstrução de minhas identidades. Acompanhamos Moscovici (2012, p. 50), quando afirma que “[...] cada um de nós pode dizer que foi testemunha, em determinada geração, de ocasiões nas quais a fala e o interesse público foram manifestados em escala e interesse semelhantes” ou contraditórios devido às trocas simbólicas da sociedade que se vale das mídias para informar e comunicar, ou seja, fazer circular representações sociais.

O *site* GP insere-se nesse ambiente simbólico, com postagens que podem ser consideradas um retrato fidedigno das representações preconizadas e sustentadas por certos grupos religiosos cristãos. Podemos dizer em conjunto com Renato Fernandes Lobo e Mariza Martins Furquim Werneck (2018, p.9) que “[...] identificar as representações sociais de uma sociedade”, [neste caso, a mídia GP de grande alcance social e político], permite mapear e visualizar o modo como o pensamento é disseminado e está organizado socialmente”.

Após análise das postagens do GP constatamos que entre as representações sociais em circulação no *site* GP as categorias emergiram com maior consistência. A primeira delas a categoria **Educação sexual escolar** revelou que as representações sociais na educação escolar, gênero e sexualidades LGBTI+ estão ancoradas na negação aos valores cristãos. Segundo as representações sociais capturadas nesta categoria, os materiais didáticos e conteúdos distribuídos pelo sistema educacional brasileiro sob orientação dos movimentos LGBTI+ preconizam uma orientação sexual baseada na denominada “ideologia de gênero”. Sua função seria a doutrinação dos/as estudantes para a escolha e vivência livre tanto de seu gênero como de suas sexualidades, incluindo o sexo entre pessoas do mesmo gênero. Através da categoria **valores cristãos na educação** consideramos que as representações sociais sobre gênero e sexualidades LGBTI+ estão ancoradas na ideia de que a educação das crianças deve seguir a moral religiosa e os valores cristãos em detrimento de conhecimentos científicos escolares. A categoria **gênero é biológico e tudo que foge disso subverte os princípios religiosos cristãos** evidencia que essas postagens circulam representações sociais nas quais gênero deve ser definido tão somente pelas diferenças biológicas sexuais entre os seres humanos. Segundo essas representações, os papéis e funções sociais desenvolvidos por homens e mulheres não devem ser considerados marcadores culturais, sociais e políticos, mas, tão somente, biológicos. A subcategoria denominada **gênero e sexualidades é um defeito genético ou doença mental** revelou representações sociais ancoradas na perspectiva de que gênero e sexualidades não binários e não heterossexuais devem ser considerados desvios da natureza humana. Em suas objetivações tais representações afirmam as sexualidades LGBTI+ como desvios e defeitos genéticos incentivados por esses movimentos que potencializariam a formação de doenças mentais em indivíduos facilmente influenciáveis por propagar seus estilos de vida.

Levando em conta esses resultados, ao final desta tese cujo objetivo foi o de problematizar representações constituídas e constituidoras sobre gênero e sexualidades da população LGBTI+ na mídia evangélica concluímos que as mensagens postadas no *site* GP por meio de estratégias de propaganda veiculam de fato representações sociais sobre esses temas. Para tanto, a mídia evangélica

GP se vale de estratégias de propaganda, como definidas por Moscovici (2012), uma vez que embora de mesmo teor as mensagens são repetidas exaustivamente em todo o *site* de forma a integrar falsamente conteúdos de cunho religioso com recortes de informações supostamente científicas. Outra de suas estratégias é a polarização extremada entre valores cristãos e científicos de um lado e os preceitos defendidos pelos movimentos LGBTI+ sobre gênero e sexualidades LGBTI+ de outro.

As postagens analisadas em nossa pesquisa permitem aludir a uma disputa pelo campo representacional sobre gênero e sexualidades de grupos evangélicos com os movimentos LGBTI+ que se valem do GP como instrumento potencializador e irradiador dessa rivalidade. Consideramos que essa disputa tem oferecido condições para que os grupos evangélicos reafirmem sua identidade ideológica, tanto entre seus seguidores e leitores como na implementação de políticas públicas educacionais. Além disso, parecem sustentar, midiaticamente, os grupos sociais e as políticas governamentais que têm o objetivo de desqualificar e negar as conquistas dos movimentos LGBTI+ no que se refere ao gênero e sexualidades.

Conflito e polarização ideológica parecem ser também as estratégias desses grupos religiosos que por meio do *site* incitam os indivíduos, instituições e grupos e sociais a se posicionarem de um lado ou outro da disputa sobre o que é certo e o que é errado segundo os valores cristãos que defendem os criadores do GP sobre gênero e sexualidades humana. Para tanto, as postagens do *site* retomam conceitos que marcaram momentos históricos dos movimentos LGBTI+, classificando as formas de manifestações das sexualidades como patológicas, anormais e pecaminosas quando comparadas às expressões de gênero e sexualidades heteronormativas. Com este intuito as postagens desqualificam enfaticamente os conhecimentos científicos que sustentam o ideário, os valores e as formas de ser e existir dos grupos LGBTI+.

Esse conjunto de estratégias de propaganda utilizadas pelo *site* GP para difundir suas representações sociais de gênero e de sexualidades LGBTI+ levam-nos a concluir que se configuram em Pedagogias Cristãs conforme definimos nesta tese. Enquanto artefato cultural, o *site* GP se presta a produção, reprodução

e circulação de significados que viram reforçar e criar estereótipos e preconceitos sobre os gêneros e sexualidades LGBTI+.

Consideramos que as postagens do GP em seu desenvolvimento como Pedagogias Cristãs buscam atingir o princípio da laicidade da educação escolar brasileira como manobra política que justifica, mais uma vez, suas ações de desqualificação do ideário dos movimentos LGBTI+ e a censura à educação sexual no sistema escolar. Neste movimento, são alvo de ataques desta Pedagogia Cristã os projetos que tratam de uma educação escolar multicultural e laica que vem tendo apoio dos meios acadêmicos e científicos, bem como de movimentos sociais como os feministas, raciais e LGBTI+. Entre 2015 e 2018, período focalizado em nossa pesquisa, o movimento LGBTI+ tomou a frente em defesa dos valores preconizados por esses grupos e combatidos por grupos religiosos como os de sustentação do Gospel prime que buscavam influenciar os Planos Educacionais nacionais, estaduais e municipais no que se referia a educação sexual escolar.

Os resultados de nossa pesquisa quanto à fusão entre grupos religiosos e mídias são convergentes com os de estudos anteriores (DIP, 2018; SELIVON, 2015; ARAGÃO FILHO, 2011 E SAQUETTO, 2007) cujos objetivos também foram os de influenciar a política partidária e os projetos políticos de governo. Instrumentalizados pela mídia, os grupos evangélicos procuram propagar pela sociedade e não somente entre os seus adeptos e seguidores uma narrativa própria sobre diversos temas, entre eles gênero e sexualidades LGBTI+, foco de nossa pesquisa. Ao se unirem a esses grupos evangélicos, grupos católicos também encontraram forte exposição midiática que os primeiros obtiveram entre 2015 e 2018 com seu *site* GP. Nossa suposição é a de que por meio deste artefato as Pedagogias Cristãs de ambos os grupos puderam atingir seus objetivos de desqualificar as conquistas dos movimentos LGBTI+ e, principalmente influenciar, na retirada da educação sexual escolar das escolas brasileiras, restringindo-as as famílias.

Nesta esteira é importante destacar as Pedagogias Cristãs se refletem a longo prazo nas formas de pensar e agir de diferentes grupos e instituições desde os próprios espaços religiosos como os não religiosos. Isso nos leva reiterar a importância de pesquisas que investiguem os efeitos dessas pedagogias culturais

sobre os indivíduos de diferentes faixas etárias, níveis de escolarização, religião, gênero e sexualidades como indicam pesquisas anteriores (MORENO, 2016; FARIÑA, 2015; QUEIROZ, 2009 E SILVA, 2007) Isso porque na contemporaneidade as Pedagogias Cristãs, assim como outras formas de pedagogias culturais, vêm conquistando espaços bastante abrangentes que permitem-lhes adentrar em áreas que antes eram próprias da instituição escolar como a veiculação de informações e conhecimentos de caráter científico. Esse campo representacional é vasto e, por isso mesmo, desafiador aos educadores por se tornar o mais forte meio de veiculação de representações sociais que em um sentido ou outro vão modificando as realidades e práticas cotidianas dos indivíduos. Neste percurso produzem-se estereótipos, preconceitos e identidades.

Finalizando essas considerações finais, é importante destacar que as representações sociais capturadas no *site* GP constituíram uma pedagogia potente capaz de criar novas narrativas de forma a intervir na realidade concreta dos indivíduos. Por isso, em nossa perspectiva, cabe a nós, educadores e educadoras, problematizar os conteúdos e os ensinamentos produzidos além dos muros da escola como os distribuídos pelo GP, mas, que adentram o ambiente escolar e proliferam por meio das diferentes mídias.

Apesar da relevância dessas Pedagogias Cristãs, ao longo de nossos estudos e experiência profissional percebemos falta de organização política da comunidade escolar, movimentos LGBTI+ e educadores/as quando se trata de fazer frente aos ataques da mídia evangélica quanto as questões de gênero e sexualidades LGBTI+. Que os educadores e educadoras possam fazer frente às múltiplas “verdades” que se apresentam e regulam os modos de ser e viver em sociedade, pois ensinar sobre gênero e sexualidades LGBTI+ é proporcionar que homens e mulheres sejam detentores dos seus afetos, desejos, crenças e vontades.

Em nossa perspectiva, a desarticulação dos conteúdos de gênero e sexualidades LGBTI+ propagados de forma intencional e política por mídias evangélicas como o *site* GP pelo sistema educacional brasileiro é fundamental para a formação das identidades de crianças e jovens na atualidade. Na atualidade, parece-nos urgente o desmantelamento dessas representações sociais ancoradas em binarismos, sexismos e estereótipos de gênero e

sexualidades. A continuidade de produção e circulação de representações sociais dessa ordem como o faz o GP sem uma resposta crítica autoriza, em parte, que homens e mulheres LGBTI+ continuem sofrendo diversos tipos de violências físicas, morais e simbólicas. Entre elas a violência representacional que desqualifica e ridiculariza seus modos de ser e de viver: as mulheres se conformam com as condições sexistas enquanto os homens se conformam com a máquina de moer outros homens.

Enquanto não criarmos um diálogo capaz de romper os muros da escola e criar condições para que educadores/as, alunos/as e comunidade possam dialogar sobre gênero e sexualidades a sociedade permanece à mercê de um (des)governo que insiste em dizer que azul é para meninos e rosa para meninas e que meninas são estupradas por não usarem calcinhas. Parece-nos urgente (des)educar a população desta pedagogia conservadora, religiosa, moral e vil sobre gênero e sexualidades LGBTI+ que vem se instalando na sociedade brasileira com intenso apoio das mídias evangélicas.

## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n. 61, p. 60-78, jan/mar 1994.

ANDRADE, P. D.; COSTA, M. V. Nos rastros do conceito de Pedagogias Culturais: invenção, disseminação e usos. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, n. 33, e157950, p. 1-23, jun 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698157950>. Acesso em 5 jun 2019.

ARAGÃO FILHO, I. L. **Religião e Gênero: o imaginário sobre o lugar da mulher na igreja neopentecostal**. 2011. Dissertação (Ciências da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2011.

ARAÚJO, K. T. **Representações Sociais de Estudantes do Ensino Médio Sobre a Prática do Futebol por Mulheres: intersecções entre gênero, corpo e sexualidade**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

ARENDDT, H. **O Que é Política?** Trad. de Reinaldo Guarany. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARNEY, L.; FERNANDES, M.; GREEN, J. **Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada**. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 317-348, 2003. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2517/1927>. Acesso em 1 ago 2019.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p.127-147, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>. Acesso em 4 jan 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 75, 2016.

BENTO, B. **O que pode uma teoria?** estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-66, 2014. Disponível em [http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf\\_25](http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25). Acesso em 4 jan 2021.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>. Acesso em 4 jan 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em 17 jan 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: o ano de 2014. Brasília: Secretaria de da Educação Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura 2015-2019/ Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília: DIAP, 2014.

BRASIL. **Radiografia do Novo Congresso**: Legislatura 2019-2023/ Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília: DIAP, 2018.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: o ano de 2018. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2018a.

BULGARELLI, L. Moralidades, direitas e direitos LGBTI. *In*: GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 97-102.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 95-126, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100006>. Acesso em 4 jan 2021.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, J. R. Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 4, p. 127-150, nov 2015. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/15428/10577>. Acesso em 4 jan 2021.

COLLING, A. M. Relações de poder e gênero no currículo escolar. *In*: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: Editora da FURG, 2009. p. 77-84.

CONDE, M. C. F. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Federal de Goiás, Goiás, 2004.

COSTA, P. G. **Mídia, Religião e Gênero**: a representação da mulher no Programa Show da Fé. São Paulo, SP, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2013.

DANTAS, B. S. A. **Religião e política: ideologia e ação da Bancada Evangélica na Câmara Federal.** Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIGNIDADE. **Uma história de dignidade.** Curitiba: Grupo Dignidade, 2008.

DIP, A. **Em nome de quem?** a bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. **O Tempo Das Redes.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2017.

ELLSWORTH, E. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. *In:* SILVA, T. T. (org.). **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FARIÑA, R. **Representação Social da Igreja Universal do Reino de Deus por evangélicos dela egressos.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação Sexual no dia a dia.** Londrina: EDUEL, 2013.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível.** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

FONSECA, A. B. **Evangélicos e Mídia no Brasil.** Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1997.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** Leituras Filosóficas. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I.** A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Trad de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial s proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FURLANI, J. Educação Sexual: do estereótipo à representação – argumentado a favor da multiplicidade sexual, de gênero e étnico-racial. *In*: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: FURG, 2007. p. 46-58.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GIROUX, H. A., MCLAREN, P. Por uma pedagogia crítica da representação. *In*: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (org.). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 144-158.

GLEISER, M. **A dança do universo: dos mitos de Criação ao Big Bang**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GÓIS, J. B. H.; SOLIVA, T. A violência contra gays em ambiente escolar. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 123. p. 38-45, ago 2011. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13899/7592>. Acesso em 5 jan 2021.

GOMES, M. R. **O Poder no Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.  
**GOSPEL PRIME**. Disponível em [www.gospelprime.com.br](http://www.gospelprime.com.br). Acesso em 5 maio 2019.

HAAL, S. **Cultura e Representação**. Trad de William Oliveira e Daniel Miranda. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul/dez 2011. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em 5 jan 2021.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_TRANS.pdf?1334065989](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em 11 jan 2021.

JODELET, D. Représentations sociales : un domaine en expansion. *In* : JODELET, D. (ed.). **Les représentations sociales**. Paris : PUF, 1989. p. 31-61.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, set/dez 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>. Acesso em 5 jan 2021.

JUNQUEIRA, R. D. Introdução: Homofobia nas Escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. p. 13-15.

JUNQUEIRA, R. D. Políticas Públicas de Educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero. *In*: RIBEIRO, P. R. C. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade. Resistência e (ocupa)ções nos espaços de educação**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018a. p. 179-210.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIONCO, T. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 43-63, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100004>. Acesso em 5 jan 2021.

LIRA, H. K. S.; FERREIRA, L. D. Homofobia no estado brasileiro: a utopia da laicidade e do princípio da dignidade da pessoa humana. CONGRESSO INTERINSTITUCIONAL UNISC/URCA, I, Crato. *In*: **Anais...** Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/ppds/article/view/16446/4093>. Acesso em 5 jan 2021.

LOBO, R. F.; WERNECK, M. M. F. A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge. **RCH**, Taubate, v. 11, n. 1, p. 8-18, jun 2018. DOI: <https://doi.org/10.32813/rchv11n12018artigo1>. Acesso em 5 jan 2021.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 541-553, 2º semestre 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em 5 jan 2021.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAGALHÃES, J. C. **Corpos transparentes, exames e outras tecnologias médicas: a produção de saberes sobre os sujeitos homossexuais**. Tese

(Doutorado em Educação em Ciências). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2011.2.9647>. Acesso em 5 jan 2021.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, set/dez2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em 5 jan 2021.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, out 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>. Acesso 5 jan 2021.

MORENO, M. E. **Feminismos e antifeminismos na política brasileira**: “ideologia de gênero e o Plano Nacional de Educação 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina), Londrina, 2016.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOTT, L. A construção da cidadania homossexual no Brasil. **Revista Espaço Aberto**, São Paulo, n. 25, p. 98–103, jan/fev 2005.

NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. **As novas guerras sexuais**: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

NEXO, J. **A Trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro**. 17 de junho de 2017. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro>. Acesso em 20 jun 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, I. B. **O/A diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar**: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “kit gay”. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

- OLIVEIRA, A. A. **A atuação política dos evangélicos na Assembleia Legislativa de São Paulo de 1945 a 2010**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. **Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos**. Curitiba: SEED – PR, 2009a.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Diversidade Sexual na Educação/Paraná**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED-PR, 2009b.
- PEREIRA, C. F. Conexões entre os movimentos Feministas e LGBT no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 345-369, jan/jun 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-18>. Acesso em 5 jan 2021.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 159-189, janeiro-abril/2009.
- PINSKY, J. (org.). **12 Faces do preconceito**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRADO, Marcos Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2012.
- RATZINGER, J. A. **La sal de la tierra**. Madrid: Libros Palabra, 1997.
- RIBEIRO, D. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. *In*: COLLING, L. (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 153-156.
- RIBEIRO, P. R. C. A sexualidade como um dispositivo histórico de poder. *In*: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S. **Diversidade sexual e a problematização da homofobia no espaço escolar**. Rio Grande: FURG, 2009. p. 60-170.
- RIOS, R. R. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: MEC, 2009. p. 53-83.
- RUDNITZKI, E.; SCOFIEL, L. Grupo de mídia evangélica que pertence a senador bolsonarista é um dos que mais dissemina desinformação, afirmam pesquisadores. **Revista Eletrônica**. 31 de agosto de 2020. Disponível em <https://apublica.org/2020/08/grupo-de-midia-evangelica-que-pertence-a-senador-bolsonarista-e-um-dos-que-mais-dissemina-desinformacao-afirmam-pesquisadores/>. Acesso em 12 dez 2020.

SABAT, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 9-21, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100002>. Acesso em 5 jan 2021.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAQUETTO, D. **A invenção do pastor político**: imaginários de poder político construídos a partir da história das bancadas evangélicas. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2007.

SAQUETTO, D.; MENANDRO, M. C. S.; TRINDADE, Z. A. Representações sociais de cristão e mídia religiosa de massa: propagação, difusão e propaganda no discurso de Edir Macedo. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 259-273, 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2017.33561>. Acesso em 5 jan 2021.

SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: SECADI/MEC, 2009. p. 127-139.

SELIVON, M. Representação, Palavra e Persuasão: **O Discurso Religioso da Igreja Apostólica Renascer Em Cristo**. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, T. C. M. **A representação da identidade feminina em mulheres evangélicas na cidade do Recife**: família, gênero e religião. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

SIQUEIRA, M. C. A. “**Nesta escola não há lugar para bichinhas [...]**”: diversidade sexual e homofobia no ambiente escolar. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Paranavaí, Paranavaí, 2015.

SIQUEIRA, M. C. A. “**Nesta escola não há lugar para bichinhas [...]**”: diversidade sexual e homofobia no ambiente escolar. Curitiba: Editora Appris, 2020.

SIQUEIRA, M. C. A. **Cartografias Sexuais no Âmbito Educativo**: A Desconstrução do Discurso Sexual no Currículo Escolar. Trabalho de Conclusão de Especialização (Especialização em Pesquisa Educacional). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/Especial-4/4-pos.html>. Acessado em: 10 de dez 2018.

SOUZA, N. G. S. Discutindo Práticas Implicadas na Produção do Corpo. *In*: CAMOZZATO, V. C.; CARVALHO, R. S.; ANDRADE, P. D. (org.). **Pedagogias**

**culturais:** a arte de produzir modos de ser e viver na contemporaneidade. Curitiba: Appris, 2016. p. 33-52.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VAGLIATI, A. C. **Representações sociais de docentes sobre violência sexual contra meninas:** uma experiência com círculos dialógicos. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

VALENTE, G. A. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 107-127, 2018. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8652057>. Acesso em 9 dez 2020.

VIANNA, C. **Políticas de Educação, gênero e diversidade sexual:** breves histórias de lutas, danos e resistências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

VIEIRA, H. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. *In:* GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. Editora Boitempo. 2018. p. 91-96.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, T. T. (org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

## APÊNDICES

### Notícia A

#### **Cidades têm até dia 24 para acatar ou rejeitar teoria do gênero**

Ideologia ensina que não existem diferenças naturais entre homens e mulheres

por Thiago Cortês

Gospel Prime [03/06/2015] [16h00]

Os municípios brasileiros têm até o dia 24 de junho para aprovar seus Planos Municipais de Educação (PMEs). Uma das propostas em discussão nas cidades é a de inserção na educação infantil da Ideologia de Gênero, que combate a família natural.

Em síntese, a Ideologia de Gênero ensina que não existem diferenças naturais entre homens e mulheres. Desta forma, a referida ideologia legitima propostas estranhas como o banheiro unissex para meninos e meninas nas escolas e universidades.

“O ideólogo usa fachadas para esconder suas reais intenções. Ele nunca é sincero. No caso da Ideologia de Gênero, fazem uma conexão forçada com direitos de minorias. Na verdade, é apenas uma ideologia sem base científica que pretende desconstruir a família”, afirmou Felipe Nery, presidente do Observatório Interamericano de Biopolítica.

Felipe Nery destaca que a Ideologia de Gênero vem reforçar o relativismo que, gradualmente, nos levará ao vale-tudo da sexualidade. A pedofilia, lembrou o acadêmico, já começou a ser chamada por progressistas em outros países de “amor entre gerações”.

As audiências de discussão dos PMEs têm atraído alguns grupos militantes sem qualquer ligação com a educação. Na audiência pública de Guarulhos (<https://noticias.gospelprime.com.br/ideologia-de-genero-educacaoguarulhos/>), por exemplo, compareceram militantes de “coletivos” da Marcha das Vadias e Marcha da Maconha.

Para ter validade legal, os PMEs devem ser aprovados pelas Câmaras Municipais. É aí que entram as militâncias organizadas cujo trabalho é pressionar os vereadores em favor da Ideologia de Gênero e hostilizar qualquer um que se oponha.

Felipe Nery destacou que é importante que as pessoas procurem os vereadores de suas cidades, enviem e-mails, liguem nos gabinetes e expressem sua posição contrária à Ideologia de Gênero. Mais informações: [biopolitica.com.br](http://biopolitica.com.br) (<http://biopolitica.com.br>)

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/cidades-acatar-rejeitar-teoria-de-genero/>

**Notícia B**  
**Homem que virou mulher agora quer se transformar em cavalo**  
“Tenho um cavalo dentro de mim”, diz francês

Por Jarbas Aragão

Gospel Prime [04/12/2015] [8h15]

Um documentário de 63 minutos rodado na França está gerando um debate mais profundo sobre a questão da “identidade de gênero”.

O personagem central da produção Horse-Being [Ser Cavalo] é Karen, de 50 anos. Nascido homem, teve uma vida normal, era professor, casou-se e teve uma filha. Quando decidiu “assumir” sua opção sexual, pagou um tratamento e modificou o corpo, passando a se dizer mulher. Agora, seu objetivo é outro. Karen quer viver como um animal, mais especificamente como um cavalo. Ele(a) conta que essa ideia o persegue desde que tinha sete anos de idade. Durante uma brincadeira na escola, o professor pediu para que os alunos brincassem imitando um ‘cavalinho’. Essa ideia de ser um cavalo virou uma fixação para Karen. “Eu tenho um cavalo dentro de mim”, resume ela a certa altura.

O material explora a questão que esse seria um “passo adiante” na questão transgêneros. Ou seja, Karen escolheu não ser mais homem e passou a ser mulher. Insatisfeita, prepara-se para ser um animal. Tudo em nome da “construção” da sua identidade, ou seja, o exterior refletir como ela “se sente” no íntimo.

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/homem-virou-mulher-quer-cavalo/>

## Notícia C

### Transgênero animal: Jovem diz que é uma gata presa em corpo humano

Com aceitação da família, em casa ela anda de quatro e fica ronronando e miando.

Por Jarbas Aragão

Gospel Prime [29/01/2016] [14h00]

Na Europa, após a conquista de direitos iguais para homossexuais e, em alguns países, para transgêneros, outro movimento parece ganhar força. A teriantropia seria um “passo adiante” na questão transgêneros. Pessoas poderiam em nome da “construção” da sua identidade, descobrir-se um animal. Já existe até uma nomenclatura para isso: “transespécie”.

O caso mais recente a receber atenção é o de uma mulher na Noruega chamada Nano. Aos 20 anos ela acredita que “nasceu na espécie errada” e afirma que, na verdade, é uma gata presa em um corpo humano.

O canal NRK P3 mostrou em reportagem especial o caso da mulher, que se veste com orelhas de gato e um rabo falsos. “Fui um gato toda a minha vida, mas só assumi aos 16 anos quando médicos e psicólogos descobriram o que havia “dentro” de mim”, disse ela. Para a jovem, é um “defeito genético”. Com aceitação da família, em casa ela anda de quatro e fica ronronando e miando. Afirma que tem medo de cachorros e que já tentou caçar ratos. Acredita ainda que tem a audição e a visão aguçada dos felinos.

Questionada sobre seu estilo de vida, ela quer aceitação da sua condição. Asseverou que “É cansativo, mas você se acostuma a viver com os instintos de gatos”. Explica que já recebeu ajuda de psicólogos, mas decretou: “vou ser gato toda a minha vida.”” [youtube code=”YWeBunPilzo” start=”70” end=”140”]

### Caso semelhante na França

Meses atrás, foi amplamente divulgado o caso da francesa Karen, que nasceu homem, fez operações para mudar de sexo e agora quer viver como um animal, mais especialmente um cavalo. Ele(a) conta que essa ideia o persegue desde que tinha sete anos de idade.

“Estrela” de um documentário sobre o tema, ela afirma veementemente: “Eu tenho um cavalo dentro de mim”. O que pode parecer loucura na verdade é algo cada vez mais comum. Já existe inclusive um encontro chamado pony-play. As pessoas fingem ser, de fato, um animal, andam de quatro com uma sela nas costas, trotam, e puxam uma espécie de charrete! Com informações de Christian News

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/mulher-gata-presa-corpo-humano/>

## **Notícia D**

### **Menino de 9 anos consegue na Justiça mudar gênero e nome**

Juiz autorizou mudança de nome e gênero em documento de identidade

Por Jarbas Aragão

Gospel Prime [01/02/2016] [15h00]

Uma decisão inédita da justiça abre um perigoso precedente no país. A família de um menino de 9 anos obteve autorização judicial para mudar o nome e o gênero sexual nos documentos da criança. Desde 2012 a ação tramitava no Mato Grosso.

O juiz Anderson Candioto, da 3ª Vara da Comarca de Sorriso, a 420 km de Cuiabá, aprovou a alteração no registro de nascimento. O defensor público que apoiou a família do menino alegou, no processo, que ele nasceu com “anatomia física contrária à identidade sexual psíquica”. A criança se veste como menina e se porta como tal e isso seria o suficiente para a justiça permitir que seja feita a mudança no campo de sexo de masculino para feminino.

A família alega que antes de entrar com o processo na Justiça, levou o menino para o Ambulatório de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Núcleo de Psiquiatria e Psicologia Forense do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Ele recebeu acompanhamento e, depois de algum tempo, diagnosticado o “transtorno de identidade sexual na infância”.

No processo, o juiz Candioto explica: “Na Comarca, fizemos uma oitiva para verificar o comportamento dela, em uma brinquedoteca, com layout feito para o público infantil, com monitoramento de câmeras”. Uma psicóloga judicial, funcionária do Fórum, realizou atividades lúdicas com o menino na sala e, teria atestado que o comportamento é de menina.

Desde os seis anos, o menino já era chamado pela família por um nome de menina. Seus pais conseguiram, em 2012, uma liminar para que ele pudesse usar uniforme feminino e fosse tratada como menina na escola. No seu despacho, Candioto alega que “Os pais são os grandes heróis da história, pois ao invés de fugir do preconceito preferiram lutar pela felicidade da criança, que já sabe da sentença e está se sentindo realizada”.

O entendimento do magistrado é que sua decisão evitaria constrangimentos à criança. “A sentença foi dada para garantir que a criança, assim como ela se vê na sua individualidade e na sua orientação feminina, ela seja respeitada e tratada da forma como é, pois, todas às vezes em que ela fosse se apresentar oficialmente com documento, sofreria discriminação e até rejeição”. Com informações G1

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/menino-justica-trocar-genero-e-nome/>

## **Notícia E**

### **Cristãos criam força-tarefa para combater ideologia de gênero escolas**

Senador Magno Malta encabeça movimento para barrar imposição do governo petista

Por Redação

Gospel Prime [18/02/2016] [16h02]

Crianças de 6 a 10 anos de idade estão sendo ensinadas nas escolas sobre a ideologia de gênero. Trata-se de uma imposição do governo petista, que comprovadamente já está presente em livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O senador Magno Malta (PR-ES), que é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida, está fazendo graves denúncias contra a tentativa do Partido dos Trabalhadores e seus aliados de impor sua agenda pró-gay.

Conhecido pela sua atuação abertamente contra o governo petista, o senador Malta tem se manifestado seguidamente contra a legalização do casamento homossexual, do aborto e das drogas. Ele foi ao plenário do Senado afirmar que vai até o Conselho Nacional de Justiça para questionar as ponderações do juiz que [autorizou um menino de 9 anos a “mudar de gênero e de nome”](#).

Em vídeo publicado na sua página do Facebook nesta quarta (17), Malta comunicou que está lançando uma “força tarefa”, ao lado de Alan Rick (PRB/AC), presidente da Frente parlamentar da Família na Câmara dos Deputados.

Também estavam presentes o deputado estadual pastor Antônio dos Santos (PSC/SE) – presidente da Associação dos Parlamentares Evangélicos do Brasil – além do presidente do movimento nacional “De olho no livro didático”, Orley Silva e de representantes da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família da Igreja Católica e da Frente Parlamentar Evangélica.

Ao longo de 10 minutos, são feitas várias denúncias graves. Por exemplo, são mostrados livros de história, geografia e ciências do ensino fundamental que além de falar sobre identidade de gênero abordam questões como doenças sexualmente transmissíveis, assuntos inapropriados para crianças que não tem maturidade para lidar com a sexualidade.

A Força Tarefa anuncia que tem como missão “fazer o enfrentamento a decisão do MEC de espalhar por mais de 5 mil escolas do Brasil material que fora rejeitado pelo Congresso nacional quando aprovou o Plano Nacional de Educação”.

Outra denúncia grave é que a decisão do MEC de espalhar esse material “fere o Estatuto da Criança e do Adolescente e alguns tratados de direitos humanos do qual o Brasil é signatário”.

O professor Orley mostra que o material distribuído pelo governo petista fala de “homossexualismo, transexualismo e métodos anticonceptivos” para crianças. Com isso, leva para a escola questões morais que devem ser ensinados no seio da família, de acordo com as crenças individuais. Afirma também que esse material já está nas escolas desde o início de 2016.

No final, o senador Malta lança um alerta sobre a estratégia do PT: “a implantação de uma cultura filosófica e política para desconstruir a família, a sociedade e até a formação cristã deste país”.

**Assista:**

[youtube code="yip2ZOOZYDQ"]

**Link:** <https://gospel.prime/evangelicos-combatem-ideologia-de-genero-petista/>

## Notícia F

### “Ideologia de espécie” faz 10 mil ingleses viverem como cachorros

Visão extremada tem laços com a comunidade LGBT

Por Jarbas Aragão

Gospel Prime [25/05/2016] [7h]

Um documentário que vai ao ar na TV inglesa nesta quarta (25) está gerando um amplo debate sobre o limite da ideologia e da insanidade. “Pup play”, como é chamado em inglês, revela-se como uma tendência no mínimo bizarra. Homens adultos que se vestem e se comportam como cachorros. Produzido pelo Channel 4, “A Vida Secreta dos Cachorros Humanos” é o nome do programa que mostra como cerca de 10.000 cidadãos do Reino Unido são adeptos deste fenômeno da “ideologia de espécie”.

Segundo Kye, 28 anos de idade, um dos entrevistados, “vestir-se de cachorro não é um fetiche sexual, é uma forma de escapismo”. Ele explica que as mulheres geralmente se identificam com gatinhas, enquanto os homens adotam uma identidade canina. Para alguns é um *role play*, como um papel teatral que se desempenha por um tempo. Entretanto, muitos acreditam realmente que nasceram na espécie errada.

A tendência não é exclusividade dos ingleses. Recentemente, uma norueguesa chamada Nano, de 20 anos, ficou famosa por afirmar na TV que é “uma gata presa em um corpo humano” (<https://noticias.gospelprime.com.br/mulhergata-presa-corpo-humano/>). Ano passado, um francês transgênero conhecido como Karen, 50 anos, decidiu “assumir” sua opção sexual, pagou um tratamento e modificou o corpo, passando a se dizer mulher. Logo em seguida, “descobriu” ser um cavalo e quer viver como um (<https://noticias.gospelprime.com.br/homem-virou-mulher-quer-cavalo/>).

Em todos esses casos, as modificações são feitas em nome da “construção” da sua identidade, ou seja, o exterior refletir como a pessoa “se sente” no íntimo. Seria uma forma extremada da identidade de gênero, não importa como você nasceu, apenas como se vê.

A questão é levada a sério na Europa e já existe inclusive competições formais para julgar quem mais se parece com o animal de sua escolha. Algumas dessas pessoas possuem ligações (<http://pride365.co.uk/2016/02/24/mr-puppyeurope-2016/>) fortes com a comunidade LGBT de seus países. Assista:

[youtube code="3cDOP8x98eU"]

O programa do Channel 4 conta histórias como a de Tom, 32 anos, que trabalhava no teatro da cidade de Tring. Obcecado em se tornar um dálmata, ele trocou seu nome para Spot [mancha].

Terminou o noivado com Rachel e passou a se vestir e comportar-se como um cachorro. Embora diga que essa descoberta “foi algo mágico”, acaba confessando diante das câmaras: “Um pouquinho de mim lamenta ser um filhote de cachorro, pois perdi o que tinha antes”.

Tom gastou mais de £ 4,000 [R\$ 20 mil] em sua roupa de dálmata, feita sob medida, que inclui até um rabo que se mexe sozinho. Para se adaptar ao novo “estilo de vida” ele trocou sua cama para uma caixa forrada com almofadas, como as utilizadas por cães de grande porte.

Pelo seu empenho em encarnar Spot, ele conquistou o primeiro lugar na competição de “Mister Pup”, do Reino Unido em 2015. Com isso, ganhou o direito de representar seu país na competição que envolve toda a Europa, realizada na Bélgica.

*Com informações de Daily Mail ([http://www.dailymail.co.uk/news/article-3602177/Puppy-play-de\\_nitely-not-sex-TV-documentarysheds-light-barking-mad-men-enjoy-dressing-dogs.html](http://www.dailymail.co.uk/news/article-3602177/Puppy-play-de_nitely-not-sex-TV-documentarysheds-light-barking-mad-men-enjoy-dressing-dogs.html))*

Link: <https://gospelprime.com.br/ideologia-de-especie-ingleses-viverem-cachorros/>

## **Notícia G**

### **Criança é expulsa após pais reclamarem de aulas de homossexualidade**

Menina de 4 anos disse ao pai que ele não deveria gostar de mulher após aula “antipreconceito”.

Por redação

Gospel Prime [04/06/2015] [15h]

Uma menina de 4 anos de idade, cujo nome não foi revelado, gerou intenso debate sobre a questão da educação sexual nas escolas americanas. Ela estudava no Jardim de Infância Montview Community, na cidade de Denver, Colorado.

No mês passado, os pais dela questionaram o ensino dado pela escola particular sobre a homossexualidade e transgêneros. O motivo foi a filha ter chegado em casa dizendo que seu pai poderia não gostar mais de mulheres.

Incomodados, eles decidiram descobrir de onde vinha aquela ideia. Souberam então que a professora lia livros sobre o estilo de vida gay e tentava promover “debates” sobre a questão na classe. Era uma iniciativa “antipreconceito” da Montview. Obviamente, o fato não agradou os pais da criança, que são cristãos.

R.B. Sinclair, mãe da menina, procurou a direção da escola e pediu que sua filha não participasse das aulas quando o assunto era discutido. Em seu entendimento, a criança era nova demais para entender o que estava sendo ensinado. Dois dias depois, recebeu um aviso da pré-escola Montview, comunicando que a criança “não se encaixava” na escola e por isso não deveria voltar.

“Eu acho que nessa idade, eles nem sabem o que é o preconceito... como podem ter esse tipo de conversa na escola?”, questionou a senhora Sinclair. “Não houve consideração com a cultura e a fé que temos em minha família”, asseverou. Já Kim Bloeman, diretora de educação infantil na região, defende que os materiais usados em sala eram apropriados para as crianças.

“O preconceito começa quando as crianças crescem e começam a ver as diferenças como sendo algo negativo. Quando são novas, as crianças exploram tudo. Queremos fornecer a elas todas essas experiências”, justificou Bloeman ao explicar o que seria a iniciativa “antipreconceito”.

Ela inclui historinhas sobre minhocas que não sabem de que sexo são, mas também mostrava claramente casais de pessoas do mesmo sexo.

Após a polêmica, a direção da Montview enviou uma carta a todos os pais, encorajando-os a promover uma “cultura inclusiva” em seus lares. “Comecem a adotar o desconhecido”, sugeria o documento., que considera importante que todas as famílias “conversem sobre o tema”.

[Segundo o jornal Denver Post](#), os professores da Montview e outros 2.500 educadores do estado do Colorado, receberam um treinamento da ONG Queer Endeavor, que luta pelos direitos do público LGBT.

A organização convenceu a direção do Distrito Escolar que os “tempos estão mudando” e nos últimos três anos tem oferecido oficinas sobre o assunto, visando preparar professoras da pré-escola a lidarem com o tema.

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/crianca-expulsa-paisaulashomossexualidade/>

## Notícia H

### Discordar da ideologia de gênero não é homofobia, é biologia

“Nascer homem ou mulher não é um fato cultural, é biológico”, afirma doutora.

Por Redação

Gospel Prime [14/03/2017] [17h]

“Não aceitar ideologia de gênero não é discriminação, não é ser intolerante nem homofóbico”, mas “é simplesmente biologia”, assegurou a doutora em biodiversidade, genética e evolução, Pamela Puppo.

De acordo com o [Aci Digital](#), em um artigo publicado no *site* Posición.pe, com a temática “Sobre a ideologia de gênero”, a Doutora Puppo explicou que “quando os fetos são formados, têm dois cromossomos sexuais, XX ou XY, se for menina (XX) ou menino (XY). Os genes contidos nesses cromossomos determinam o desenvolvimento físico dos fetos. Deste modo, os embriões desenvolvem diferentes órgãos de acordo com o seu sexo”. A especialista destacou que “isto não é discriminação, é simplesmente biologia”.

A doutora apresentou que, contrariamente aos princípios da ideologia de gênero, “o fato de nascer homem ou mulher não é um fato cultural, é biológico”.

A cientista estabeleceu uma analogia para provar que ser contra a ideologia de gênero não é homofobia. “Não me digam que quando uma mulher que está grávida faz o ultrassom para saber o sexo do bebê e pergunta ao seu médico se é menino ou menina ela está sendo homofóbica?”, comentou.

“Esta ideologia é uma corrente de pensamento, não uma teoria científica, muito menos uma evidência científica, sustenta que os seres humanos são ‘neutros’ quando nascemos e podemos escolher se queremos ser homens, mulheres, ou uma combinação de ambos quando crescemos”. Mesmo assim, orienta que “o sentimento não supera a natureza”.

Encerrando o artigo, a Dra. Puppo lembrou que “a igualdade não é conquistada negando as nossas diferenças sexuais, a igualdade é alcançada por meio do respeito das diferenças de cada sexo e o que cada sexo contribui para a sociedade”.

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/discordar-ideologia-de-genero-nao-homofobia-biologia/>

## Notícia I

### Canadá quer tirar filhos de pais que não aceitem identidade de gênero

Nova lei diz que não são os pais que determinam como a criança será criada, mas sim ela mesma

Por redação

Gospel Prime [05/06/2017] [13h12]

A província de Ontário, no Canadá aprovou uma nova lei que permite ao governo retirar as crianças de famílias que se recusam a aceitar a opção dos filhos por determinada “identidade de gênero” ou “expressão de gênero”.

O que foi chamado de “Ato de Apoio a Crianças, Jovens e Famílias”, ou Lei 89/2017, acabou aprovada em votação de 63 favoráveis a 23 contrários, [registra o The Christian Times](#).

Ele exige que os serviços de proteção a crianças, serviços de adoção e juízes levem em consideração e respeitem a “raça, ancestralidade, local de nascimento, cor, origem étnica, cidadania, diversidade familiar, deficiência, crença religiosa, sexo, orientação sexual, Identidade de gênero e expressão de gênero”.

“Eu acredito ser uma forma de abuso, quando uma criança se identifica de um jeito e um cuidador diz a ela que não, que ela precisa fazer as coisas de uma maneira diferente”, explicou Michael Coteau, ministro dos Serviços para Crianças e Famílias, que apresentou o projeto de lei.

“Se é abuso, e estiver dentro dessa definição, uma criança pode ser removida desse ambiente e colocada em um local protegido, onde o abuso não tem vez”.

O projeto de lei substitui a Lei de Serviços à Criança e à Família, ou Lei 28, que determinava até recentemente como seriam os serviços de proteção à criança, serviços de acolhimento e adoção.

A Lei 28 garantia que o pai ou mãe da criança possuía o direito de “direcionar a educação e a formação religiosa da criança”. Já a nova lei diz que isso pode ser feito “desde que siga a crença da criança ou do jovem, sua identidade comunitária e identidade cultural”.

Ou seja, não são mais os pais que determinam como a criança será criada e sim ela mesma.

Irwin Elman, advogada provincial dos direitos de crianças e jovens de Ontario, afirmou em um comunicado: “Acredito que este novo Ato, em seus princípios, representa uma mudança de paradigma para a província, mostrando seu compromisso com a participação de crianças e jovens em todas as decisões que as afetam, a criação de um sistema de serviço centrado na criança e o compromisso com o antirracismo e as escolhas das crianças”.

Jack Fonseca, estrategista político da Campaign Life Coalition, discorda e desabafou: “Com a passagem da Lei 89, adentramos em uma era de poder totalitário do Estado, algo nunca antes testemunhado no Canadá. Não se engane, a Lei 89 é uma grave ameaça para os cristãos e todas as pessoas religiosas que têm filhos ou que desejam criar uma família através da adoção”.

Em abril, um casal cristão apresentou uma ação judicial contra Hamilton Children’s Aid Society por ter retirado de sua casa duas crianças adotivas porque

eles se recusaram a mentir para as meninas, dizendo que o coelhinho da Páscoa era real.

“Nós temos uma política de não mentir”, justificou Derek Baars, um dos pais adotivos, denunciando que uma pessoa que trabalhava no serviço de apoio à criança insistiu que ele e sua esposa, Frances Baars, dissessem para as meninas, de 3 e 4 anos, que o coelhinho da Páscoa era de verdade.

“Nós explicamos à agência que não estamos preparados para dizer às crianças uma mentira. Se as crianças pedissem, não mentiríamos para elas, mas nós não a levantaríamos”.

Os Baars, que são membros da Igreja Presbiteriana Reformada, perderam a guarda das crianças. O argumento da agência governamental de cuidado infantil é que o coelhinho da Páscoa era uma “parte importante da cultura canadense” e por isso os pais tinham de admitir sua existência. *Com informações [Christian Post](#)*

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/lei-canada-pais-filhos-identidade-de-genero/>

## Notícia J

### “Boneca transgênero” ensina a criança que ela pode trocar de sexo

Brinquedo recebeu financiamento do governo canadense

Por redação

Gospel Prime [24/07/2017] [15h]

Uma empresa canadense está realizando um crowdfunding (financiamento coletivo) para o que ela chama de “o primeiro brinquedo pedagógico transgênero” do mundo, no qual as crianças são ensinadas a mudar seu sexo com a frequência que quiserem.

O financiamento está sendo feito pela plataforma Kickstarter, o brinquedo chamado de “Sam”, criado pela Gender Creative Kids Canada, arrecadou mais de US \$ 20.000, com uma missão declarada de “educar as pessoas em todo o mundo sobre questões de identidade de gênero”.

“Sam é uma ferramenta essencial projetada para ajudar as crianças a entender o que significa crescer como uma criança transgênero”, diz o site.

Um vídeo do YouTube conta a história de “Sam” e seus “questionamentos” sobre sexualidade. Como um bebê, Sam começa a vida “felizmente desconhecendo o que é gênero”, mas depois começa a “explorar o gênero através das experiências de identidade” e questionar as “normas culturais que definem gênero”.

Como o Daily Beast o descreveu, “Sam se transforma de uma menina de aparência triste para um menino sorridente e auto-atualizado à medida que cada nova camada é empilhada na figurinha anterior”.

O portal HeatStreet informou em junho que a boneca recebeu financiamento do governo de Quebec no Canadá.

A Gender Creative Kids Canada, com o apoio do Ministério da Justiça de Quebec, realiza sessões de treinamento de pelo menos 90 minutos nas escolas primárias, discutindo questões de gênero, orientação sexual e transgênero.

“A aprendizagem baseada na brincadeira não é apenas aceita como uma das melhores maneiras de ensinar crianças, mas também cria oportunidades naturais para um adulto iniciar uma conversa sobre o que é ser atribuído a um sexo ao nascer e que não corresponde ao que você sente por dentro”, afirma a empresa.

Outras bonecas orientadas para transgêneros também foram lançadas este ano, incluindo uma baseada na adolescente transgênero Jazz Jennings da série TLC “I Am Jazz”.

A Tonner Doll Company afirmou que a boneca Jennings continua sua história de lançamentos inovadores de linhas de boneca baseados em influenciadores sociais.

No mês passado, o senado canadense aprovou um projeto de lei que permitiria que o governo retirasse a guarda dos pais que não aceitam a “identidade de gênero” ou a “expressão de gênero” escolhida por seus filhos. *Com informações de Christian Post*

Link: <https://gospelprime.com.br/boneca-transgenero-crianca-trocar-de-sexo/>

## Notícia K Judith Butler e a Subversão Cultural e da Identidade

Por Marisa Lobo

Gospel Prime [06/12/2017] [12h]

Nos últimos dias estamos sendo atordoados com notícias relacionadas a desconstrução de valores da identidade humana, vilipêndio a símbolos sagrados, discussão da aceitação social da pedofilia, zoofilia e tudo isso sendo inserido nas artes, como se fosse aceitável.

Parece que estamos vivendo em uma sociedade polifórmica perversa e neste meio crianças estão sendo abusadas psicologicamente por alguns professores que não respeitam a idade, os valores, as regras e as estruturas psíquicas desses menores. Essas ações orquestradas, com contornos subversivos, parecem chamar atenção para algo, neste caso, como foi a divulgação da vinda de Judith Butler ao Brasil, no início de novembro.

Quem é essa pessoa que tem subvertido todo o mundo acadêmico nos últimos anos e o que ela pretende? Rapidamente fiz um passeio pelos seus principais postulados para mostrar que esta feminista promove uma verdadeira esquizofrenia coletiva com seus conceitos subversivos e desconstrucionistas. E tem levando para a educação uma pedagogia que beira a loucura, no sentido literal da palavra.

Judith Butler nasceu em 24 de fevereiro de 1956, em Cleveland, Ohio (EUA) é uma filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo e da Teoria Queer. Precursora da ideologia de gênero, Butler critica a estabilidade feminina, diz ser falsa a estabilidade da categoria mulher e propõe buscar um modo de interrogação da constituição do sujeito que não requeira uma identificação normativa com o 'sexo' binário.

Butler transita por diversas áreas (como a psicanálise, as teorias feministas, gays e lésbicas, e o pensamento pós-estruturalista) para problematizar a identidade, revelando-a provisória e em constante reconstrução.

Ela é um dos principais nomes da Teoria Queer. Quando pensamos em desconstrução da identidade nos remetemos a Judith Butler. Quando discutimos sobre ideologia de gênero e perversão da sexualidade humana, é de Judith Butler que lembramos.

O termo "queer" é uma apropriação radical de uma palavra normalmente usada para insultar e ofender e que, ao ser apropriada, torna-se resistente a definições fáceis. Podemos caracterizar queer como indistinguível e instável, sendo essas características, a fonte de seu poder crítico. Judith Butler argumenta que essa categoria levanta questões acerca do status de força e oposição, de estabilidade e de variabilidade dentro do campo do gênero, que, segundo seu entender, é performativo.

O Movimento Queer nasceu diante das crises dos movimentos identitários surgidos ao longo da década de 1970: o movimento da liberação gay, estudos lésbicos e feministas. Segundo Butler o queer construiu-se como a ferramenta para uma problematização construtivista de qualquer termo alegadamente universal.

O queer recusa a definição e a estabilidade, é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. Recusando-se a aceitar a existência dos sujeitos como pressuposto. A Teoria Queer pretende realizar a desconstrução, defendendo a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e diversas.

Os conceitos de gênero e sexo de Butler consolidaram sua desconstrução do sujeito e apresentam as possibilidades de subversão para esta feminista gênero/sexual. É construída no discurso e pelo discurso. Butler postula um sujeito em contínuo processo, que se constrói no discurso pelos atos que executa e se desconstrói pelo discurso. Não há base biológica que construa ou determine o gênero do sujeito, e diz ainda que o gênero não é natural e que não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e seu gênero.

Judith Butler tenta propositadamente desconstruir o sujeito de nascimento, por não aceitar que pessoas como ela não se sintam como a maioria dos seres humanos. Ela apresenta esses conceitos subversivos e desconstrucionista nas obras: *Gender Trouble: feminism and the subversion of Identity* (1990, reeditado em 1999) e *Bodies That Matter: on the discursive limits of "sex"* (1993).

Diz ela: "Uma vez que o sexo e o gênero podem apresentar-se como naturais, a tarefa de desfazer esse engano torna-se mais importante". Como se vê, ela procura desconstruir esse conceito, propositadamente, por meio do que chama de "genealogia da ontologia de gênero".

Para essa feminista desconstrucionista subversiva, há uma vasta possibilidade de compreender o que é gênero e analisá-lo, não sendo possível falar de apenas um gênero e apenas do relacionamento entre um homem e uma mulher.

Para Butler o sujeito não é preexistente, ele existe a partir de um discurso, que o constrói e o destrói o tempo todo. O ser humano não tem lugar fixo no mundo. O sujeito teria o poder de se construir e se desconstruir de acordo com seus desejos, desde que o discurso do outro não o oprima.

Baseando-se em Foucault e Derrida, Butler acredita que a diferença e a divergência solapam qualquer tentativa de instaurar uma identidade em qualquer sujeito, pois se trata de alguém cuja a identidade é instável, portanto, sem definição, construído e desconstruído na linguagem.

Gênero para Butler não é nada do que se é, mas é algo que se faz. Para ela cada um faz seu gênero, pois a identidade de gênero seria uma sequência de atos. A performance é que constrói o sujeito e a naturalidade diz que esse sujeito é apenas aparente. Seu maior questionamento é sobre a "heteronormatividade" que a acusa de ser compulsória na sociedade.

Ela dedicou e dedica seus estudos, obsessivamente, para destruir a heterossexualidade como norma vigente na sociedade, dizendo não existir uma orientação para sexualidade e sim uma opressão cultural que obriga a todos a se tornarem heterossexuais e terem gênero em concordância com seu sexo de nascimento. Para Butler, isso é um paradigma opressor que deve ser exterminado, pois todos somos obrigados, por meio da cultura, a sermos heterossexuais. Para ela, não existe um copo natural, pré-existente, e sim um corpo existente na cultura de cada povo, entendido então como um discurso.

Butler desconstrói o binarismo gênero/sexo segundo os quais afirmamos que o gênero é social, enquanto o sexo é natural. O sexo, tanto quanto o gênero, é discursivamente produzido e inscrito num conjunto de práticas, moralidades e

significados. Sendo assim, ela convida seus seguidores a separar e a abandonar essa visão.

Toda sua teoria tem viés de subversão da moral, das regras vigentes, dos princípios e da religião. Seguindo a lógica foucaultiana, Butler aponta que não é possível viver fora da norma. Ela reconhece que o gênero é limitado pelas estruturas de poder e não há possibilidade de livre escolha. Para ela então, existe a possibilidade de subversão, ou seja, criação de espaços para o enfrentamento. Já que não pode romper as estruturas, ela convida seus adeptos a subverter, ainda que de forma restrita, burlar as expectativas de gênero.

Judith Butler influencia as mentes mais perversas da atualidade. Seus pensamentos também foram influenciados por ideólogos desconstrucionistas. Suas ideias ganham força nos movimentos LGBTTS e feministas e, coincidentemente, nos adeptos da revolução cultural socialista.

Seria possível viver em uma sociedade sem um mínimo de regras; numa diversidade inimaginável de gêneros? O ser humano psicótico é o ideal a ser alcançado? Pois qualquer sujeito sem norte, sem regras, entregue ao princípio do prazer psicotiza. Se entrega à promiscuidade e às drogas como meio de alcançar a tão sonhada liberdade, e que jamais, pela própria teoria, será alcançada.

**Link:** <https://estudosbiblicos.gospelprime.com.br/judith-butler-e-a-subversao->

## **Notícia L**

### **A mídia estimula a transexualidade nas crianças, alertam especialistas**

Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos falam sobre “o perigo da banalização da troca de sexo”

Por redação

Gospel Prime [21/08/2018] [13h12]

Especialistas respeitados na área da psiquiatria, Marco Antonio Coutinho Jorge e Natália Pereira Travassos, deram uma entrevista ao site O Antagonista sobre seu livro “Transexualidade — O Corpo Entre o Sujeito e a Ciência”.

Com currículos extensos, os dois fazem uma análise científica da percepção da sociedade sobre a questão da transgeneridade. Seu alerta é para o perigo da banalização da troca de sexo, afinal trata-se de uma escolha irreversível com profundas consequências físicas e emocionais.

Para os psicanalistas, a mídia exerce grande influência na maneira como o tema “transexualidade” ganhou espaço nos últimos anos.

“A influência midiática é uma faca de dois gumes. Reconhecemos que a propagação da informação é fundamental no combate ao preconceito, mas, ao jogar um foco excessivo sobre a transexualidade, a mídia estimula a avidez de um mercado – médico e farmacêutico – que é altamente promissor, pois fideliza os “pacientes” para o resto de suas vidas”, asseveram.

Jorge e Travassos destacam ainda que hoje em dia, “para tornar-se um “profundo” conhecedor sobre a transexualidade, basta buscar no Google e ali encontrar descrições minuciosas dos procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual, assim como se estivéssemos acompanhando o preparo de uma receita de bolo no programa de culinária”.

Uma das ideias mais comumente adotadas em estudos sobre gênero é a busca de “um gene transexual”, que serviria como prova biológica da homossexualidade e da transexualidade. Contudo, os especialistas alertam que essa é uma falácia.

“A própria definição da Organização Mundial de Saúde sobre o conceito de saúde engloba três aspectos: biológico, psíquico e social. Sendo assim, explicar pela via biológica algo do universo humano é deixar de reconhecer que ali há um sujeito e que, enquanto tal, constrói seu próprio enredo. Se fosse assim, não haveria gêmeos univitelinos com orientações sexuais divergentes entre eles”, resumem.

Acrescentam também que “nunca houve qualquer descoberta contundente da genética ligada à orientação sexual nem à transexualidade”, mas que as mídias “abrem enorme espaço para notícias duvidosas desse tipo”.

Outra percepção bastante equivocada, mas que continua ganhando espaço é a ideia de “crianças trans”. Essa é uma percepção equivocada. “Nenhuma criança se define como transgênero, ela recebe essa nomenclatura de um adulto que, na maioria das vezes, são os próprios pais e, posteriormente, especialistas”, asseguram.

Segundo eles, “A homofobia parental parece desempenhar um papel fundamental nesses casos: em especial, ao menor sinal de feminilidade nos

meninos, a transexualidade acena como uma solução que pode facilmente desviar a discussão de uma possível homossexualidade”.

Link: <https://gospelprime.com.br/a-midia-estimula-a-transexualidade-nas-criancas-alertam-especialistas/>

## **Notícia M**

### **Ideologia de gênero pode tornar pedofilia “normal”, alerta educadora**

Damares Alves afirma que a escola está causando confusão na identidade das crianças.

Por Cris Beloni

Gospel Prime [18/09/2018] [7h]

Médicos, psicólogos, cientistas e educadores se dividem quando o tema é “[ideologia de gênero](#)”. Depois da polêmica, no início deste ano, quando os [psicólogos foram proibidos](#) de tratar travestis e transexuais que buscam ajuda, muitas águas rolaram.

Logo em seguida, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) se posicionou contra as “ideologias” aplicadas nas escolas sem embasamento científico.

Na plenária que aconteceu no primeiro semestre, com o tema “Desenvolvimento Psicossocial da Criança e do Adolescente” algumas questões foram levantadas sobre saúde mental e ideologia de gênero.

Nas observações apresentadas por especialistas “é negligente, irresponsável e alienante consentir ou induzir as crianças a fazerem escolhas prematuras, já que são desprovidas de maturidade para tal”.

Para [Damares Alves](#), advogada e educadora, vivemos uma “verdadeira guerra”. Em entrevista exclusiva ao [Gospel Prime](#) ela explica que de um lado está a ideologia de gênero e de outro a ideologia de Gênesis.

### **Identities de gênero no Brasil**

A assessora jurídica da Frente Parlamentar da Família, no Senado Federal, comentou que esteve na semana passada, em entrevista com o bispo Vitor Paulo, em Brasília. Durante a conversa, ela esclareceu que “os pais achavam que era só gay, lésbica, travesti, homossexual e bissexual” que existia como forma de identidade de gênero.

Mas, Damares informou que foram catalogadas setenta identidades de gênero, no Brasil. “E são as identidades mais estranhas possíveis, que a gente não consegue entender todas elas. E detalhe: as crianças estão conhecendo as setenta”, lamentou.

Segundo ela, a confusão na mente de crianças e adolescentes é tão grande que [aumentou o número de suicídio nessa faixa etária](#) e também os casos de depressão. “Estão confundindo essas crianças em suas identidades biológicas”, protesta.

### **Pansexualidade**

“Estão dizendo para nossas crianças que elas podem ser pansexual [...] pessoa que se relaciona com tudo e com todos”, esclarece.

Ela cita o caso de uma mulher nos Estados Unidos que “se apaixonou por uma árvore e está pedindo a permissão para casar com a árvore agora”, conta.

No Brasil “eles mostram como exemplo do mais famoso pansexual, o cantor de rock Serguei, aquele senhorzinho de idade já”, disse ao se referir ao vocalista carioca.

“Ele já deu várias entrevistas por aí falando que ele estava se relacionando com uma bicicleta. Isso é um pansexual”, esclarece.

### **Zoofilia**

“Veja a minha preocupação: se o pansexual se apaixona por tudo e por todos, por trás de ‘tudo’ estão animais? Entenderam? Será que eles vão trocar alguns termos pra dizer que o sexo com animais é identidade de gênero?”, dispara.

Ela lembra da exposição Queer Museum onde foram [expostas imagens de sexo entre homens e animais, ao lado de imagens de Jesus Cristo](#).

“Quero dar um recado para o Brasil: o Canadá, em julho de 2016, já legalizou o sexo entre homens e animais [...] então, daqui a pouco, zoofilia vai ser pansexualidade?”, questiona.

### **Pedofilia**

A educadora também coloca em pauta se a pansexualidade também não vai abrir uma brecha para a pedofilia. “Atrás desse ‘todos’ estão as crianças? Será que se apaixonar por criança vai ser pansexualidade e pedofilia terá outro nome?”, interroga.

“Percebam que a ideologia de gênero é desastrosa e nós temos que fazer a resistência”, alerta. Ela revela que existe um projeto de lei no Senado que pretende transformar a homofobia em “crime de racismo”.

### **Enfrentando os projetos de lei**

“Gay não é raça”, assegura. Damares explica que um pastor pode ser preso então, por crime de racismo, ao pregar o que está escrito na Bíblia sobre homossexualidade, caso um projeto desse seja aprovado.

O crime é “inafiançável e imprescritível”. Há também outra proposta de lei na Câmara para transformar a homofobia em “crime contra a humanidade”.

“Como se fosse crime de tortura, tipo o nazismo. Eles estão atuando de uma forma muito agressiva e nós vamos precisar ter a nossa bancada pra fazer o enfrentamento”, explica. “O Congresso Nacional ainda pode ser o lugar da resistência”, afirmou.

### **Pressão social sobre crianças e adolescentes**

“Estão apresentando às crianças uma sopa de terminologias. A pansexualidade é uma delas. Mas estão dizendo também que a criança pode ser sissexual”, apresenta. Asissexualidade identifica as pessoas que aceitam o gênero de seu nascimento.

“Para quê tanta terminologia? É para confundir crianças. Homem é homem, mulher é mulher. Por que inventaram a tal da sissexualidade?”, questiona.

Damares explica que essa é uma forma de promover a ideologia de gênero. “Pesquisas estão revelando que adolescentes estão se autodeclarando transgênero, sem ser transgênero”, disse.

“É moda, tá todo mundo falando nisso [...] a escola causou uma confusão na identidade e qual é o resultado disso? O número de crianças e adolescentes com depressão no Brasil é muito grande”, declara.

### **Diversidade sexual e ideologia de gênero**

Segundo a educadora a diversidade sexual existe e isso fica claro através da existência dos gays, lésbicas, travestis e homossexuais. “Já a ideologia de gênero é algo mais complexo, é uma desconstrução de identidade”, explica.

“Se ninguém nasce homem ou mulher, então ninguém nasce gay ou lésbica. Veja a confusão [...] a ideologia de gênero então traiu o movimento gay”, lembra.

Damares explica que, por muito tempo, eles afirmaram que “gay nasce gay” e que não era uma questão de comportamento, mas defendiam ser natureza genética. “E agora você escolhe o que quer ser? Logo, o próprio movimento gay começa a questionar essa ideologia de gênero”, pondera.

### **Guerra de todos nós**

“Teremos que fazer uma contrarrevolução cultural. A ideologia de gênero já está enraizada no Brasil há mais de 30 anos”, incentiva. A assessora acredita que os pais terão que interferir mais na vida dos filhos e explicar tudo o que está acontecendo.

“Para minha surpresa, juízes da Vara da Infância afirmaram que a ideologia de gênero é uma modalidade de violência contra a criança”, revela.

“Que os pais abracem seus filhos e expliquem que são meninas ou meninos, porque Deus os fez assim. Que as mães comprem vestidos e saias para suas meninas. Me preocupa muito a neutralidade da roupa”, alerta.

“Vamos começar a reafirmar a feminilidade da menina e a masculinidade do menino. Todos nós temos que entrar nessa guerra”, sugere.

Ideólogos estão trazendo uma loucura para a vida de crianças e adolescentes. “Tenho feito desafios nas igrejas, para que as mulheres se vistam de forma mais feminina, pra que as meninas se inspirem nelas”, disse.

Ela conta que fala o mesmo para os homens e que esse incentivo tem dado certo. Crianças se espelham nos adultos. “É uma guerra do dia a dia, nas igrejas qualquer pessoa pode se envolver. Eu acredito que dá pra todo mundo se envolver nessa contrarrevolução cultural”, conclui.

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/ideologia-de-genero-pedofilia-normal/>

## Notícia N

### **Bolsonaro: “se eu for presidente, ideologia de gênero vai deixar de existir”**

Candidato disse que valorizar a família é fortalecer o Estado

Por Cris Beloni

Gospel Prime [26/10/2018] [15h]

O candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), foi entrevistado nesta semana pela Rede Gospel de Televisão. Em sua residência, na Barra da Tijuca, RJ, falou sobre as metas e planos de governo que pretende implementar caso seja eleito.

Ele destacou alguns dos temas onde há mais divergências entre a sua candidatura e a de Fernando Haddad (PT): família, respeito à criança em sala de aula, ideologia de gênero, combate à violência e respeito às religiões.

Ao citar a necessidade do resgate de valores cristãos históricos, ele afirmou: “Sei do tamanho da responsabilidade que recairá sobre nós, caso venhamos a nos eleger”.

#### Homofobia

Bolsonaro garantiu não ser homofóbico e reiterou que só queria rebater o material patrocinado pelo Ministério da Educação que, segundo ele, é composto de livros, cartazes e filmes “que deixariam qualquer um de cabelo em pé”.

“Eu denunciei isso de forma bastante pesada, no final de 2010. Em 2011, eu já tinha o apoio das bancadas católica e evangélica”, lembra. Embora Dilma Rousseff, que era presidente na época, tenha reconhecido que o material era inadequado o vetou, “eles seguiram em frente e trocaram o nome, passando a utilizar o termo ideologia de gênero”.

“Se eu for presidente isso vai deixar de existir”, garante.

#### Novo jeito de governar

“No Brasil quem não mente não consegue sucesso na política, é quase que uma norma isso. E eu resolvi fazer exatamente o contrário”, disparou. Com 28 anos de atuação parlamentar, Bolsonaro tem o apoio de mais de 70% dos evangélicos, segundo algumas pesquisas. Ao ser questionado sobre o que os cristãos devem esperar dele, tem respostas que prometem respeito às famílias e em especial às crianças.

“Está na Constituição que o casamento é entre homem e mulher”, inicia.

“Ideologia de gênero, com isso eu não posso concordar, com esse seminário LGBT infantil que ficou conhecido como kit gay”, mencionou.

Além disso, justificou que ao valorizar a família, o próprio Estado é fortalecido. “Uma família bem estruturada é lucrativa para o próprio Estado”, emendou.

“Falam que eu prego a violência, só que quem levou a facada fui eu”, se defendeu. E ao se referir às suas “frases” tão lembradas atualmente pela mídia, reconheceu que são pesadas.

“Eu reconheço, mas foi dentro da Comissão de Direitos Humanos, junto com o Marco Feliciano, jogando no mesmo time”, assegurou que foi em momentos de grande tensão.

“Os médicos dizem que a cada 100 pessoas que recebem uma facada como essa, apenas 1 sobrevive. Então eu sou um sobrevivente, segundo eles. Mas eu acho que isso foi um milagre de Deus”, disse.

Entre os últimos temas da entrevista, comentou sobre as fakes news e disse não ter tido acesso a nenhuma delas. “O que foi disparado contra o PT? Eu queria ver um vídeo ou uma imagem. Disseram que foi para derrubar o PT, mas não precisa de fake news pra isso, o PT se derruba com a verdade”, apontou.

Finalizou dizendo que, se for presidente, terá uma equipe com muitos cristãos, desde que sejam competentes para o cargo. “O PT aparelhou quase todas as instituições com gente que pensa diferente de nós, que não tem sentimento cristão como nós temos”, mencionou. “No primeiro dia de mandato pretendo formar um time que pode ser campeão”, concluiu.

Link: <https://www.gospelprime.com.br/jair-bolsonaro-presidente-ideologia-de-genero-nao/>

**Notícia O**  
**“É um vexame ver o que cai na prova do Enem”, avalia Bolsonaro**

Presidente eleito não vê problemas em professores serem gravados nas salas de  
aula

Por redação

Gospel Prime [05/11/2018] [12h15]

Na tarde desta segunda-feira (5), ao programa “Brasil Urgente” da TV Band, o presidente eleito Jair Bolsonaro comentou a “doutrinação exacerbada” nas escolas do país, chamando atenção para a polêmica das questões do Enem 2018.

O futuro mandatário disse a José Luiz Datana que “é um vexame ver o que cai na prova do Enem” e defende que seja cobrado em futuras edições do processo seletivo material “que tenham a ver com a cultura do Brasil”.

“Não tenho implicância com LGBT, mas uma questão de prova que entra na linguagem secreta de gays e travestis não mede conhecimento nenhum. Temos que fazer com que o Enem cobre conhecimentos úteis para a sociedade”, destacou.

Ele negou que pretenda acabar com o Enem, algo do que foi acusado durante a campanha. Contudo, deixou claro que, em seu governo, a prova não irá “ficar divagando sobre questões menores”.

“Ninguém aqui quer acabar com o Enem, mas temos que cobrar o que realmente tem a ver com a história e cultura do Brasil, não com uma questão específica dos LGBT. Parece que há uma supervalorização de quem nasceu assim”, pontua.

Comentou ainda sobre a proposta de uma deputada eleita pelo seu partido para que professores sejam filmados em sala de aula. Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual eleita pelo PSL em Santa Catarina, tentou promover um “canal de denúncias” para os alunos que evidenciarão casos flagrantes de doutrinação em sala de aula.

O caso teve grande repercussão e a Justiça mandou Campagnolo retirar das redes sociais publicações que incitavam alunos fazerem este tipo de gravação. Opositores já falavam em cassar o mandato da jovem mesmo antes da posse.

Bolsonaro acredita que não deveria haver motivos para tantas críticas. “Professor tem que se orgulhar e não ficar preocupado. Mau professor é o que se preocupa com isso aí”, acredita.

Link: <https://gospelprime.com.br/vexame-cai-na-prova-do-enem-escoala-sem-partido-jair-bolsonaro/>

## **Notícia P** **O que é ideologia de gênero?**

**atualmente, existem mais de setenta identidades de gênero no Brasil**

Por Cris Beloni

Gospel Prime [14/11/2018] [14h53]

Falar em ideologia de gênero, hoje em dia, é muito comum. Mas você sabe o que é realmente esse termo? A palavra “ideologia” foi usada pela primeira vez (1801) pelo filósofo Antoine Destutt de Tracy, mais conhecido como conde de Tracy. Ele foi membro da Escola Filosófica dos Ideólogos e a palavra idéologie quer dizer “ciência das ideias”.

Na época, porém, o termo se aplicava às ideias expressas através da Revolução, logo, tinha uma conotação política. Com o tempo, a “ideologia” passou a descrever pejorativamente o conjunto de ideias dentro dos mais variados grupos. Isso até o nosso tempo, quando tantas ideologias são discutidas.

Gênero, por sua vez, quer dizer “espécie”. Para a ciência, o termo gênero passou a ser sinônimo do “sexo biológico dos indivíduos”. Originalmente, existem dois sexos: masculino e feminino. E há dois gêneros: homem e mulher.

A ideologia de gênero propõe que o ser humano tenha a liberdade de criar novas identidades de gênero e de escolher qualquer uma delas, desde que se sinta à vontade com essa escolha. Lembrando que, dentro desse “universo de ideias” muitas ciências foram desprezadas, como biológicas, genéticas, sociológicas e até mesmo históricas.

### **Criadora da ideologia de gênero**

A filósofa americana Judith Butler é a figura mais associada ao campo de estudos de identidade de gênero. Ela é autora do livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, de 1990. Essa obra é considerada uma das mais importantes para as feministas contemporâneas.

Butler praticamente mudou o conceito de gênero, afirmando ser um tipo de performance culturalmente construída, múltipla e passível de mudanças. Ela prega que as pessoas devem experimentar todo tipo de experiência sexual. A lésbica e militante LGBT, esteve no Brasil em 2015 e 2017 e não foi bem recebida. Entre protestos foi chamada de “bruxa” e “falsa acadêmica”.

### **Movimento LGBT**

Essa nova ideologia da sexualidade humana foi expressa publicamente através do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais ou transgêneros), na década de 80. Ativistas acreditavam que só o termo gay não era suficiente para descrever a comunidade.

A sigla LGBTQ foi registrada em 1996 para incluir o “queer” – aqueles que se acham “estranhos” e questionam sua identidade sexual. Existe ainda a sigla LGBTQI para os que consideram os intersexuais. E a mais recente, LGBTQIA que convida os “assexuais” ou simpatizantes para o movimento. Isso pode ficar mais

confuso? A resposta é sim. Atualmente no Brasil, existem 70 identidades de gênero.

Faz parte dessa lista as mais estranhas formas de relacionamento, incluindo o pansexual, indivíduo que se relaciona com “tudo e todos”. A educadora Damares Alves fez um alerta para a possibilidade de a zoofilia e a pedofilia se tornarem normais com esse ativismo.

### **O que é identidade de gênero?**

De acordo com os adeptos desse movimento ideológico “é como a pessoa se identifica na sociedade”. Depois de homem e mulher, existem outras 70 “identidades inventadas”. Cada uma dessas identidades inspira novo estilo, comportamento, modo de vestir, corte de cabelo, linguajar. Cirurgia para troca de sexo também é uma opção de mudança.

### **Conheça algumas:**

**Transgênero** – conhecido como “guarda-chuva”, se identifica com todos os gêneros menos o masculino e o feminino.

**Pangênero** – aquele que possui gêneros demais para contar, por isso se relaciona com tudo e todos.

**Cisgênero** – se identifica com seu gênero biológico.

**Gênero Fluido** – muda de gênero conforme o momento.

**Demigênero** – pode ser apenas parte de uma das identidades.

**Andrógine** – mescla os gêneros homem e mulher.

**Quoigênero** – quem não entende o gênero que sente.

**Bigênero** – que possui dois gêneros ao mesmo tempo.

**Horogênero** – gênero que muda de tempos em tempos.

### **Doutrinação na Escola**

Esse debate se intensificou com a estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014. A proposta do Ministério da Educação (MEC) era incluir temas relacionados com a identidade de gênero e sexualidade nos planos de educação de todo o país.

A prova do Enem deste ano apresentou fortes tons ideológicos e foi alvo de críticas tanto de alunos como de educadores. Para os defensores da ideologia de gênero essa inclusão é uma forma de diminuir o preconceito e de promover a igualdade entre as pessoas. A maioria da população, porém, encarou essa ideia como uma “desconstrução dos valores familiares” e “doutrinação esquerdista” dentro das escolas e universidades.

A bancada evangélica pretende acabar com essa doutrinação dentro das escolas e o presidente eleito, Jair Bolsonaro, já declarou que se depender dele, a ideologia de gênero vai deixar de existir.

**Link:** <https://www.gospelprime.com.br/o-que-e-ideologia-de-genero/>